



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

LEONARDO CUNHA BORGES

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PERMANÊNCIA
CAMPONESA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS COMUNIDADES CISTERNA E
OLHOS D'ÁGUA, EM CATALÃO-GO**

SEROPÉDICA/NOVA IGUAÇU

2026





LEONARDO CUNHA BORGES

EDUCAÇÃO DO CAMPO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PERMANÊNCIA
CAMPONESA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS COMUNIDADES CISTERNA E
OLHOS D'ÁGUA, EM CATALÃO-GO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação, Área de concentração: Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Orientador: Dr. Ramofly Bicalho dos Santos

SEROPÉDICA/NOVA IGUAÇU

2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B732e BORGES, LEONARDO CUNHA , 1975-
EDUCAÇÃO DO CAMPO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
PERMANÊNCIA CAMPONESA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS
COMUNIDADES CISTERNA E OLHOS D'ÁGUA, EM CATALÃO-GO /
LEONARDO CUNHA BORGES. - Seropédica, 2026.
179 f.: il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES , 2026.

1. Educação do Campo. 2. Políticas Educacionais. 3.
Permanência Camponesa. 4. Comunidades Camponesas. 5.
Desigualdades Socioterritoriais. I. Santos, Ramofly
Bicalho dos , 1970-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Dissertação, desde que seja citada a fonte

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

LEONARDO CUNHA BORGES

EDUCAÇÃO DO CAMPO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PERMANÊNCIA
CAMPONESA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS COMUNIDADES CISTERNA E
OLHOS D'ÁGUA, EM CATALÃO-GO

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-
graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares, Área de
concentração em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares.

Tese aprovada em 12 de Junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE TESE N° 692/2026 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
(N° do Documento: 132)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/06/2026 18:57)
BRUNO CARDOSO DE MENEZES BAHIA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGEA (11.39.49)
Matricula: ##286##7

(Assinado digitalmente em 18/06/2026 20:26)
RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: ##265##6

(Assinado digitalmente em 24/06/2026 17:47)
PEDRO CLEI SANCHES MACEDO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.102-##

(Assinado digitalmente em 19/06/2026 07:19)
GILSON DOURADO DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.936-##

(Assinado digitalmente em 19/06/2026 16:10)
ANTONIO CLAUDIO MOREIRA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.772-##

(Assinado digitalmente em 18/06/2026 19:47)
LEONARDO CUNHA BORGES
DISCENTE
Matricula: 2023#####8

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 132, ano: 2026, tipo:
ATA DE DEFESA DE TESE, data de emissão: 18/06/2026 e o código de verificação: 622b9e6f3f

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha primeira e mais profunda gratidão, por ter me sustentado ao longo desta caminhada e permitido que eu alcançasse este momento tão significativo. Nos períodos mais difíceis, a fé foi fonte de força, esperança e perseverança.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ramofly Bicalho, agradeço pela orientação segura, pela generosidade intelectual, pela confiança e pelos ensinamentos compartilhados ao longo desta trajetória. Sua contribuição foi fundamental para a construção desta pesquisa e para minha formação acadêmica e humana.

À minha esposa, Luciana de Oliveira Sousa, expresso meu mais sincero agradecimento pelo amor, apoio, companheirismo e força demonstrados em todos os momentos. Sua presença foi essencial para que eu superasse os desafios encontrados ao longo deste percurso. Esta conquista também é sua.

À minha filha, Lavínia de Oliveira Borges, agradeço pelo carinho, pela alegria e pela inspiração constante. Sua presença tornou esta caminhada mais leve e deu sentido aos esforços realizados durante os anos de dedicação a esta pesquisa.

À memória de minha mãe, Eleuza Cunha Borges, registro minha eterna gratidão pelos valores, ensinamentos e exemplos que continuam orientando minha vida. Sua presença permanece viva em minhas lembranças e em tudo aquilo que construí ao longo da minha trajetória.

À minha tia, Célia Maria Borges, agradeço pelo acolhimento, incentivo e apoio oferecidos nos momentos em que mais precisei.

Ao Instituto Federal Goiano (IF Goiano), instituição da qual tenho orgulho de fazer parte, agradeço pelas oportunidades de crescimento profissional e acadêmico que contribuíram para minha formação.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), aos professores, colegas e amigos que compartilharam esta jornada, deixo meu sincero reconhecimento e agradecimento.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa. Esta tese representa não apenas o resultado de um trabalho acadêmico, mas também a síntese de experiências, desafios, aprendizados e relações construídas ao longo da vida. Em cada página estão presentes a crença na educação como instrumento de transformação social e a gratidão por todos que caminharam ao meu lado.

RESUMO

BORGES, Leonardo Cunha. **Educação do Campo, Políticas Educacionais e Permanência Camponesa: Um Estudo Comparativo nas Comunidades Cisterna e Olhos D'Água, em Catalão-GO.** 2026. 179p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

Esta tese analisa as relações entre Educação do Campo, políticas educacionais e permanência camponesa nas comunidades Cisterna e Olhos d'Água, localizadas no município de Catalão, Goiás. A pesquisa investiga os impactos das transformações socioterritoriais decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração sobre as condições de vida, trabalho, educação e permanência das famílias camponesas em seus territórios. Fundamentada em uma perspectiva dialética, a investigação busca compreender como as desigualdades sociais, os conflitos territoriais e as disputas entre distintos projetos de desenvolvimento influenciam a organização social, econômica e educacional das comunidades pesquisadas. Metodologicamente, o estudo articula revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo de abordagem qualitativa, utilizando procedimentos etnográficos e análise comparativa entre as comunidades Cisterna e Olhos d'Água. As observações realizadas, associadas às narrativas dos participantes e aos registros produzidos durante a pesquisa, possibilitaram compreender os desafios, as experiências e as estratégias de resistência construídas pelas famílias camponesas diante das transformações ocorridas em seus territórios. Os resultados evidenciam que a expansão do agronegócio e da mineração, associada à fragilidade das políticas públicas voltadas às populações do campo, tem contribuído para o aprofundamento das desigualdades socioterritoriais, para a reconfiguração das relações de trabalho, para o enfraquecimento dos vínculos comunitários e para a redução das condições de permanência das famílias camponesas em seus territórios. A pesquisa demonstra, ainda, que a Educação do Campo constitui importante instrumento de fortalecimento da identidade camponesa, valorização dos saberes locais e promoção da participação social, contribuindo para a construção de alternativas voltadas à permanência das comunidades no campo. Conclui-se que a efetivação de políticas educacionais comprometidas com as especificidades dos territórios camponeses representa elemento fundamental para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção de formas mais justas e sustentáveis de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: educação do campo. políticas educacionais. permanência camponesa. comunidades camponesas. desigualdades socioterritoriais.

ABSTRACT

BORGES, Leonardo Cunha. **Rural Education, Educational Policies, and Peasant Retention: A Comparative Study in the Cisterna and Olhos D'água Communities, Catalão, Goiás.** 2026. 179p. Thesis (Doctorate in Education) - Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

This thesis analyzes the relationships among Rural Education, educational policies, and peasant permanence in the Cisterna and Olhos d'Água communities, located in the municipality of Catalão, Goiás, Brazil. The research investigates the impacts of socioterritorial transformations resulting from the expansion of agribusiness and mining activities on the living conditions, work, education, and permanence of peasant families in their territories. Grounded in a dialectical perspective, the study seeks to understand how social inequalities, territorial conflicts, and disputes among different development projects influence the social, economic, and educational organization of the communities under investigation. Methodologically, the study combines bibliographical review, documentary research, and qualitative fieldwork, employing ethnographic procedures and a comparative approach between the Cisterna and Olhos d'Água communities. The observations conducted in the field, together with the participants' narratives and the records produced throughout the research, made it possible to understand the challenges, experiences, and strategies of resistance developed by peasant families in response to the transformations occurring in their territories. The findings indicate that the expansion of agribusiness and mining activities, combined with the fragility of public policies aimed at rural populations, has contributed to the deepening of socioterritorial inequalities, the reconfiguration of labor relations, the weakening of community ties, and the reduction of the conditions necessary for peasant families to remain in their territories. The study also demonstrates that Rural Education constitutes an important instrument for strengthening peasant identity, valuing local knowledge, and promoting social participation, contributing to the construction of alternatives that support the permanence of communities in the countryside. It is concluded that the implementation of educational policies committed to the specificities of peasant territories represents a fundamental element in addressing inequalities and promoting more just and sustainable forms of territorial development.

Keywords: rural education; educational policies; peasant permanence; peasant communities; socioterritorial inequalities.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CECEG – Comitê de Educação do Campo de Goiás

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMOC Brasil – China Molybdenum Company Brasil

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEC – Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo

CODEGO – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

COVID-19 – Coronavirus Disease 2019

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EFA – Escola Família Agrícola

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENERA – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo

GEOCAT – Geologia Caracterização Mineral e Ambiental Ltda.

GO – Goiás

GOINFRA – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCR – Manual de Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNE – Plano Nacional de Educação

PNERA – Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária

PPGEDUC – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RGF – RGF Mineração Ltda.

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

TC – Tempo Comunidade

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TU – Tempo Universidade

UFCAT – Universidade Federal de Catalão

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização das comunidades Olhos d’Água e Cisterna, Catalão-GO	61
Figura 2 – Área de monocultura no entorno da comunidade Olhos d’Água.....	69
Figura 3 – Capela da comunidade Olhos d’Água.....	75
Figura 4 – Prédio da Escola Municipal São Judas Tadeu, que foi desativada na comunidade Olhos d’Água.....	87
Figura 5 – Edificação do futuro prédio do centro comunitário	92
Figura 6 – Fachada da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, que está em funcionamento na comunidade Cisterna.....	99
Figura 7 – Unidade de armazenamento da empresa CMOC Brasil, instalada próxima a comunidade Cisterna.	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
JUSTIFICATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	18
Objetivo Geral	21
Objetivos Específicos	21
Procedimentos Metodológicos	22
1 CAPÍTULO I AGRONEGÓCIO, MINERAÇÃO, TERRITORIALIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS: IMPACTOS SOBRE O CAMPESINATO BRASILEIRO	28
1.1 Formação histórica da estrutura fundiária brasileira: sesmarias, terras devolutas, grilagem e latifúndio.....	30
1.2 Agronegócio, mineração e reconfiguração dos territórios camponeses	34
1.3 Impactos políticos, econômicos e sociais sobre o campesinato brasileiro	37
1.4 Educação do Campo e movimentos sociais: resistência, territorialidade e garantia de direitos	40
2 CAPÍTULO II MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO CAMPESINATO	44
2.1 Movimentos sociais camponeses e a luta pela terra no Brasil.....	46
2.2 Educação do Campo e construção das políticas educacionais	48
2.3 Movimentos sociais e garantia de direitos: terra, educação e permanência nos territórios camponeses	51
2.4 Desafios contemporâneos para o desenvolvimento do campesinato.....	54
3 CAPÍTULO III TERRITÓRIO, TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A REALIDADE DAS COMUNIDADES CISTERNA E OLHOS D'ÁGUA, EM CATALÃO, GOIÁS	58
3.1 Condições de vida, trabalho e trajetória da Educação do Campo na comunidade Olhos d'Água.....	62
3.2 Trabalho, território e Educação do Campo na comunidade Cisterna	94
3.3 Os impactos das transformações territoriais nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna	116
4 CAPÍTULO IV ENTRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E A PERMANÊNCIA NO CAMPO: DESAFIOS DAS COMUNIDADES OLHOS D'ÁGUA E CISTERNA	122
4.1 Os desafios da permanência das famílias camponesas em seus territórios	123
4.2 A Educação do Campo como estratégia de fortalecimento dos territórios camponeses	129
4.3 Análise da importância da existência e da manutenção das escolas nas comunidades camponesas	130
4.4 Educação do Campo e a importância da atuação das instituições públicas de ensino no contexto camponês da região de Catalão.....	134
4.5 A escola como espaço de sociabilidade, identidade e fortalecimento dos territórios camponeses	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
6 REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa os efeitos da expansão do agronegócio e da mineração sobre as condições de vida, trabalho, educação e permanência das famílias camponesas nas comunidades Cisterna e Olhos d'Água, localizadas no município de Catalão, Goiás. Parte-se do entendimento de que os territórios camponeses constituem espaços de construção de identidades, relações sociais, práticas culturais e formas de resistência, sendo permanentemente atravessados por disputas entre distintos projetos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008).

A investigação buscou compreender os principais desafios sociais, econômicos, ambientais e educacionais enfrentados pelas famílias dessas comunidades para permanecerem em seus espaços de vida e trabalho diante das transformações associadas ao avanço das atividades agroindustriais e mineradoras na região. Para Caldart (2012), a permanência dos sujeitos do campo está diretamente relacionada à garantia de direitos sociais, ao fortalecimento das organizações comunitárias e à implementação de políticas públicas capazes de reconhecer suas especificidades históricas, culturais e territoriais.

Nas últimas décadas, a modernização da agricultura no Sudeste Goiano promoveu profundas alterações na organização do espaço agrário regional. Esse processo foi impulsionado pela ampliação da produção de commodities agrícolas, pela incorporação intensiva de tecnologias, pela especialização produtiva e pelo fortalecimento das cadeias agroindustriais voltadas aos mercados nacional e internacional. Paralelamente, observou-se a expansão das atividades mineradoras, especialmente relacionadas à exploração de fosfato e nióbio, contribuindo para a reconfiguração econômica e territorial da região.

Segundo Bicalho (2020), as transformações associadas à modernização produtiva modificam não apenas as formas de uso do território, mas também as relações sociais historicamente construídas pelos diferentes grupos que nele vivem. Nesse contexto, as comunidades Cisterna e Olhos d'Água passaram a conviver com mudanças que repercutem sobre suas dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e educacionais, tornando-se espaços privilegiados para a compreensão dos desafios enfrentados pelas populações camponesas diante das atuais disputas territoriais.

As comunidades camponesas da região passaram a conviver com os efeitos da expansão do agronegócio e da mineração, processos que vêm alterando significativamente a

organização dos territórios e as condições de reprodução social das famílias que neles vivem. Cercadas por extensas áreas destinadas às monoculturas e pela presença crescente de empreendimentos minerários, essas populações enfrentam desafios relacionados à preservação ambiental, à manutenção de formas tradicionais de trabalho e à continuidade de seus modos de vida.

A territorialização dessas atividades introduziu novas formas de ocupação e apropriação do espaço, intensificando disputas pelo acesso aos recursos naturais e promovendo mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da região. Embora contribuam para os indicadores econômicos do município de Catalão, reconhecido nacionalmente pela produção mineral e pela força do agronegócio, os impactos desses setores extrapolam a dimensão produtiva. As observações realizadas durante a pesquisa e os relatos dos moradores evidenciam processos associados à degradação ambiental, à redução da vegetação nativa do Cerrado, ao comprometimento dos recursos hídricos, à concentração fundiária e ao enfraquecimento de formas tradicionais de organização camponesa.

Conforme destaca Arroyo (2012), a compreensão da realidade dos povos do campo exige considerar as múltiplas dimensões que estruturam sua existência, entre elas o trabalho, a educação, a cultura, o território e as condições concretas de reprodução da vida. Nessa perspectiva, os impactos observados não se restringem às transformações físicas da paisagem, alcançando também as relações sociais, as práticas produtivas e as formas de organização comunitária.

Estudos sobre a atividade mineradora demonstram que a exploração intensiva dos recursos minerais pode provocar alterações nos recursos hídricos, na qualidade do solo e nas condições ambientais das áreas onde esses empreendimentos se instalam. Durante a pesquisa, os moradores relataram preocupações relacionadas à emissão de poeira, aos ruídos das atividades de extração e às possíveis interferências nos cursos d'água que são utilizados pelas comunidades. Segundo os participantes, essas mudanças repercutem tanto sobre as atividades agrícolas quanto sobre as condições de vida das famílias que permanecem no campo.

Esse conjunto de transformações favorece o surgimento de conflitos socioambientais e territoriais que dificultam a permanência das populações camponesas em seus espaços de vida e trabalho. Pesquisas realizadas em comunidades impactadas pela expansão da mineração indicam que essa atividade pode contribuir para processos de degradação ambiental, redução

da disponibilidade hídrica e fragilização das formas tradicionais de organização social (FERNANDES, 2008).

Além dos impactos decorrentes da mineração, o agronegócio também exerce forte pressão sobre os ecossistemas do Cerrado goiano. A expansão das monoculturas em larga escala, associada ao uso intensivo de insumos químicos e à conversão de áreas de vegetação nativa, tem provocado alterações ambientais significativas, contribuindo para a redução da biodiversidade e para a degradação dos recursos naturais.

No conjunto dessas transformações, tanto a mineração quanto o agronegócio participam de processos que reconfiguram profundamente os territórios camponeses, produzindo efeitos ambientais, sociais e econômicos que influenciam diretamente as condições de permanência das famílias no campo. Fernandes (2008) observa que as disputas territoriais contemporâneas expressam o confronto entre distintos projetos de desenvolvimento, cujos efeitos recaem de maneira desigual sobre as populações que dependem da terra para sua reprodução social e cultural.

Os impactos associados a esses modelos produtivos evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais, ao uso sustentável do território e à garantia dos direitos das populações camponesas. Na ausência dessas iniciativas, ampliam-se os riscos relacionados à segurança hídrica, à qualidade ambiental e à continuidade dos modos de vida construídos pelas comunidades do campo.

Mesmo diante da crise sanitária, econômica e social provocada pela pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2022, o agronegócio brasileiro manteve sua trajetória de crescimento, impulsionado pela ampliação das exportações e pelo fortalecimento das linhas de crédito rural. Embora o setor ocupe posição de destaque nos discursos governamentais e empresariais, os indicadores econômicos não revelam, por si só, as desigualdades sociais e os impactos ambientais associados à expansão desse modelo produtivo.

Diversos estudos demonstram que a modernização agrícola brasileira ocorreu de forma desigual, beneficiando prioritariamente os grandes empreendimentos agropecuários e reforçando estruturas concentradoras do acesso à terra e aos recursos produtivos (OLIVEIRA, 2007). Nessa perspectiva, Altvater (1995) alerta para os limites ambientais dos modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva dos recursos naturais, ressaltando que seus efeitos ultrapassam a dimensão econômica e afetam diretamente as condições de vida das populações mais vulneráveis.

Altvater (1995) argumenta que o modelo de desenvolvimento predominante nas economias centrais contribui para aprofundar desigualdades sociais e ambientais, concentrando o consumo de recursos naturais em determinados grupos e regiões, enquanto amplia processos de exclusão econômica e degradação ambiental em países periféricos. Nessa perspectiva, o enfrentamento dos problemas ambientais exige transformações nos padrões de produção e consumo, uma vez que os benefícios do desenvolvimento tendem a ser apropriados de forma desigual, reforçando assimetrias econômicas e sociais.

Essa discussão remete ao papel do Estado na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à garantia de direitos sociais. Ao analisar o processo de redemocratização brasileira, Lima (2013) destaca a ampliação dos espaços de participação da sociedade civil na construção das políticas públicas. Contudo, a efetivação desses princípios ainda enfrenta desafios decorrentes da permanência de estruturas marcadas pela concentração de riqueza, terra e poder político.

Nesse contexto, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à Educação do Campo, ao desenvolvimento territorial e ao apoio à agricultura familiar constitui estratégia relevante para o enfrentamento dessas desigualdades. Wanderley (2009) ressalta que a agricultura familiar desempenha papel fundamental na produção de alimentos, na geração de renda e na manutenção da vida nas comunidades camponesas, embora ainda enfrente limitações relacionadas ao acesso ao crédito, à assistência técnica e aos mercados consumidores.

No Brasil, o agronegócio consolidou-se como um modelo produtivo voltado principalmente à produção de commodities destinadas aos mercados nacional e internacional, sendo frequentemente apresentado como um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico do país (DELGADO, 2001). Entretanto, essa perspectiva tende a obscurecer as diferenças sociais, econômicas e territoriais que caracterizam os distintos modelos de produção agrícola existentes no campo brasileiro.

Embora coexistam no mesmo espaço geográfico, o agronegócio e a agricultura familiar organizam-se a partir de racionalidades distintas e produzem efeitos diferenciados sobre o ambiente, as relações de trabalho e as formas de reprodução social das populações do campo (ABRAMOVAY, 1998). Enquanto o primeiro está associado à produção em larga escala e à elevada mecanização dos processos produtivos, a agricultura familiar desempenha papel fundamental na produção de alimentos, na geração de renda e na manutenção da vida nas comunidades camponesas (WANDERLEY, 2009).

Nessa perspectiva, Caldart (2012) ressalta que a agricultura familiar não deve ser compreendida apenas como uma categoria econômica, mas como uma forma de organização social vinculada à construção de identidades coletivas, à preservação dos saberes locais e à reprodução dos modos de vida camponeses. É nesse contexto que a Educação do Campo se afirma como uma prática política e pedagógica comprometida com a valorização dos sujeitos do campo e com a defesa de seus direitos.

Historicamente, as disputas em torno do acesso à terra e aos recursos produtivos ocuparam posição central na formação social brasileira. Para Fernandes (2008), o território constitui um espaço de pertencimento, memória, identidade e reprodução social, permanentemente influenciado por diferentes projetos de desenvolvimento. Nessa direção, a Educação do Campo fundamenta-se em princípios que valorizam a emancipação dos sujeitos, a formação humana integral e o reconhecimento do campo como espaço de saberes, culturas e formas próprias de organização da vida social (ARROYO, 2012).

Nessa perspectiva, a educação assume papel fundamental na construção de uma sociedade mais democrática e na ampliação das possibilidades de participação social das populações historicamente marginalizadas. Lima (2013) destaca que as desigualdades econômicas e sociais podem restringir o acesso aos espaços de decisão política e limitar o exercício pleno da cidadania.

Ao analisar a realidade do campo brasileiro, observa-se que essas desigualdades estão diretamente relacionadas à concentração da propriedade da terra e ao acesso desigual aos recursos produtivos. Oliveira (2007) demonstra que a estrutura fundiária nacional foi historicamente marcada por processos que favoreceram a concentração da terra e ampliaram as assimetrias sociais entre grandes proprietários e populações camponesas. Conforme ressalta Lima (2013), essa concentração ultrapassa a dimensão econômica, influenciando também as relações de poder e as oportunidades de acesso aos direitos sociais.

Nesse contexto, a formulação de políticas públicas permanentes voltadas à Educação do Campo, ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação das condições de permanência das populações camponesas constitui elemento fundamental para o enfrentamento dessas desigualdades. Para Caldart (2012), a valorização dos sujeitos do campo e de seus modos de vida representa condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e socialmente inclusiva.

Os movimentos sociais do campo desempenharam papel decisivo na defesa dos direitos das populações rurais e na consolidação de políticas públicas voltadas à educação, à produção e à permanência das famílias em seus territórios. Entre as principais conquistas desse processo destacam-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), iniciativas que contribuíram para ampliar o acesso à educação contextualizada e fortalecer a formação dos sujeitos do campo (BRASIL, 2002; BRASIL, 2012).

Nessa direção, o Estado assume papel estratégico na formulação de políticas capazes de fortalecer a agricultura familiar, ampliar o acesso ao crédito, à assistência técnica e aos mercados consumidores, reconhecendo a importância das famílias camponesas para a produção de alimentos e para a segurança alimentar da população brasileira (WANDERLEY, 2009).

Igualmente importante é a ampliação dos investimentos destinados à Educação do Campo, assegurando condições para a formação das novas gerações, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento das comunidades camponesas. Caldart (2012) ressalta que uma educação construída a partir das realidades do campo constitui elemento essencial para a consolidação de projetos socialmente justos, ambientalmente sustentáveis e comprometidos com a permanência dos sujeitos em seus territórios.

Um dos diferenciais desta pesquisa reside na análise comparativa de duas comunidades que vivenciam realidades distintas em relação ao acesso à educação escolar. Enquanto a comunidade Cisterna mantém uma escola em funcionamento, a comunidade Olhos d'Água não dispõe de unidade escolar em seu território. Essa condição possibilitou investigar não apenas os impactos da expansão do agronegócio e da mineração, mas também compreender de que maneira a presença ou a ausência da escola influencia a organização comunitária, os processos de sociabilidade, a construção das identidades locais e as condições de permanência das famílias no campo.

Para alcançar os objetivos propostos, a tese está organizada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Agronegócio, Mineração, Territorialidade e Desigualdades Sociais: Impactos sobre o Camponato Brasileiro*, discute a formação histórica da estrutura agrária brasileira, os processos de concentração fundiária e os efeitos da expansão do agronegócio e da mineração sobre as comunidades camponesas.

O segundo capítulo, *Movimentos Sociais Camponeses e Políticas Educacionais: Mediações no Desenvolvimento do Campesinato*, analisa a trajetória dos movimentos sociais do campo e suas contribuições para a construção das políticas públicas voltadas à Educação do Campo, enfatizando as lutas pela garantia de direitos e pela valorização das populações camponesas.

O terceiro capítulo, *Território, Trabalho e Educação do Campo: A Realidade das Comunidades Cisterna e Olhos d'Água, em Catalão-GO*, apresenta os resultados do trabalho de campo, com destaque para as condições de vida, trabalho e educação das comunidades investigadas, bem como para os impactos das transformações territoriais observadas na região.

O quarto capítulo, *Entre o Direito à Educação e a Permanência no Campo: Desafios das Comunidades Olhos d'Água e Cisterna*, desenvolve uma análise dos desafios enfrentados pelas populações camponesas para permanecerem em seus territórios, enfatizando o papel da Educação do Campo, das escolas do campo e das instituições públicas de ensino na promoção do desenvolvimento territorial.

Por fim, as considerações finais retomam os principais resultados da pesquisa, destacando as contribuições do estudo para o debate sobre Educação do Campo, políticas públicas e permanência camponesa, bem como para a compreensão das relações entre educação, território e desenvolvimento social.

JUSTIFICATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão acerca das relações entre Educação do Campo, políticas públicas educacionais e permanência das populações camponesas, considerando as transformações econômicas, sociais e espaciais observadas na região de Catalão, Goiás. Em uma realidade marcada pela expansão do agronegócio e da mineração, torna-se relevante investigar de que maneira esses processos interferem nas condições de vida, trabalho, organização comunitária e acesso aos direitos sociais das populações rurais.

A relevância científica deste estudo está associada à necessidade de aprofundar análises que articulem questão agrária, desenvolvimento rural, educação e dinâmicas territoriais a partir das experiências concretas vivenciadas pelas comunidades pesquisadas. Embora a produção acadêmica brasileira tenha avançado significativamente nessas áreas, ainda são necessários estudos capazes de evidenciar como as transformações econômicas e territoriais repercutem diretamente nas dimensões sociais, culturais e educacionais de comunidades específicas, sobretudo em regiões fortemente influenciadas pelas atividades agroindustriais e mineradoras.

Fernandes (2008) compreende o território como espaço de construção de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, constituindo elemento fundamental para a reprodução da vida dos sujeitos do campo. Sob essa ótica, os espaços ocupados pelas populações camponesas ultrapassam a dimensão física da terra, representando referências de pertencimento, memória, identidade e resistência. Assim, analisar as transformações ocorridas nas comunidades investigadas implica compreender processos que afetam não apenas a produção econômica, mas também as formas de organização social e cultural construídas ao longo do tempo.

A escolha das comunidades Olhos d'Água e Cisterna decorre de suas particularidades históricas, sociais e educacionais, bem como das mudanças observadas em seus processos de organização territorial nas últimas décadas. Embora estejam inseridas na mesma região e compartilhem aspectos relacionados à agricultura familiar e à vida comunitária, apresentam realidades distintas quanto ao acesso à educação escolar. Enquanto a comunidade Cisterna mantém uma escola em funcionamento, a comunidade Olhos d'Água encontra-se há vários anos sem unidade escolar em seu território.

Essa condição constitui um dos principais diferenciais da pesquisa, pois possibilita uma análise comparativa capaz de evidenciar como a presença ou a ausência da escola influencia a organização comunitária, a construção das identidades locais, os processos de sociabilidade e as condições de permanência das famílias no campo. Trata-se de uma dimensão ainda pouco explorada em estudos voltados à Educação do Campo, especialmente em territórios submetidos às transformações decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração.

Do ponto de vista educacional, a pesquisa fundamenta-se na compreensão de que a Educação do Campo representa uma importante conquista dos movimentos sociais camponeses e das organizações populares comprometidas com a defesa dos direitos das populações rurais. Caldart (2012) destaca que a Educação do Campo constitui um projeto político-pedagógico construído a partir das lutas sociais e do reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de seus processos formativos. Trata-se de uma concepção que valoriza os saberes produzidos nas comunidades, as experiências coletivas e as especificidades históricas, sociais e culturais dos povos do campo.

Investigar a realidade educacional das comunidades pesquisadas permite compreender como as políticas públicas destinadas à Educação do Campo têm sido efetivamente materializadas e quais desafios ainda permanecem para a garantia do direito à educação nas áreas rurais. A discussão torna-se ainda mais relevante diante dos processos de fechamento e nucleação de escolas observados em diferentes regiões do país, fenômeno que tem produzido impactos significativos sobre a vida das populações rurais e sobre as possibilidades de permanência das novas gerações em seus espaços de pertencimento.

A relevância social desta pesquisa está diretamente relacionada à necessidade de dar visibilidade às experiências, percepções e desafios enfrentados pelas famílias camponesas da região de Catalão. Arroyo (2012) destaca que os povos do campo foram, durante longos períodos, submetidos a processos de invisibilização política, social e educacional, tornando fundamental a produção de conhecimentos comprometidos com a valorização de suas trajetórias, saberes e formas de organização coletiva. Sob essa ótica, a investigação busca contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as realidades vivenciadas nas comunidades pesquisadas, reconhecendo seus moradores como protagonistas de suas histórias e portadores de conhecimentos construídos socialmente.

A pesquisa também se mostra relevante diante das transformações produzidas pela expansão do agronegócio e da mineração na região de Catalão. Nas últimas décadas, esses setores ampliaram significativamente sua presença, promovendo alterações na dinâmica econômica regional, nas formas de utilização da terra e nas relações estabelecidas entre as populações locais e os recursos naturais. Embora contribuam para o crescimento econômico, seus efeitos extrapolam a dimensão produtiva, influenciando diretamente as condições de vida e as possibilidades de permanência das comunidades rurais.

Oliveira (2007) demonstra que a questão agrária brasileira permanece marcada por profundas desigualdades relacionadas à concentração fundiária e ao acesso aos recursos produtivos. Essas assimetrias repercutem diretamente sobre as condições de reprodução social das populações camponesas e sobre suas possibilidades de acesso aos direitos fundamentais. Compreender a realidade das comunidades investigadas significa, portanto, refletir sobre os desafios impostos pela permanência dessas desigualdades em um cenário de intensas transformações econômicas e territoriais.

Outro aspecto que justifica a realização deste estudo refere-se à importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, a geração de renda e a manutenção das relações comunitárias no meio rural. Wanderley (2009) ressalta que a agricultura familiar constitui uma forma específica de organização social e produtiva que articula trabalho, família e território, desempenhando papel fundamental na reprodução econômica e cultural das populações do campo. Sua continuidade, entretanto, depende da existência de políticas públicas capazes de assegurar acesso à educação, ao crédito, à assistência técnica, à infraestrutura e às demais condições necessárias ao desenvolvimento das comunidades rurais.

A investigação pretende ainda contribuir para o debate sobre a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às populações do campo. Ao analisar as experiências vivenciadas nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna, torna-se possível identificar desafios, potencialidades e limites presentes na efetivação das políticas educacionais e das ações destinadas ao fortalecimento das comunidades rurais. Os resultados obtidos poderão oferecer subsídios para reflexões acadêmicas e institucionais comprometidas com a promoção da justiça social, a valorização das identidades camponesas e a garantia dos direitos das populações do campo.

Molina (2012) defende que a Educação do Campo deve estar articulada a projetos de desenvolvimento capazes de reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas dos

processos de transformação social. A educação, nesse entendimento, não pode ser compreendida de forma isolada, mas integrada às condições de vida, trabalho, cultura e participação política das comunidades rurais.

Por essa razão, esta pesquisa fundamenta-se na compreensão de que a permanência das famílias camponesas depende da articulação entre diferentes dimensões da vida social, entre elas o acesso à educação, às políticas públicas, aos recursos produtivos e às oportunidades de desenvolvimento local. Investigar as experiências das comunidades Olhos d'Água e Cisterna representa uma oportunidade de ampliar o conhecimento sobre as dinâmicas que caracterizam o campo contemporâneo e de contribuir para o fortalecimento das discussões relacionadas à Educação do Campo, às políticas educacionais e às condições de permanência das populações rurais em seus espaços de vida e trabalho.

Objetivo Geral

Analisar os impactos educacionais, políticos, econômicos e territoriais decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração sobre as condições de vida, trabalho, educação e permanência das famílias camponesas nas comunidades Cisterna e Olhos d'Água, em Catalão-GO.

Objetivos Específicos

1.Descrever os principais impactos políticos, econômicos, sociais e territoriais decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração sobre as comunidades camponesas da região de Catalão-GO.

2.Analisar as relações entre as políticas de Educação do Campo e os processos de fortalecimento das comunidades camponesas, considerando suas contribuições para a garantia do direito à educação e para a permanência das famílias em seus territórios.

3.Investigar as condições de vida, trabalho e educação nas comunidades Cisterna e Olhos d'Água, buscando compreender as transformações ocorridas em seus modos de vida e em sua organização social e territorial.

4. Analisar os desafios relacionados ao acesso, à permanência e à efetivação das políticas de Educação do Campo nas comunidades pesquisadas.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo por finalidade analisar as relações entre as políticas públicas educacionais, as transformações socioterritoriais e as experiências vivenciadas pelas comunidades camponesas Cisterna e Olhos d'Água, localizadas no município de Catalão, Goiás. O estudo fundamentou-se na necessidade de compreender os processos sociais, educacionais, culturais e territoriais presentes nesses territórios, especialmente diante das mudanças decorrentes da expansão do agronegócio e da atividade mineradora na região.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por favorecer a interpretação dos fenômenos sociais a partir das experiências, percepções, práticas e significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências cotidianas. De acordo com Gil (2022), essa abordagem possibilita analisar fenômenos complexos considerando seus contextos históricos, sociais e culturais. O caráter exploratório contribuiu para a aproximação com o objeto de estudo e para o aprofundamento das reflexões teóricas e empíricas, enquanto a natureza descritiva permitiu registrar, interpretar e analisar aspectos sociais, econômicos, educacionais e culturais presentes nas comunidades pesquisadas.

A pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva histórico-social, buscando compreender as transformações ocorridas nas comunidades estudadas e suas relações com processos mais amplos vinculados à expansão do agronegócio, da mineração e das políticas públicas destinadas às populações camponesas. Tal perspectiva possibilitou analisar as contradições presentes nesses territórios, considerando suas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais.

Considerando os pressupostos da pesquisa etnográfica, os registros produzidos ao longo do trabalho de campo resultaram de diferentes situações de interação, incluindo entrevistas semiestruturadas, observações participantes, conversas informais, rodas de conversa e demais momentos de convivência estabelecidos com os moradores. Para preservar a identidade dos participantes, os relatos foram identificados por meio da expressão "Entrevistado(a)" seguida de numeração sequencial, utilizada exclusivamente para fins de organização e sistematização dos registros analíticos. Dessa forma, a numeração adotada não

corresponde à quantidade total de participantes da pesquisa, mas à organização dos diferentes registros produzidos durante a investigação.

Os procedimentos metodológicos integraram pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A revisão bibliográfica subsidiou a construção do referencial teórico e das categorias analíticas utilizadas no estudo. A pesquisa documental envolveu a análise de legislações, decretos, normativas, relatórios institucionais, dados estatísticos e documentos relacionados à Educação do Campo, às políticas públicas educacionais e ao desenvolvimento das populações camponesas.

As informações documentais e estatísticas foram obtidas em instituições e bases de dados reconhecidas nacionalmente, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outras fontes consideradas relevantes para os objetivos do estudo.

A pesquisa de campo constituiu etapa central do trabalho, sendo desenvolvida por meio da observação participante, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e registros em diário de campo. Adotou-se a abordagem etnográfica como estratégia metodológica por possibilitar a compreensão das experiências, valores, práticas sociais e significados construídos pelos sujeitos em seus contextos de vida (MATTOS, 2011). A permanência do pesquisador nas comunidades pesquisadas permitiu acompanhar práticas de trabalho, atividades comunitárias, experiências educacionais, manifestações culturais e percepções dos moradores acerca das transformações ocorridas ao longo do tempo.

As observações etnográficas contribuíram para a análise das dinâmicas sociais, educacionais e territoriais presentes nos territórios estudados, permitindo relacionar as narrativas dos participantes aos processos históricos discutidos ao longo da pesquisa. A articulação entre os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica, da análise documental e do trabalho de campo favoreceu a triangulação das informações produzidas, ampliando a consistência analítica do estudo e possibilitando uma compreensão mais abrangente das relações entre Educação do Campo, território, desenvolvimento e permanência camponesa.

A escolha das comunidades Cisterna e Olhos d'Água como campo empírico ocorreu em razão de suas características históricas, territoriais e educacionais distintas. Enquanto a

comunidade Cisterna mantém em funcionamento a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, a comunidade Olhos d'Água encontra-se há vários anos sem unidade escolar em seu território. Essa diferenciação permitiu analisar comparativamente os efeitos da presença e da ausência da escola sobre a vida comunitária, os processos de sociabilidade, a construção das identidades locais e as condições de permanência das famílias no campo.

Participaram da pesquisa oito moradores das comunidades pesquisadas, sendo quatro residentes da comunidade Cisterna e quatro da comunidade Olhos d'Água. A seleção dos participantes ocorreu por critérios intencionais, definidos em função dos objetivos do estudo, priorizando sujeitos com amplo conhecimento da realidade local e experiência relacionada às transformações sociais, educacionais e territoriais observadas nesses territórios.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: idade igual ou superior a dezoito anos, residência mínima de cinco anos na comunidade e participação direta ou indireta em processos sociais vinculados à vida comunitária. Também foram incluídos participantes reconhecidos por sua atuação em atividades coletivas e lideranças locais, considerando sua relevância para a preservação da memória social, a construção das identidades comunitárias e a articulação das demandas coletivas. Foram excluídos moradores temporários, trabalhadores sazonais e indivíduos que não possuíam experiência suficiente com a realidade local para contribuir com os objetivos da pesquisa.

A definição do número de participantes considerou os pressupostos da pesquisa qualitativa e da abordagem etnográfica, que privilegiam a profundidade das informações produzidas em detrimento da representatividade estatística. As entrevistas foram realizadas até que os dados obtidos possibilitassem compreender os fenômenos investigados de forma consistente e compatível com os objetivos propostos.

Para a produção das informações foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa, entre eles formulário de caracterização dos participantes, observação participante, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e registros em diário de campo. A utilização desses procedimentos possibilitou ampliar a compreensão da realidade estudada e fortalecer a consistência analítica das informações produzidas ao longo da pesquisa.

O formulário inicial permitiu a obtenção de informações relacionadas às trajetórias de vida, às características sociais dos participantes e à sua inserção nas comunidades pesquisadas. As entrevistas semiestruturadas foram orientadas por um roteiro composto por

questões abertas relacionadas às condições de vida, trabalho, educação, organização comunitária e permanência das famílias camponesas em seus territórios.

As entrevistas foram realizadas presencialmente em locais previamente escolhidos pelos participantes, respeitando critérios de privacidade, conforto e acolhimento. Mediante autorização dos entrevistados, parte dos relatos foi registrada em áudio para fins de sistematização e análise. Em todas as etapas da pesquisa foram assegurados o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações produzidas e o respeito aos princípios éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos.

Além das entrevistas formais, a pesquisa valorizou as narrativas produzidas pelos moradores durante as observações de campo, os encontros comunitários, as rodas de conversa e os diversos momentos de convivência estabelecidos ao longo do estudo. Considerando os pressupostos da abordagem etnográfica, compreende-se que a produção do conhecimento não se restringe aos relatos obtidos em situações formais de entrevista, mas também se constrói a partir das experiências compartilhadas, das práticas sociais observadas e dos significados atribuídos pelos sujeitos às transformações vivenciadas em seus territórios.

Nessa perspectiva, as narrativas dos moradores foram incorporadas à pesquisa não apenas como fonte de informação, mas como expressão das experiências sociais construídas nas comunidades. Os relatos contribuíram para compreender como os participantes interpretam as mudanças ocorridas em seus territórios, os desafios relacionados à permanência no campo, as transformações nas relações de trabalho, as experiências educacionais e os impactos decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração. Buscou-se, assim, reconhecer os participantes como sujeitos ativos na produção do conhecimento, valorizando suas percepções e experiências acerca da realidade estudada.

Os registros em diário de campo constituíram importante instrumento de análise, possibilitando documentar observações, interações sociais, práticas culturais, atividades produtivas, eventos comunitários e aspectos do cotidiano das comunidades. Conforme destaca Geertz (2008), a pesquisa etnográfica exige a construção de uma descrição densa da realidade social, capaz de interpretar os significados presentes nas ações e relações estabelecidas pelos sujeitos em seus contextos de vida. Sob essa perspectiva, o diário de campo contribuiu para registrar elementos que ultrapassam os discursos formalmente produzidos, ampliando a compreensão das dinâmicas observadas.

As rodas de conversa complementaram o processo investigativo ao favorecer momentos de diálogo coletivo sobre temas relacionados à Educação do Campo, às políticas públicas, às transformações territoriais e aos desafios enfrentados pelas comunidades pesquisadas. Esses encontros possibilitaram a circulação de diferentes experiências e interpretações, contribuindo para a construção de uma análise mais contextualizada da realidade estudada.

A análise das informações foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Inicialmente, os materiais produzidos durante a pesquisa foram organizados, sistematizados e submetidos a leituras sucessivas. Posteriormente, realizou-se o processo de codificação, categorização e interpretação dos dados, permitindo identificar temas recorrentes, regularidades discursivas e elementos diretamente relacionados aos objetivos do estudo.

A interpretação dos dados ocorreu à luz do referencial teórico adotado, especialmente das contribuições de Paulo Freire, Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Bernardo Mançano Fernandes, Mônica Molina e outros autores que discutem Educação do Campo, movimentos sociais, território e desigualdades sociais. A articulação entre entrevistas, observações de campo, registros em diário de campo, documentos e dados estatísticos contribuiu para ampliar a confiabilidade das informações produzidas e fortalecer a consistência analítica do estudo.

A permanência prolongada do pesquisador nas comunidades pesquisadas mostrou-se fundamental para a compreensão das múltiplas dimensões da vida camponesa e das relações estabelecidas entre educação, território e permanência no campo, favorecendo uma aproximação mais consistente com a realidade vivenciada pelos participantes.

Esta pesquisa foi desenvolvida em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, especialmente as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEP/UFRRJ), sob o CAAE nº 84397524.2.0000.0311, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando sua participação voluntária e o respeito aos princípios éticos da pesquisa científica.

Foram garantidos o sigilo das informações, a proteção da identidade dos participantes, o direito de desistência em qualquer etapa da pesquisa e a utilização exclusiva dos dados para fins acadêmicos e científicos. Os registros e documentos produzidos foram armazenados de

forma segura, em conformidade com os princípios éticos e as normas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram analisar as relações entre Educação do Campo, políticas públicas educacionais e as experiências vivenciadas pelas comunidades camponesas Cisterna e Olhos d'Água. A articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo permitiu compreender as dinâmicas sociais, educacionais e territoriais presentes nos territórios pesquisados, assegurando coerência metodológica, rigor científico e compromisso ético na produção e interpretação dos dados.

1 CAPÍTULO I

AGRONEGÓCIO, MINERAÇÃO, TERRITORIALIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS: IMPACTOS SOBRE O CAMPESinATO BRASILEIRO

Este capítulo tem por objetivo compreender como a expansão do agronegócio e da mineração tem produzido transformações territoriais, econômicas, sociais e ambientais que afetam diretamente as condições de vida, trabalho e permanência das comunidades camponesas no Brasil, com especial atenção à região de Catalão, Goiás. Parte-se do entendimento de que tais processos ultrapassam a esfera estritamente produtiva, repercutindo sobre o acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia e às demais políticas públicas indispensáveis à reprodução social das famílias camponesas.

Nas últimas décadas, as transformações ocorridas no campo brasileiro estiveram fortemente associadas à modernização da agricultura, à expansão das monoculturas voltadas para exportação e ao crescimento da atividade mineradora. Impulsionados pela lógica de inserção do país no mercado global de commodities, esses processos contribuíram para redefinir os usos do território, intensificar a concentração fundiária e ampliar os conflitos pela terra e pelos recursos naturais. Conforme argumenta Fernandes (2008), o território constitui um espaço de disputa permanente entre diferentes projetos de desenvolvimento, envolvendo interesses econômicos, políticos, sociais e culturais frequentemente antagônicos.

No contexto brasileiro, a expansão do agronegócio e da mineração tem sido frequentemente apresentada como estratégia de desenvolvimento econômico e geração de riqueza. Entretanto, diversos estudos evidenciam que tais atividades também produzem impactos significativos sobre as populações rurais, especialmente em regiões marcadas pela presença de grandes empreendimentos agrícolas e minerários. Entre esses impactos destacam a concentração da propriedade da terra, a redução dos espaços destinados à agricultura familiar, a degradação ambiental, o comprometimento dos recursos hídricos, o deslocamento de populações, a precarização de formas tradicionais de produção e o enfraquecimento das condições de permanência das famílias camponesas em seus territórios (OLIVEIRA, 2007).

Na região de Catalão, localizada no sudeste goiano, tais transformações assumem características particulares em razão da forte presença da mineração de fosfato e nióbio, associada à expansão das atividades vinculadas ao agronegócio. A coexistência desses dois setores econômicos tem provocado alterações nas dinâmicas territoriais, influenciando o acesso à terra, as formas de trabalho, as relações comunitárias e as condições de reprodução social das populações rurais. Nesse cenário, as comunidades camponesas passam a enfrentar desafios relacionados tanto à permanência em seus territórios quanto à garantia de direitos fundamentais historicamente reivindicados pelos movimentos sociais do campo.

A territorialidade constitui categoria central para a compreensão dessas dinâmicas, uma vez que expressa as relações históricas, culturais, econômicas e políticas construídas pelos sujeitos em seus espaços de vida. Sob essa perspectiva, os territórios camponeses não podem ser compreendidos apenas como espaços de produção econômica, mas como lugares de pertencimento, memória, identidade, sociabilidade e resistência. Conforme destaca Fernandes (2008), o território representa uma construção social permanentemente marcada por relações de poder e por disputas entre distintos projetos societários.

As desigualdades sociais presentes no campo brasileiro manifestam-se não apenas na distribuição da renda e da propriedade da terra, mas também no acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, à assistência técnica, ao crédito rural e às demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das populações rurais. Tais desigualdades refletem processos históricos de exclusão e marginalização que afetam diretamente as condições de vida das comunidades camponesas e limitam suas possibilidades de permanência e reprodução social.

A compreensão dessas desigualdades exige considerar a questão agrária brasileira como um processo histórico marcado pela concentração fundiária e pela disputa permanente em torno do acesso e do controle da terra. Conforme Martins (1994), a questão agrária não se restringe à distribuição da propriedade rural, mas envolve as múltiplas relações sociais, econômicas e políticas produzidas no interior da sociedade brasileira. Nesse sentido, a permanência de profundas assimetrias no campo revela a continuidade de estruturas historicamente excludentes que dificultam a efetivação de direitos e ampliam as vulnerabilidades vivenciadas pelas populações camponesas.

Nesse contexto, a Educação do Campo emerge como importante instrumento de resistência, organização coletiva e afirmação dos direitos das populações rurais. Mais do que uma modalidade educacional, constitui-se como um projeto político-pedagógico

comprometido com a valorização dos saberes produzidos nos territórios, com o fortalecimento das identidades camponesas e com a construção de alternativas de desenvolvimento socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Conforme afirma Arroyo (2012), reconhecer os povos do campo como sujeitos de direitos constitui condição fundamental para a superação das desigualdades historicamente produzidas na sociedade brasileira.

Ao lado da Educação do Campo, os movimentos sociais rurais desempenham papel fundamental na defesa dos territórios camponeses e na luta pela ampliação das políticas públicas destinadas às populações do campo. Suas ações têm contribuído para a construção de propostas educacionais contextualizadas, para o fortalecimento das identidades coletivas e para a ampliação dos espaços de participação política, constituindo importantes estratégias de enfrentamento às desigualdades produzidas pelos processos de expansão do capital sobre os territórios rurais.

Partindo da compreensão de que as desigualdades observadas no campo brasileiro estão diretamente relacionadas aos processos históricos de apropriação, controle e disputa do território, este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira aborda a formação histórica da estrutura fundiária brasileira e suas implicações para a questão agrária. A segunda discute a expansão do agronegócio e da mineração, destacando seus efeitos sobre a organização territorial. A terceira analisa os impactos econômicos, sociais, políticos e ambientais desses processos sobre o campesinato. Por fim, a quarta seção examina o papel da Educação do Campo e dos movimentos sociais na defesa dos direitos das populações rurais e no fortalecimento dos territórios camponeses.

1.1 Formação histórica da estrutura fundiária brasileira: sesmarias, terras devolutas, grilagem e latifúndio

A compreensão das desigualdades sociais e territoriais presentes no campo brasileiro exige uma análise histórica da formação da estrutura fundiária nacional. A distribuição da terra no Brasil não ocorreu de maneira democrática ou igualitária, mas esteve historicamente associada à concentração do poder econômico e político. Desde o período colonial, a apropriação da terra constituiu elemento central na organização da sociedade brasileira, contribuindo para a formação de uma estrutura agrária marcada pela concentração fundiária, pela exclusão social e pela reprodução de desigualdades que permanecem presentes na contemporaneidade.

Durante o período colonial, predominou o sistema de sesmarias, mecanismo jurídico transplantado de Portugal para o Brasil com a finalidade de promover a ocupação do território e estimular a produção agrícola. Por meio desse sistema, a Coroa Portuguesa concedia extensas áreas de terra a particulares, condicionando sua posse ao aproveitamento econômico e à ocupação efetiva. Na prática, entretanto, a distribuição das sesmarias favoreceu grupos social e economicamente privilegiados, contribuindo para a formação dos grandes latifúndios que passaram a caracterizar a estrutura agrária brasileira.

Conforme destacam Motta e Zarth (2008), a distribuição de terras durante o período colonial esteve diretamente associada à constituição de estruturas de poder que privilegiaram determinados grupos sociais em detrimento de amplos segmentos da população. Nesse contexto, o regime de sesmarias desempenhou papel fundamental na organização territorial da colônia, mas também lançou as bases históricas da concentração fundiária que atravessa a formação social brasileira.

Paralelamente ao sistema oficial de concessão de terras, desenvolveram-se formas de ocupação baseadas na posse informal por pequenos agricultores, trabalhadores livres, comunidades tradicionais e grupos socialmente marginalizados. Essas formas de ocupação demonstram que a constituição do espaço agrário brasileiro foi marcada por disputas permanentes em torno do acesso à terra e aos recursos necessários à reprodução da vida. Como observa Martins (1994), a questão agrária brasileira não pode ser compreendida apenas pela dimensão econômica da propriedade, mas pelas relações sociais, políticas e históricas construídas em torno da terra e do trabalho.

Com a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), ocorreu uma profunda transformação no regime jurídico da propriedade fundiária brasileira. A legislação estabeleceu a compra como principal mecanismo de acesso às terras públicas, restringindo significativamente as possibilidades de aquisição por populações de baixa renda, ex-escravizados e pequenos produtores. Dessa forma, consolidou-se a propriedade privada como elemento central da estrutura fundiária nacional e reforçaram-se os mecanismos de exclusão social historicamente presentes no campo brasileiro.

Segundo Motta e Zarth (2008), a Lei de Terras representou um marco na institucionalização da concentração fundiária ao transformar a terra em mercadoria e limitar o acesso dos segmentos populares à propriedade rural. Sua promulgação ocorreu no mesmo período em que se intensificavam os debates sobre o fim da escravidão, evidenciando a

preocupação das elites agrárias em restringir o acesso à terra por parte das populações que futuramente deixariam a condição de trabalho escravizado.

A legislação também contribuiu para a definição das chamadas terras devolutas, compreendidas como áreas pertencentes ao Estado e não destinadas a uso público específico ou regularmente tituladas a particulares. Ao longo da história brasileira, essas terras tornaram-se objeto de disputas, ocupações e apropriações privadas, especialmente em regiões de expansão das fronteiras agrícolas, contribuindo para o aprofundamento dos conflitos fundiários.

Nesse contexto, a grilagem consolidou-se como uma das principais formas de apropriação irregular de terras no país. Caracterizada pela falsificação de documentos, manipulação de registros fundiários e ocupação ilegal de áreas públicas, essa prática desempenhou papel significativo na ampliação da concentração fundiária e na expansão de grandes propriedades rurais. Além de comprometer a segurança jurídica da posse da terra, a grilagem contribuiu para intensificar conflitos agrários, expulsões de comunidades tradicionais e obstáculos à implementação de políticas de reforma agrária.

Como resultado desses processos históricos, o latifúndio consolidou-se como uma das principais características da estrutura agrária brasileira. Associado historicamente à monocultura, à exploração intensiva dos recursos naturais e à produção voltada para o mercado externo, o latifúndio concentra extensas áreas de terra sob o domínio de um número reduzido de proprietários. Conforme Oliveira (2007), a concentração fundiária constitui um dos principais elementos explicativos das desigualdades sociais, dos conflitos agrários e das disputas territoriais observadas no campo brasileiro.

Ao longo do século XX, a questão fundiária adquiriu novos contornos em razão das transformações econômicas e políticas vivenciadas pelo país. A aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) representou um marco importante ao estabelecer princípios relacionados à função social da propriedade e ao uso racional dos recursos naturais. Embora tenha ampliado o debate sobre a democratização do acesso à terra, sua efetivação encontrou limites decorrentes da resistência de grupos economicamente dominantes e da permanência das estruturas historicamente concentradoras da propriedade rural.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a função social da propriedade foi reafirmada como princípio fundamental da ordem econômica e agrária brasileira. Os

artigos 184 a 191 estabeleceram diretrizes para a política agrícola e fundiária, reconhecendo a reforma agrária como instrumento de promoção da justiça social, democratização do acesso à terra e fortalecimento do desenvolvimento rural.

Posteriormente, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, enquanto a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, instituiu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essas normativas ampliaram os mecanismos jurídicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento rural sustentável, embora persistam desafios relacionados à efetiva democratização do acesso à terra.

A análise da formação histórica da estrutura fundiária brasileira revela que as desigualdades observadas no campo não constituem fenômenos recentes, mas resultam de processos históricos de apropriação e concentração da terra que atravessam diferentes períodos da história nacional. Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar os conflitos territoriais contemporâneos e os impactos provocados pela expansão do agronegócio e da mineração sobre os territórios camponeses, temática que será aprofundada na próxima seção.

Apesar dos avanços normativos observados ao longo das últimas décadas, a estrutura fundiária brasileira continua caracterizada por elevados níveis de concentração da propriedade rural. Os dados do Censo Agropecuário demonstram a persistência de profundas desigualdades no acesso à terra, evidenciando que a democratização da propriedade fundiária permanece como um desafio histórico para o desenvolvimento rural brasileiro (IBGE, 2018).

A concentração fundiária ultrapassa a dimensão econômica, assumindo implicações territoriais, sociais, políticas e ambientais. O acesso desigual à terra condiciona as oportunidades de trabalho, produção e geração de renda, ao mesmo tempo em que limita o acesso das populações rurais às políticas públicas e aos recursos necessários à sua reprodução social. Nesse contexto, a distribuição da propriedade fundiária influencia diretamente as condições de acesso à educação, à saúde, à assistência técnica, ao crédito rural e às demais políticas voltadas ao fortalecimento das comunidades camponesas.

Sob essa perspectiva, a questão fundiária permanece como um dos principais desafios para a construção de uma sociedade socialmente justa e territorialmente democrática. Conforme argumenta Fernandes (2008), o território constitui espaço fundamental de produção

da vida social, econômica, cultural e política, sendo também o lugar onde se materializam as disputas entre distintos projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro.

A garantia do acesso à terra, associada à efetivação de políticas públicas voltadas à educação, saúde, assistência técnica, infraestrutura e desenvolvimento sustentável, constitui elemento indispensável para o fortalecimento dos territórios camponeses e para a ampliação das condições de permanência das famílias no meio rural. Nesse sentido, compreender a formação histórica da estrutura fundiária brasileira torna-se fundamental para analisar os processos contemporâneos de expansão do agronegócio e da mineração, bem como seus impactos sobre as comunidades camponesas da região de Catalão-GO, temática abordada na próxima seção.

1.2 Agronegócio, mineração e reconfiguração dos territórios camponeses

As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro nas últimas décadas estão diretamente relacionadas à expansão do agronegócio e da mineração, atividades econômicas que têm promovido profundas mudanças na organização territorial, nas relações de trabalho e nas formas de uso e apropriação da terra. Esses processos alteram não apenas a dinâmica produtiva do campo, mas também as condições de vida, a reprodução social e as possibilidades de permanência das famílias camponesas em seus territórios.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente com a modernização conservadora da agricultura brasileira, intensificaram-se a mecanização da produção, a incorporação de tecnologias agrícolas e a expansão das monoculturas voltadas para exportação. Esse processo foi impulsionado por políticas públicas de crédito rural, incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e estímulos à ocupação de novas fronteiras agrícolas. Conforme analisa Delgado (2001), consolidou-se um modelo de desenvolvimento fortemente orientado para a produção em larga escala e para a inserção competitiva do país nos mercados globais de commodities.

Embora o agronegócio exerça papel relevante na economia nacional e nas exportações brasileiras, sua expansão também tem sido acompanhada pelo aprofundamento da concentração fundiária, pela substituição da vegetação nativa e pela redução dos espaços destinados à agricultura familiar. Como observa Oliveira (2007), a expansão do capital no campo frequentemente ocorre mediante processos que reforçam desigualdades históricas, ampliando disputas pelo controle da terra e dos recursos naturais.

A partir dessa compreensão, observa-se que, paralelamente à expansão do agronegócio, a mineração assumiu papel cada vez mais relevante em diferentes regiões do país, especialmente em áreas ricas em recursos minerais estratégicos. A ampliação das atividades mineradoras promove alterações significativas na paisagem, no uso do solo e nas dinâmicas econômicas locais, produzindo impactos sobre os recursos naturais, as relações de trabalho e os modos de vida das populações rurais.

No estado de Goiás, particularmente na região Sudeste, a mineração destaca-se como uma das principais atividades econômicas. O município de Catalão constitui importante polo nacional de exploração de fosfato e nióbio, minerais estratégicos para os setores agrícola, tecnológico e industrial. A presença simultânea da mineração e do agronegócio confere características específicas ao território regional, produzindo reconfigurações que afetam diretamente as comunidades camponesas, suas formas de produção, seus vínculos territoriais e suas condições de permanência no campo.

Nesse contexto, a territorialidade assume papel central na compreensão das disputas presentes no espaço rural. Conforme argumenta Fernandes (2008), o território não corresponde apenas a uma base física de produção, mas constitui espaço de construção de identidades, relações sociais, práticas culturais, formas de organização política e projetos de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um espaço permeado por relações de poder e conflitos entre diferentes interesses sociais. Sob essa perspectiva, a expansão do agronegócio e da mineração frequentemente produz processos de desterritorialização das comunidades camponesas, enquanto estas desenvolvem estratégias de resistência e reterritorialização para garantir sua permanência nos territórios historicamente construídos.

Os territórios camponeses podem ser compreendidos como espaços socialmente construídos a partir das relações estabelecidas entre as comunidades rurais e os lugares onde produzem e reproduzem suas condições materiais e simbólicas de existência. Mais do que áreas destinadas à produção agrícola, constituem espaços de pertencimento, identidade, memória, trabalho, sociabilidade e resistência, nos quais se desenvolvem práticas culturais, econômicas e educativas fundamentais para a reprodução social das populações do campo. Nessa perspectiva, a defesa dos territórios camponeses envolve não apenas a garantia do acesso à terra, mas também a preservação das condições necessárias para a manutenção dos modos de vida e dos direitos historicamente construídos por esses sujeitos sociais.

Porto-Gonçalves (2006) destaca que os conflitos territoriais contemporâneos estão diretamente relacionados às disputas pelo controle dos recursos naturais e dos espaços de produção da vida. Nessas circunstâncias, a expansão de grandes empreendimentos econômicos frequentemente gera tensões envolvendo comunidades rurais, populações tradicionais e grupos empresariais, ampliando os desafios para a garantia de direitos sociais e territoriais.

As transformações decorrentes da expansão agroindustrial e mineradora repercutem diretamente sobre as condições de trabalho, produção e reprodução social das famílias camponesas. Em muitas situações, observa-se a redução das áreas destinadas à agricultura familiar, a pressão sobre os recursos hídricos, mudanças no uso da terra e o enfraquecimento das redes de sociabilidade historicamente construídas pelas comunidades rurais.

As desigualdades sociais produzidas por esses processos afetam o acesso diferenciado à terra, à renda, à educação, à saúde e às oportunidades de desenvolvimento. Embora o crescimento econômico decorrente dessas atividades possa dinamizar economias regionais, seus benefícios tendem a ser distribuídos de forma desigual, contribuindo para a reprodução de assimetrias sociais e territoriais historicamente presentes no campo brasileiro.

Nesse cenário, a agricultura familiar desempenha papel estratégico na produção de alimentos, na geração de renda, na preservação da biodiversidade e na manutenção de formas sustentáveis de uso dos recursos naturais. Contudo, a permanência das famílias camponesas em seus territórios depende do fortalecimento de políticas públicas capazes de assegurar acesso à terra, ao crédito rural, à assistência técnica, à infraestrutura e à educação contextualizada às realidades do campo.

A Educação do Campo emerge, nesse contexto, como instrumento fundamental para o fortalecimento dos territórios camponeses. Ao reconhecer os saberes locais, valorizar as identidades culturais e promover a formação crítica dos sujeitos do campo, contribui para a construção de alternativas de desenvolvimento socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, constitui importante estratégia de resistência frente aos processos de exclusão e desterritorialização produzidos pela expansão desigual do capital sobre os territórios rurais.

Compreender a expansão do agronegócio e da mineração a partir da perspectiva territorial permite evidenciar que os impactos dessas atividades ultrapassam os indicadores econômicos frequentemente utilizados para justificar sua ampliação. Trata-se de processos

que afetam diretamente os modos de vida, as formas de organização social e as possibilidades de reprodução das comunidades camponesas. Nesse sentido, analisar as transformações territoriais ocorridas no campo brasileiro torna-se fundamental para compreender os desafios enfrentados pelas comunidades pesquisadas na região de Catalão-GO e as estratégias de resistência construídas em defesa da permanência, da identidade e dos direitos dos povos do campo.

Dessa forma, a análise da expansão do agronegócio e da mineração deve ultrapassar os indicadores econômicos tradicionalmente utilizados para mensurar o desenvolvimento regional. Torna-se necessário considerar os impactos desses processos sobre os territórios, as identidades, os modos de vida e as condições de permanência das populações camponesas. As transformações promovidas por essas atividades afetam não apenas a dinâmica produtiva do campo, mas também as relações sociais, culturais e políticas construídas historicamente pelas comunidades rurais. Nesse sentido, a formulação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à terra, ao fortalecimento da agricultura familiar, à proteção dos recursos naturais e à ampliação dos direitos sociais constitui elemento fundamental para enfrentar as desigualdades produzidas no espaço rural e garantir a reprodução social e cultural das comunidades camponesas em seus territórios.

1.3 Impactos políticos, econômicos e sociais sobre o campesinato brasileiro

A expansão do agronegócio e da mineração no Brasil produziu profundas transformações na organização do espaço agrário, influenciando as relações sociais, econômicas, políticas e territoriais estabelecidas nas comunidades rurais. Embora essas atividades sejam frequentemente associadas ao crescimento econômico e ao aumento da produtividade, seus efeitos ultrapassam a dimensão produtiva, alcançando aspectos relacionados à distribuição da terra, às condições de trabalho, ao acesso às políticas públicas e à permanência das famílias camponesas em seus territórios.

Historicamente, a estrutura agrária brasileira caracterizou-se pela elevada concentração fundiária e pela desigual distribuição da terra. Conforme Oliveira (2007), esse processo, iniciado no período colonial e reproduzido ao longo dos séculos, contribuiu para a constituição de profundas desigualdades sociais que permanecem presentes no campo brasileiro. A permanência dessas desigualdades limita o acesso das populações camponesas

aos recursos produtivos, dificulta a efetivação de direitos sociais e compromete a construção de condições mais equitativas de desenvolvimento.

Nesse contexto, a expansão das fronteiras agrícolas intensificou a substituição de áreas anteriormente destinadas à agricultura familiar por monoculturas voltadas à exportação, especialmente soja, milho e cana-de-açúcar. Esse processo alterou as dinâmicas produtivas locais, favoreceu a concentração da produção em grandes propriedades e reduziu a diversidade produtiva historicamente presente nos territórios camponeses. Como consequência, ampliou-se a dependência de cadeias produtivas vinculadas ao mercado internacional e reduziram-se as possibilidades de autonomia econômica das famílias rurais.

Além da concentração fundiária, a modernização da agricultura promoveu mudanças significativas nas relações de trabalho no campo. A mecanização agrícola e a incorporação de tecnologias voltadas à produção em larga escala contribuíram para elevar a produtividade, mas também reduziram a demanda por mão de obra em diversas etapas da produção. Conforme Abramovay (1998), essas transformações alteraram profundamente as formas de ocupação da população rural, favorecendo processos de desemprego, migração e esvaziamento populacional em inúmeras comunidades camponesas.

O êxodo rural constitui uma das consequências mais visíveis dessas transformações. A busca por oportunidades de trabalho, educação e acesso aos serviços públicos têm levado muitas famílias camponesas a migrarem para centros urbanos. Entretanto, esse deslocamento nem sempre resulta em melhoria das condições de vida. Em muitos casos, os migrantes passam a enfrentar situações de vulnerabilidade social, inserção precária no mercado de trabalho e dificuldades de acesso a direitos básicos. Como observa Martins (1994), os processos de modernização no campo frequentemente produzem formas de exclusão social que atingem especialmente os grupos historicamente mais vulneráveis.

Os impactos produzidos pela expansão do agronegócio também se manifestam na esfera política. A concentração econômica e fundiária tende a ampliar a influência de determinados grupos sobre os processos decisórios relacionados às políticas agrárias, ambientais e de desenvolvimento rural. Tal cenário pode limitar a participação efetiva das populações camponesas na definição de políticas públicas e dificultar a implementação de medidas voltadas à democratização do acesso à terra e à redução das desigualdades sociais.

Outro aspecto relevante, refere-se aos impactos ambientais decorrentes da expansão das monoculturas e da exploração mineral. A supressão da vegetação nativa, a degradação dos

recursos hídricos, a contaminação do solo e a perda da biodiversidade afetam diretamente os modos de vida das populações camponesas e comprometem a sustentabilidade dos territórios onde vivem e produzem. Essas transformações evidenciam as contradições existentes entre determinados modelos de desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais indispensáveis à reprodução da vida no campo.

No caso da mineração, os impactos ultrapassam as dimensões econômica e ambiental, produzindo reconfigurações territoriais que alteram formas tradicionais de ocupação e uso da terra. Em municípios como Catalão, no estado de Goiás, a exploração mineral constitui importante atividade econômica, mas também gera disputas pelo território, pressões sobre os recursos naturais e transformações nas relações sociais estabelecidas pelas comunidades camponesas.

Sob a perspectiva da territorialidade, Fernandes (2008) argumenta que os territórios camponeses representam espaços de construção de identidades, relações sociais, práticas culturais e formas próprias de organização da vida. Assim, os processos de expansão do agronegócio e da mineração podem provocar fenômenos de desterritorialização, fragilizando vínculos comunitários historicamente construídos e comprometendo as condições de reprodução social das famílias camponesas.

As desigualdades sociais decorrentes desses processos manifestam-se no acesso diferenciado à terra, à renda, à educação, à saúde e às políticas públicas. Muitas comunidades rurais enfrentam dificuldades para acessar serviços essenciais, situação que contribui para a reprodução de desigualdades historicamente construídas e limita suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico.

Nesse cenário, a agricultura familiar desempenha papel estratégico na produção de alimentos, na geração de renda, na preservação da biodiversidade e na manutenção de práticas produtivas sustentáveis. Além de contribuir significativamente para o abastecimento alimentar interno, fortalece economias locais e preserva conhecimentos historicamente construídos pelas famílias camponesas. Conforme Wanderley (2009), a agricultura familiar constitui dimensão fundamental da reprodução social e econômica do campesinato brasileiro.

Entretanto, a permanência das famílias camponesas em seus territórios depende da implementação de políticas públicas capazes de garantir acesso à terra, crédito rural, assistência técnica, infraestrutura, saúde e educação contextualizada às realidades do campo.

A ausência ou descontinuidade dessas políticas tende a aprofundar processos de exclusão social e fragilizar as condições de reprodução social das comunidades rurais.

A Educação do Campo assume papel central nesse debate, constituindo-se como instrumento de emancipação social, fortalecimento das identidades camponesas e defesa dos territórios. Ao reconhecer os saberes locais, valorizar as experiências das comunidades rurais e promover a formação crítica dos sujeitos do campo, contribui para a construção de alternativas de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Conforme Caldart (2012), a Educação do Campo constitui uma prática política e pedagógica comprometida com a valorização dos sujeitos do campo e com a transformação das condições historicamente produzidas de desigualdade e exclusão social.

Dessa forma, os impactos políticos, econômicos e sociais produzidos pelo avanço do agronegócio e da mineração exigem análises que ultrapassem indicadores estritamente econômicos. Compreender as transformações territoriais e suas implicações sobre os modos de vida das populações camponesas constitui condição fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, ao fortalecimento da agricultura familiar e à garantia da permanência digna das famílias em seus territórios. Essa reflexão torna-se particularmente relevante para a compreensão da realidade vivenciada pelas comunidades camponesas da região de Catalão-GO, cujas experiências revelam os desafios e as estratégias de resistência construídas diante das transformações territoriais contemporâneas.

1.4 Educação do Campo e movimentos sociais: resistência, territorialidade e garantia de direitos

A Educação do Campo constitui uma importante conquista histórica dos movimentos sociais camponeses e representa um marco na luta pela democratização do acesso à educação e pela garantia dos direitos das populações do campo. Conforme Caldart (2012), a Educação do Campo surge das lutas coletivas dos sujeitos camponeses e de suas organizações sociais, afirmando-se como um projeto político-pedagógico comprometido com a valorização dos territórios, dos saberes e das identidades construídas historicamente no campo brasileiro.

Diferentemente das concepções tradicionais de educação rural, frequentemente orientadas por referenciais urbanos e descontextualizados da realidade camponesa, a Educação do Campo busca reconhecer as especificidades sociais, culturais, econômicas e

territoriais das comunidades do campo, articulando educação, cidadania e desenvolvimento social.

A consolidação da Educação do Campo no Brasil resulta de décadas de mobilização social protagonizada por movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil, universidades e instituições públicas. Essas articulações possibilitaram a construção de propostas educacionais fundamentadas no reconhecimento da diversidade cultural e territorial dos povos do campo, das florestas e das águas.

Entre os principais sujeitos coletivos envolvidos nesse processo destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e diversas organizações vinculadas à luta pela terra, pela reforma agrária e pela justiça social. Esses movimentos desempenharam papel fundamental na reivindicação de políticas públicas voltadas à educação, à democratização do acesso à terra e ao fortalecimento dos territórios camponeses.

As ações desenvolvidas por esses movimentos contribuíram para ampliar o debate nacional sobre as desigualdades historicamente produzidas no campo brasileiro, evidenciando a necessidade de políticas públicas capazes de assegurar direitos sociais, fortalecer a agricultura familiar e garantir condições dignas de permanência das populações camponesas em seus territórios.

Diante dessa realidade, a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, representou um importante marco político na construção de uma agenda nacional voltada às demandas educacionais das populações camponesas. Posteriormente, o Seminário Nacional Por uma Educação do Campo, realizado em Brasília, em 2002, aprofundou o debate acerca das especificidades da Educação do Campo e fortaleceu a articulação entre movimentos sociais, universidades e instituições governamentais.

Esses espaços de discussão contribuíram para a formulação de políticas educacionais orientadas pelo reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de seus processos formativos. Arroyo (2004) defende que a Educação do Campo constitui um movimento de afirmação de direitos e de reconhecimento de identidades historicamente invisibilizadas pelas políticas educacionais tradicionais.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, representaram importante avanço

institucional ao reconhecer as especificidades territoriais, culturais e produtivas das comunidades camponesas. Essas diretrizes ampliaram o debate sobre currículos contextualizados, formação de educadores e organização escolar adequada às realidades do campo.

Para Caldart (2004), a Educação do Campo deve ser compreendida como parte de um projeto de transformação social comprometido com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nessa perspectiva, a escola do campo não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui espaço de formação cidadã, fortalecimento identitário e produção de conhecimentos socialmente referenciados.

A territorialidade assume papel central nesse debate, uma vez que os territórios camponeses não representam apenas espaços geográficos de produção econômica, mas locais de construção de identidades, memórias, práticas culturais e relações sociais historicamente constituídas. A defesa da Educação do Campo está, portanto, diretamente associada à luta pela permanência das famílias em seus territórios e à valorização de seus modos de vida.

Entretanto, diversos desafios ainda persistem. O fechamento de escolas do campo, a insuficiência de investimentos públicos, a precarização da infraestrutura educacional e a descontinuidade de programas governamentais comprometem a efetivação do direito à educação para as populações camponesas. Essas dificuldades são frequentemente agravadas por desigualdades regionais e por modelos de desenvolvimento que priorizam interesses econômicos em detrimento das demandas sociais das comunidades do campo.

No estado de Goiás, assim como em diversas regiões do país, a redução do número de escolas do campo e as dificuldades de acesso à educação contextualizada têm produzido impactos significativos sobre a permanência das famílias camponesas em seus territórios. A ausência de políticas educacionais contínuas e territorialmente referenciadas contribui para o enfraquecimento das comunidades camponesas e para o deslocamento de jovens para os centros urbanos.

Nesse cenário, a Educação do Campo emerge como instrumento estratégico de resistência e transformação social. Ao articular educação, cultura, trabalho e território, fortalece a autonomia dos sujeitos do campo e amplia suas possibilidades de participação na construção de projetos coletivos de desenvolvimento.

A garantia do direito à Educação do Campo constitui condição indispensável para a redução das desigualdades sociais e territoriais historicamente produzidas no campo

brasileiro. Mais do que assegurar o acesso à escolarização, trata-se de promover uma educação comprometida com a dignidade humana, a justiça social e a permanência das famílias camponesas em seus territórios.

Assim, a luta pela Educação do Campo ultrapassa os limites da política educacional e insere-se em um projeto mais amplo de sociedade, fundamentado na defesa dos direitos humanos, na valorização das identidades culturais e na construção de formas sustentáveis de desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a compreensão das transformações históricas, territoriais e educacionais discutidas neste capítulo constitui fundamento essencial para a análise da realidade vivenciada pelas comunidades camponesas Cisterna e Olhos d'Água, investigadas nesta pesquisa.

2 CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO CAMPESINATO

Este capítulo apresenta uma análise teórica fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais, com o objetivo de compreender as relações estabelecidas entre os movimentos sociais camponeses e as políticas públicas educacionais voltadas à Educação do Campo no Brasil. Parte-se do entendimento de que o desenvolvimento do campesinato não pode ser analisado exclusivamente sob a perspectiva econômica, mas deve considerar as dimensões sociais, políticas, culturais e educacionais que atravessam a realidade dos sujeitos do campo e influenciam suas condições de reprodução social e permanência nos territórios rurais (CALDART, 2012).

Ao longo das últimas décadas, os movimentos sociais camponeses assumiram papel central na luta pela ampliação dos direitos sociais, especialmente no que se refere ao acesso à terra, à permanência digna nos territórios, à valorização das identidades camponesas e à construção de políticas públicas voltadas às especificidades das populações rurais. Nesse contexto, a Educação do Campo consolidou-se como resultado das reivindicações históricas dos sujeitos do campo, que passaram a questionar modelos educacionais desarticulados das realidades sociais, culturais e produtivas vivenciadas pelas comunidades camponesas (ARROYO, 2012).

A organização coletiva dos trabalhadores rurais constitui importante mecanismo de resistência frente às desigualdades historicamente produzidas pela concentração fundiária, pela expansão do agronegócio e pelas limitações no acesso às políticas públicas. Dessa forma, os movimentos sociais desempenham papel estratégico na defesa da agricultura familiar, da reforma agrária, da justiça social e da democratização dos direitos educacionais, contribuindo para a construção de alternativas de desenvolvimento comprometidas com a inclusão social e a valorização dos sujeitos do campo (FERNANDES, 2008).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo é compreendida não apenas como modalidade educacional, mas como um projeto político-pedagógico construído a partir das

experiências, lutas e demandas dos povos do campo, das florestas e das águas. Conforme destaca Molina (2012), trata-se de uma proposta comprometida com a emancipação humana, a valorização dos saberes produzidos nos territórios e o fortalecimento das formas coletivas de organização social.

As políticas públicas voltadas à Educação do Campo resultam, em grande medida, das mobilizações promovidas pelos movimentos sociais e pelas organizações representativas dos trabalhadores rurais. Sua formulação e implementação expressam processos de disputa, negociação e participação social que evidenciam a capacidade de intervenção dos sujeitos coletivos na construção das políticas educacionais. Assim, a análise dessas políticas requer compreender as mediações estabelecidas entre Estado, movimentos sociais e populações camponesas, bem como os limites e potencialidades presentes nesse processo.

As reflexões desenvolvidas neste capítulo buscam analisar como as ações dos movimentos sociais contribuíram para a formulação, consolidação e fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas às populações camponesas. Busca-se, ainda, discutir os avanços alcançados, os desafios persistentes e as contradições presentes na efetivação do direito à educação, evidenciando a relação entre organização coletiva, participação social e desenvolvimento do campesinato brasileiro.

Parte-se da compreensão de que a garantia do direito à educação, articulada ao acesso à terra, ao trabalho, à saúde e às demais políticas públicas, constitui elemento fundamental para a permanência das famílias camponesas em seus territórios. Nesse sentido, a Educação do Campo configura-se como instrumento estratégico de resistência, transformação social e construção de alternativas de desenvolvimento socialmente justas e ambientalmente sustentáveis (CALDART, 2012).

Os movimentos sociais camponeses desempenham papel fundamental na defesa dos direitos das populações rurais, contribuindo para a ampliação do acesso às políticas públicas e para o fortalecimento das formas coletivas de organização social. Suas lutas ultrapassam reivindicações pontuais, articulando-se à construção da cidadania, da justiça social e do reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de suas próprias trajetórias históricas.

As discussões apresentadas neste capítulo fornecem subsídios teóricos para compreender as relações entre movimentos sociais, políticas educacionais e desenvolvimento do campesinato, temática central para a análise desta pesquisa. Ao examinar os processos de

construção e implementação das políticas voltadas à Educação do Campo, busca-se compreender como essas iniciativas influenciam as condições de permanência, organização e reprodução social das comunidades camponesas. Tal reflexão torna-se particularmente relevante para a compreensão da realidade das comunidades Cisterna e Olhos d'Água, na região de Catalão-GO, cujas experiências evidenciam os desafios e as potencialidades da articulação entre movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento territorial.

O capítulo está organizado em seções que abordam a trajetória histórica dos movimentos sociais camponeses, a construção das políticas públicas voltadas à Educação do Campo, os principais programas e marcos legais instituídos nas últimas décadas e os desafios contemporâneos relacionados à garantia do direito à educação para as populações rurais. Dessa forma, busca-se evidenciar como a atuação coletiva dos sujeitos do campo contribuiu para a construção de políticas educacionais comprometidas com a justiça social, a valorização dos territórios camponeses e a redução das desigualdades historicamente produzidas no campo brasileiro.

2.1 Movimentos sociais camponeses e a luta pela terra no Brasil

A história do campesinato brasileiro é marcada por intensas lutas sociais em defesa da terra, do trabalho e da garantia de direitos fundamentais. A concentração fundiária, consolidada ao longo do processo histórico de formação do território brasileiro, produziu desigualdades sociais, econômicas e políticas que ainda hoje afetam a realidade das populações camponesas. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo constituem importantes sujeitos coletivos na defesa da reforma agrária, da agricultura familiar, da Educação do Campo e da permanência das famílias em seus territórios.

A questão agrária brasileira está diretamente relacionada à forma como a terra foi historicamente apropriada e distribuída no país. Conforme Martins (1994), os conflitos agrários expressam não apenas disputas pela propriedade da terra, mas também tensões relacionadas ao acesso a direitos, ao trabalho, à cidadania e às condições de reprodução social das populações rurais. Dessa forma, a luta pela terra ultrapassa a dimensão econômica e assume caráter político, social e cultural.

Arroyo (2012) observa que os movimentos sociais constituem espaços de formação humana, política e social, nos quais os sujeitos constroem identidades coletivas, desenvolvem consciência crítica e elaboram estratégias de enfrentamento às desigualdades historicamente

produzidas. Suas ações ultrapassam reivindicações imediatas, inserindo-se em projetos mais amplos de transformação social, democratização dos direitos e fortalecimento da participação popular.

Segundo Fernandes (2008), os conflitos agrários podem ser compreendidos como expressões de disputas territoriais entre distintos projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro. De um lado, encontram-se modelos orientados pela concentração da propriedade, pela expansão do agronegócio e pela exploração intensiva dos recursos naturais. De outro, situam-se projetos vinculados à agricultura familiar, à reforma agrária, à soberania alimentar e à defesa dos territórios camponeses.

Nesse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destaca-se como uma das mais importantes organizações sociais do campo brasileiro. Fundado oficialmente em 1984, o movimento passou a atuar na luta pela reforma agrária, pela democratização do acesso à terra e pela implementação de políticas públicas voltadas às populações camponesas. Ao longo de sua trajetória, ampliou sua atuação para áreas relacionadas à educação, à produção agroecológica, à soberania alimentar, à preservação ambiental e à formação política de trabalhadores rurais.

A criação do Setor de Educação do MST, em 1987, representou importante marco para o fortalecimento das práticas educativas nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Inicialmente voltadas à garantia do acesso das crianças à escolarização formal, essas experiências foram gradativamente ampliadas, incorporando propostas pedagógicas fundamentadas na formação humana, na organização coletiva, na valorização da cultura camponesa e na emancipação social (CALDART, 2012).

As experiências educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais contribuíram significativamente para a construção da Educação do Campo no Brasil. Conforme Caldart (2012), essa proposta diferencia-se das concepções tradicionais de educação rural por reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas de seus processos formativos, valorizando seus saberes, culturas, identidades e formas próprias de organização social.

Além do MST, outros movimentos sociais desempenham papel relevante na defesa dos direitos das populações camponesas. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) atua na defesa das comunidades impactadas por grandes empreendimentos hidrelétricos; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) desenvolve ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da soberania alimentar; e o Movimento das Mulheres Camponesas

(MMC) destaca-se pela defesa dos direitos das mulheres rurais e pelo reconhecimento de sua contribuição para a produção e reprodução da vida no campo.

Embora possuam pautas específicas, esses movimentos compartilham princípios relacionados à justiça social, à democratização do acesso à terra, à preservação ambiental, à valorização das culturas locais e à construção de formas sustentáveis de desenvolvimento. Suas ações envolvem processos formativos, mobilizações sociais, articulações institucionais e participação ativa na formulação de políticas públicas voltadas às populações rurais.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos sociais camponeses acumularam importantes conquistas, especialmente no campo da reforma agrária, da agricultura familiar, da Educação do Campo e da ampliação do acesso a direitos sociais. Entretanto, persistem desafios relacionados à concentração fundiária, ao avanço do agronegócio, à redução de investimentos em políticas públicas e ao fechamento de escolas localizadas em áreas rurais.

Segundo Molina (2012), o fortalecimento da agricultura familiar e da Educação do Campo constitui elemento essencial para a construção de estratégias de desenvolvimento socialmente justo, capazes de promover inclusão social, valorização dos sujeitos do campo e redução das desigualdades historicamente produzidas no meio rural.

A análise desenvolvida permite compreender que os movimentos sociais camponeses constituem importantes instrumentos de resistência, organização coletiva e transformação social. Suas lutas evidenciam que o desenvolvimento do campesinato depende não apenas do acesso à terra, mas também da efetivação de políticas públicas voltadas à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência técnica e à valorização das identidades culturais dos povos do campo. Garantir a permanência das famílias camponesas em seus territórios significa fortalecer a democracia, ampliar a cidadania e construir condições para um modelo de desenvolvimento comprometido com a justiça social e a sustentabilidade.

Nesse sentido, compreender a trajetória dos movimentos sociais camponeses torna-se fundamental para analisar o processo de construção das políticas públicas educacionais voltadas à Educação do Campo, temática abordada na próxima seção deste capítulo.

2.2 Educação do Campo e construção das políticas educacionais

A Educação do Campo constitui uma construção histórica, política e pedagógica resultante das lutas dos movimentos sociais camponeses em defesa do direito à educação e do

reconhecimento das especificidades culturais, sociais, econômicas e territoriais das populações do campo. Mais do que uma modalidade educacional, configura-se como um projeto político-pedagógico comprometido com a emancipação dos sujeitos, a valorização dos saberes produzidos nos territórios camponeses e a construção de alternativas de desenvolvimento socialmente justas e ambientalmente sustentáveis (CALDART, 2012).

Historicamente, a educação destinada às populações rurais foi marcada por práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade camponesa, reproduzindo modelos urbanos de escolarização e desconsiderando as formas de vida, trabalho e organização social dos sujeitos do campo. Conforme Leite (1999), a educação rural esteve, durante grande parte do século XX, associada a políticas voltadas à modernização produtiva e à adaptação da população rural aos interesses econômicos predominantes em cada período histórico.

Nesse contexto, os trabalhadores do campo eram frequentemente representados a partir de concepções que os associavam ao atraso econômico e cultural, contribuindo para a formulação de políticas educacionais que pouco dialogavam com suas necessidades concretas. Em contraposição a essa perspectiva, a Educação do Campo passou a defender propostas pedagógicas construídas a partir das experiências históricas, das demandas sociais e das formas de organização coletiva das populações camponesas.

A distinção entre Educação Rural e Educação do Campo ultrapassa a dimensão terminológica e expressa diferentes concepções de sociedade, desenvolvimento e educação. Conforme Caldart (2012), enquanto a educação rural foi historicamente pensada para os sujeitos do campo, a Educação do Campo é construída com os sujeitos do campo, reconhecendo-os como protagonistas de seus processos educativos, de suas lutas sociais e da produção de conhecimentos sobre sua própria realidade.

A influência do pensamento de Paulo Freire foi fundamental para a consolidação dessa perspectiva educacional. Ao defender uma educação dialógica, crítica e emancipatória, Freire (1996) contribuiu para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação da realidade social e com a valorização dos saberes populares. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como prática de liberdade, instrumento de conscientização e elemento fundamental para a construção da cidadania.

As reivindicações dos movimentos sociais camponeses contribuíram para a realização de importantes espaços de debate e articulação política voltados à construção de políticas educacionais específicas para as populações do campo. Entre esses momentos destaca-se a I

Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, considerada marco histórico na consolidação de uma agenda educacional comprometida com as demandas dos povos do campo.

Posteriormente, o Seminário Nacional Por uma Educação do Campo, realizado em Brasília em 2002, ampliou os debates sobre a necessidade de políticas públicas capazes de reconhecer a diversidade cultural e territorial das populações rurais. Esses espaços fortaleceram a articulação entre movimentos sociais, universidades, instituições públicas e organizações da sociedade civil, contribuindo para a formulação de políticas educacionais orientadas pelos princípios da Educação do Campo.

Como resultado dessas mobilizações, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Essas diretrizes representaram importante avanço institucional ao reconhecer as especificidades territoriais, culturais e produtivas das comunidades camponesas, orientando a organização das escolas do campo, a construção de currículos contextualizados e a valorização dos saberes locais.

A construção das políticas públicas voltadas à Educação do Campo também se materializou por meio de programas específicos. Entre eles, destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, que ampliou as oportunidades educacionais para jovens e adultos residentes em assentamentos da reforma agrária. O programa possibilitou a oferta de cursos de alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, ensino médio, educação profissional e ensino superior, constituindo importante instrumento de democratização do acesso à educação.

Outro marco relevante foi a criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), responsável por estimular a formação de educadores comprometidos com as especificidades das populações rurais. As Licenciaturas em Educação do Campo contribuíram para fortalecer a formação docente e ampliar a produção de conhecimentos voltados às realidades vivenciadas pelas comunidades camponesas.

Além dessas iniciativas, as políticas públicas voltadas à Educação do Campo passaram a incorporar debates relacionados à formação inicial e continuada de professores, à Educação de Jovens e Adultos, à educação profissional, à pedagogia da alternância e ao acesso ao

ensino superior. Tais ações ampliaram oportunidades educacionais e fortaleceram a construção de práticas pedagógicas socialmente referenciadas.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, persistem desafios significativos para a efetivação do direito à educação nas comunidades camponesas. O fechamento de escolas do campo, a insuficiência de investimentos públicos, as desigualdades regionais, a precarização da infraestrutura educacional e a descontinuidade de programas governamentais continuam limitando o acesso a uma educação contextualizada e de qualidade.

Nesse cenário, a Educação do Campo reafirma-se como instrumento estratégico de resistência e transformação social. Ao articular educação, trabalho, cultura e território, contribui para o fortalecimento das identidades camponesas, para a valorização dos saberes locais e para a construção de projetos de desenvolvimento comprometidos com a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

A análise desenvolvida permite compreender que a consolidação da Educação do Campo depende da continuidade e do fortalecimento das políticas públicas educacionais, bem como do reconhecimento das populações camponesas como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos históricos. Garantir uma educação pública, gratuita, contextualizada e socialmente referenciada constitui condição essencial para a redução das desigualdades sociais e para a permanência digna das famílias camponesas em seus territórios.

Nesse sentido, a trajetória da Educação do Campo evidencia que as políticas públicas educacionais não resultam exclusivamente de iniciativas estatais, mas também das lutas e mobilizações protagonizadas pelos movimentos sociais. Compreender esse processo torna-se fundamental para analisar os avanços, limites e desafios das políticas educacionais voltadas ao campo brasileiro, temática que será aprofundada nas seções seguintes deste capítulo.

2.3 Movimentos sociais e garantia de direitos: terra, educação e permanência nos territórios camponeses

A garantia de direitos às populações camponesas constitui um dos principais desafios históricos da sociedade brasileira. Apesar dos avanços legais e institucionais observados nas últimas décadas, persistem desigualdades relacionadas ao acesso à terra, à educação, à saúde,

ao trabalho, à assistência técnica e às demais políticas públicas fundamentais para a reprodução social das famílias do campo. Nesse contexto, os movimentos sociais camponeses desempenham papel central na luta pela ampliação da cidadania e pela efetivação de direitos historicamente negados aos povos do campo.

A luta pela terra permanece como uma das principais reivindicações dos movimentos sociais camponeses. A concentração fundiária, consolidada ao longo do processo histórico de formação do território brasileiro, continua produzindo desigualdades sociais, econômicas e políticas que limitam o acesso aos recursos produtivos e comprometem as condições de permanência das famílias em seus espaços de vida e trabalho. Assim, a questão agrária permanece como elemento estruturante para a compreensão das desigualdades existentes no meio rural brasileiro.

Fernandes (2008) argumenta que a disputa pelo território expressa projetos distintos de desenvolvimento, envolvendo, de um lado, a lógica da acumulação capitalista e da expansão do agronegócio e, de outro, a defesa da agricultura familiar, da reforma agrária e dos territórios camponeses. Nessa perspectiva, o território deve ser compreendido não apenas como espaço físico de produção, mas como lugar de construção de identidades, relações sociais, práticas culturais e formas coletivas de organização da vida.

A reforma agrária constitui importante instrumento de democratização do acesso à terra e de redução das desigualdades sociais no campo. Entretanto, sua efetivação enfrenta limites decorrentes da concentração da propriedade rural, das disputas políticas e das transformações produtivas associadas à expansão do agronegócio. Conforme Stédile (inserir ano da obra utilizada após conferência da referência), a reforma agrária deve ser compreendida não apenas como política de distribuição de terras, mas como estratégia de desenvolvimento social, econômico e ambiental voltada à melhoria das condições de vida das populações camponesas.

Além do acesso à terra, a garantia do direito à educação assume papel estratégico no fortalecimento das comunidades camponesas. A Educação do Campo constitui instrumento fundamental de emancipação social, valorização das identidades culturais e fortalecimento dos territórios camponeses, contribuindo para a formação crítica dos sujeitos e para a construção de projetos coletivos de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Segundo Arroyo (2012), a Educação do Campo representa uma conquista histórica dos movimentos sociais ao reconhecer os povos do campo como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos educativos. Essa perspectiva rompe com concepções tradicionais que tratavam as populações rurais como destinatárias passivas das políticas públicas e reafirma a importância da participação social na construção das propostas educacionais.

A permanência das famílias camponesas em seus territórios depende da articulação entre diferentes políticas públicas capazes de assegurar condições dignas de vida no campo. O acesso à educação, à saúde, à assistência técnica, ao crédito rural, à infraestrutura e às políticas de desenvolvimento territorial constitui elemento essencial para a reprodução social das comunidades camponesas e para o fortalecimento da agricultura familiar. Conforme Molina (2012), o desenvolvimento dos territórios camponeses exige a implementação de políticas integradas que considerem as especificidades territoriais, sociais, culturais e produtivas dos povos do campo.

Sob esse enfoque, a agricultura familiar desempenha papel relevante na produção de alimentos, na geração de renda, na preservação da biodiversidade e na manutenção de práticas produtivas sustentáveis. Além de contribuir para a segurança alimentar da população brasileira, fortalece as economias locais e preserva conhecimentos historicamente construídos pelas comunidades camponesas. Contudo, a permanência dessas famílias em seus territórios depende do fortalecimento contínuo de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e educacional do campo.

Os movimentos sociais camponeses têm contribuído significativamente para a formulação, implementação e aperfeiçoamento dessas políticas, participando de espaços institucionais de debate, conselhos, fóruns e conferências públicas. Suas ações evidenciam que o desenvolvimento rural não pode ser reduzido a indicadores econômicos, devendo considerar dimensões relacionadas à justiça social, à sustentabilidade ambiental, à participação política e à valorização das identidades culturais dos povos do campo.

Entretanto, diversos desafios permanecem presentes na realidade das comunidades camponesas brasileiras. O fechamento de escolas do campo, a insuficiência de investimentos públicos, as desigualdades regionais, a precarização dos serviços públicos e as limitações no acesso às políticas sociais continuam afetando as condições de vida das populações rurais. Esses fatores contribuem para o êxodo rural, dificultam a permanência das novas gerações nos

territórios camponeses e comprometem a continuidade de práticas culturais e produtivas historicamente construídas.

Caldart (2012) entende que a Educação do Campo deve ser compreendida como parte de um projeto de desenvolvimento comprometido com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nessa perspectiva, a defesa do direito à educação está diretamente associada à luta pela terra, pela dignidade, pela cidadania e pela garantia de condições adequadas de vida para os povos do campo.

A análise desenvolvida permite compreender que a efetivação dos direitos sociais das populações camponesas exige o fortalecimento de políticas públicas permanentes, articuladas e territorialmente referenciadas. Garantir o acesso à terra, à educação, à saúde e às demais condições necessárias à reprodução social das famílias significa promover justiça social, reduzir desigualdades históricas e fortalecer os territórios camponeses como espaços de vida, cultura, trabalho, identidade e produção.

Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham papel fundamental na construção e defesa desses direitos, evidenciando que a permanência das populações camponesas em seus territórios depende tanto do acesso aos recursos materiais quanto do reconhecimento político, social e cultural de seus modos de vida. Compreender essas relações torna-se fundamental para analisar os avanços e desafios das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campesinato brasileiro.

2.4 Desafios contemporâneos para o desenvolvimento do campesinato

As transformações econômicas, sociais, políticas e territoriais ocorridas nas últimas décadas têm imposto novos desafios ao desenvolvimento do campesinato brasileiro. A expansão do agronegócio, a intensificação da exploração dos recursos naturais, a crescente inserção da agricultura na lógica dos mercados globais e as mudanças nas dinâmicas produtivas do campo vêm alterando as formas de organização social e econômica das comunidades camponesas, produzindo impactos que afetam diretamente suas condições de vida e permanência nos territórios.

Embora o agronegócio desempenhe papel relevante na economia nacional, especialmente no aumento das exportações e da produtividade agrícola, sua expansão tem sido acompanhada por processos de concentração fundiária, substituição de áreas destinadas à agricultura familiar e ampliação das monoculturas voltadas ao mercado internacional.

Delgado (2012) afirma que a modernização da agricultura brasileira consolidou um modelo de desenvolvimento fortemente orientado pela lógica do mercado, cujos benefícios sociais nem sempre são distribuídos de maneira equitativa.

Nesse contexto, as populações camponesas enfrentam desafios relacionados ao acesso à terra, ao crédito rural, à assistência técnica, à comercialização da produção e às políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. A permanência das famílias em seus territórios depende não apenas da produção agrícola, mas também da garantia de condições dignas de vida, trabalho e acesso aos serviços públicos essenciais.

Entre os desafios mais significativos encontram-se o fechamento das escolas do campo e as dificuldades de implementação de políticas educacionais contextualizadas às realidades das comunidades camponesas. Conforme Arroyo (2012), a descontinuidade das políticas públicas educacionais compromete a efetivação do direito à educação e fragiliza os processos de desenvolvimento social das populações do campo.

A ausência de escolas próximas às comunidades frequentemente obriga crianças e jovens a realizarem longos deslocamentos diários para acessar a educação básica, dificultando sua permanência nos territórios e contribuindo para processos de migração e esvaziamento populacional. Além disso, currículos descontextualizados das realidades locais limitam o reconhecimento e a valorização dos saberes historicamente construídos pelas populações camponesas.

A juventude camponesa ocupa posição estratégica nesse debate. A escassez de oportunidades de trabalho, formação profissional e acesso ao ensino superior tem levado muitos jovens a migrarem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Esse processo produz impactos significativos sobre a reprodução social das famílias e sobre a continuidade das atividades produtivas desenvolvidas nos territórios camponeses. A sucessão geracional no campo tornou-se um dos principais desafios contemporâneos para a agricultura familiar, uma vez que a permanência dos jovens depende da existência de perspectivas concretas de trabalho, renda e qualidade de vida.

Outro desafio relevante, são os processos de desterritorialização produzidos pela expansão de grandes empreendimentos agroindustriais, minerários e de infraestrutura. Conforme Fernandes (2008), a disputa pelo território envolve relações de poder que frequentemente colocam em conflito diferentes projetos de desenvolvimento. Nessa dinâmica,

comunidades camponesas podem enfrentar pressões que comprometem seus modos de vida, suas práticas produtivas e seus vínculos históricos com o território.

As transformações ambientais também assumem crescente relevância. A degradação dos recursos naturais, a redução da biodiversidade, a contaminação dos recursos hídricos e os efeitos das mudanças climáticas afetam diretamente a produção agrícola e as condições de reprodução social das populações rurais. Esses fatores ampliam a vulnerabilidade das comunidades camponesas e reforçam a necessidade de políticas voltadas à sustentabilidade ambiental e à adaptação às novas condições climáticas.

Além disso, as mudanças nas orientações das políticas públicas voltadas ao campo têm produzido impactos significativos sobre o desenvolvimento do campesinato. A redução de investimentos em programas de apoio à agricultura familiar, assistência técnica, extensão rural e Educação do Campo limita as possibilidades de fortalecimento das comunidades rurais e dificulta a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentáveis.

Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas, as comunidades camponesas e os movimentos sociais têm construído importantes estratégias de resistência. Experiências relacionadas à agroecologia, à economia solidária, à organização cooperativa, à comercialização em circuitos curtos e à valorização dos saberes tradicionais demonstram a capacidade de organização e adaptação dos sujeitos do campo diante dos desafios contemporâneos.

Nesse contexto, a Educação do Campo assume papel estratégico ao contribuir para a formação crítica dos sujeitos, fortalecer identidades coletivas e ampliar as possibilidades de participação social e política das comunidades rurais. Mais do que garantir acesso à escolarização, a Educação do Campo fortalece processos de autonomia, organização comunitária e construção de alternativas de desenvolvimento comprometidas com a justiça social e a sustentabilidade.

A análise dos desafios contemporâneos enfrentados pelo campesinato brasileiro evidencia que o desenvolvimento rural não pode ser reduzido ao crescimento econômico ou ao aumento da produtividade agrícola. Trata-se de um processo que envolve a garantia de direitos sociais, a democratização do acesso à terra, a valorização das identidades culturais, a proteção dos recursos naturais e o fortalecimento das formas coletivas de organização social.

Compreender esses desafios é fundamental para analisar a realidade das comunidades camponesas investigadas nesta pesquisa. As experiências vivenciadas nas comunidades

Cisterna e Olhos d'Água revelam que a permanência das famílias no campo depende da articulação entre políticas públicas, organização social e estratégias locais de resistência capazes de enfrentar as desigualdades historicamente produzidas no meio rural brasileiro.

3 CAPÍTULO III

TERRITÓRIO, TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A REALIDADE DAS COMUNIDADES CISTERNA E OLHOS D'ÁGUA, EM CATALÃO, GOIÁS

Este capítulo analisa a realidade social, territorial e educacional das comunidades camponesas Olhos d'Água e Cisterna, localizadas na zona rural do município de Catalão, Goiás, com o objetivo de compreender como as transformações econômicas, sociais e territoriais ocorridas nas últimas décadas têm impactado as condições de vida, trabalho e permanência das famílias em seus territórios. Parte-se do entendimento de que o território ultrapassa sua dimensão física e produtiva, constituindo-se como espaço de construção de identidades, relações sociais, memórias coletivas e formas de resistência dos sujeitos do campo (FERNANDES, 2008).

Após a discussão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores acerca das relações entre agronegócio, mineração, movimentos sociais e Educação do Campo, a presente análise volta-se para a investigação empírica das comunidades pesquisadas, buscando compreender como esses processos se manifestam concretamente no cotidiano das populações camponesas da região de Catalão-GO.

Para alcançar esse propósito, o capítulo foi organizado em três seções principais. A primeira apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada na comunidade Olhos d'Água, abordando aspectos relacionados ao trabalho, ao território, à memória coletiva e à Educação do Campo. A segunda seção dedica-se à análise da comunidade Cisterna, enfatizando suas transformações socioespaciais, suas atividades produtivas e suas experiências educacionais. Por fim, a terceira seção desenvolve uma análise comparativa entre as duas comunidades investigadas, evidenciando aproximações, especificidades e desafios comuns relacionados à permanência das famílias camponesas em seus territórios.

A pesquisa de campo realizada nas comunidades selecionadas permitiu aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais vivenciadas pelas famílias camponesas, possibilitando analisar aspectos relacionados ao trabalho, à educação, às relações comunitárias e às estratégias de permanência no campo. Fundamentada em entrevistas semiestruturadas, observações etnográficas, registros em diário de campo e análise documental, a investigação

reuniu narrativas dos próprios sujeitos acerca de suas trajetórias de vida, experiências de trabalho e percepções sobre as transformações ocorridas em suas comunidades. Esses procedimentos metodológicos contribuíram para aproximar a análise das realidades concretas vivenciadas pelas populações camponesas, permitindo compreender os desafios, as contradições e as formas de resistência presentes em seus territórios.

Nessas condições, a Educação do Campo é compreendida como elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento social, da cidadania e da valorização das identidades camponesas. Conforme Arroyo (2012), reconhecer os povos do campo como sujeitos históricos e de direitos constitui condição indispensável para a construção de políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades historicamente produzidas no campo brasileiro.

Partindo das especificidades que caracterizam a vida no campo, este estudo analisa como os direitos sociais assegurados pela legislação brasileira se materializam no cotidiano das comunidades pesquisadas, especialmente aqueles relacionados ao acesso à educação, à saúde, ao transporte e às demais políticas públicas essenciais à reprodução social das famílias camponesas.

Inicialmente, realizou-se o levantamento das principais informações sobre as localidades investigadas, buscando identificar os fatores que interferem na permanência dos sujeitos do campo em seus territórios. Ao mesmo tempo, procurou-se valorizar as trajetórias de vida das famílias camponesas, reconhecendo os desafios enfrentados em um contexto historicamente marcado por desigualdades sociais, exclusões e conflitos relacionados ao acesso à terra e aos recursos produtivos.

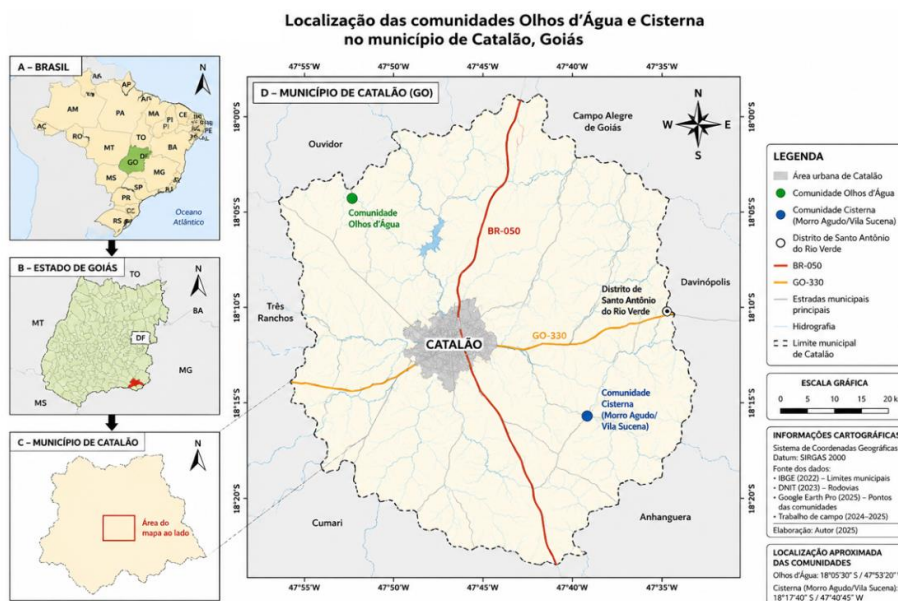
Nesse sentido, foram analisadas as condições socioeconômicas das comunidades, bem como o acesso aos serviços públicos, entre eles educação, saúde, transporte e lazer. Esses elementos foram examinados de forma integrada, permitindo identificar potencialidades e desafios presentes nos territórios pesquisados e refletir sobre caminhos capazes de fortalecer a permanência das famílias camponesas em seus territórios e contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Conforme Molina (2012), a efetivação das políticas públicas voltadas às populações do campo constitui elemento fundamental para garantir condições dignas de vida e fortalecer a reprodução social das famílias camponesas.

A análise da realidade das comunidades Olhos d'Água e Cisterna exige considerar processos mais amplos que atravessam o campo brasileiro, marcados por disputas territoriais, desigualdades sociais e diferentes projetos de desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional. Mais do que descrever características locais, este capítulo busca compreender como as transformações produzidas pela expansão do agronegócio, da mineração e das atividades econômicas contemporâneas repercutem sobre os modos de vida, as relações comunitárias, as práticas de trabalho, o acesso às políticas públicas e as estratégias de permanência construídas pelas famílias camponesas.

Para Fernandes (2008), o território constitui espaço de disputas materiais e simbólicas, no qual diferentes projetos de sociedade entram em conflito. Compreender as dinâmicas vivenciadas nas comunidades pesquisadas significa, portanto, compreender também os desafios contemporâneos da Educação do Campo, da permanência camponesa e da efetivação dos direitos sociais no meio rural. A partir dessas reflexões, a seção seguinte apresenta a realidade da comunidade Olhos d'Água, destacando aspectos relacionados à sua formação histórica, às transformações territoriais observadas nas últimas décadas e aos impactos dessas mudanças sobre a vida das famílias que permanecem no território.

A Figura 1 apresenta a localização das comunidades Olhos d'Água e Cisterna na zona rural do município de Catalão, Goiás, evidenciando que ambas se encontram em áreas distintas do território municipal e possuem características próprias relacionadas à ocupação do espaço, às formas de produção, às relações sociais e às condições de acesso às políticas públicas.

Figura 1 – Mapa de localização das comunidades Olhos d'Água e Cisterna, Catalão-GO



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE (2022), Google Earth Pro (2025), Prefeitura Municipal de Catalão e trabalho de campo realizado entre 2024 e 2025.

A representação cartográfica permite visualizar a distribuição espacial das comunidades investigadas e compreender aspectos relevantes das dinâmicas analisadas nesta pesquisa, especialmente aqueles relacionados à Educação do Campo, à permanência das famílias camponesas em seus territórios e aos impactos decorrentes da expansão do agronegócio, da mineração e de outras atividades econômicas presentes na região.

Desse modo, compreender a realidade dessas comunidades exige reconhecer as contradições existentes entre os modelos de desenvolvimento predominantes e as estratégias de resistência construídas pelos sujeitos do campo em defesa de seus modos de vida, de suas identidades culturais e de seus direitos historicamente constituídos. Conforme Fernandes (2008), os territórios constituem espaços de disputa material e simbólica, nos quais diferentes projetos de sociedade se confrontam permanentemente.

A análise das comunidades Olhos d'Água e Cisterna possibilita compreender como os processos de transformação territorial observados no município de Catalão repercutem sobre as condições de vida das populações camponesas e influenciam suas possibilidades de permanência no campo.

3.1 Condições de vida, trabalho e trajetória da Educação do Campo na comunidade Olhos d'Água

A comunidade Olhos d'Água localiza-se na zona rural do município de Catalão, Goiás, e possui uma trajetória marcada pela presença de famílias camponesas que construíram seus modos de vida a partir do trabalho na terra, da agricultura familiar, da criação de animais e das relações de solidariedade estabelecidas entre os moradores. Ao longo de sua formação, consolidaram-se formas próprias de organização social, cultural e produtiva, constituindo um território marcado por vínculos de pertencimento, memórias coletivas e experiências compartilhadas entre diferentes gerações.

A análise realizada permitiu compreender aspectos relacionados às condições de vida, às formas de trabalho, à trajetória educacional e às mudanças territoriais que vêm influenciando a permanência das famílias no campo. Mais do que descrever características locais, buscou-se compreender como os moradores interpretam essas mudanças e de que maneira elas repercutem sobre suas experiências cotidianas, suas práticas produtivas e suas perspectivas de futuro.

As informações apresentadas resultam da articulação entre o referencial teórico adotado e os dados obtidos por meio das entrevistas, das observações etnográficas, dos registros em diário de campo e da análise documental. Essa aproximação permitiu identificar elementos centrais da organização social local e compreender os desafios enfrentados pelos moradores diante das mudanças econômicas, sociais, educacionais e territoriais observadas nas últimas décadas.

Conforme argumenta Fernandes (2008), o território camponês deve ser compreendido para além de sua dimensão material, constituindo-se como espaço de construção da vida, das identidades, das relações sociais e das formas de resistência desenvolvidas pelos sujeitos do campo. Nessa perspectiva, Olhos d'Água não representa apenas uma área de produção agrícola, mas um espaço onde se articulam trabalho, cultura, educação, memória e pertencimento. A compreensão dessas dimensões é fundamental para analisar os fatores que influenciam a permanência das famílias camponesas e a continuidade de seus modos de vida.

As narrativas dos moradores mais antigos constituíram importante fonte para a reconstrução da trajetória da comunidade. Os relatos permitiram identificar mudanças nas formas de trabalho, nas relações comunitárias, no acesso às políticas públicas e nas condições

de oferta educacional ao longo do tempo, evidenciando transformações que marcaram profundamente a organização da vida local. Ao recuperarem suas memórias, os participantes não apenas descreveram acontecimentos passados, mas também expressaram percepções sobre os desafios enfrentados diante das mudanças econômicas e territoriais observadas na região.

Essa valorização das experiências dos moradores dialoga com as reflexões de Arroyo (2012), que defende o reconhecimento dos povos do campo como sujeitos históricos e de direitos, portadores de saberes construídos a partir de suas experiências sociais, culturais e territoriais. Sob essa perspectiva, as memórias compartilhadas pelos participantes permitiram compreender a comunidade a partir do olhar daqueles que vivenciam cotidianamente suas transformações, desafios, potencialidades e formas de resistência. As narrativas produzidas durante a pesquisa revelaram não apenas acontecimentos relacionados ao passado da comunidade, mas também interpretações sobre as mudanças que vêm redefinindo as condições de vida, trabalho, educação e permanência das famílias no campo, contribuindo para uma análise comprometida com os princípios da Educação do Campo e com a valorização dos sujeitos camponeses.

As atividades de campo tiveram início em dezembro de 2024, tendo como primeiro locus de investigação a comunidade Olhos d'Água, localizada na zona rural do município de Catalão, Goiás, com acesso pela Rodovia GO-330. Ressalta-se que existe outra localidade com a mesma denominação no município, situada nas proximidades do distrito de Santo Antônio do Rio Verde, a aproximadamente 60 quilômetros de distância, razão pela qual essa distinção se faz necessária para a adequada delimitação territorial da pesquisa.

As aproximações etnográficas ocorreram inicialmente por meio de visitas às residências dos moradores mais antigos da comunidade, buscando compreender suas trajetórias de vida, formas de organização social, experiências de trabalho e percepções acerca das mudanças observadas ao longo do tempo. Essa estratégia permitiu estabelecer relações de confiança com os participantes e acessar memórias fundamentais para a compreensão da formação histórica e social do território pesquisado.

A primeira participante entrevistada, identificada neste estudo pelo nome fictício de Dona Maria, possuía 99 anos de idade e demonstrava plena lucidez, além de notável capacidade de rememorar acontecimentos relacionados à trajetória da comunidade. Durante a visita realizada em sua residência, compartilhou lembranças sobre sua história de vida, os

processos de ocupação do território, as formas de trabalho desenvolvidas pelas famílias camponesas e as estratégias de sobrevivência adotadas em períodos marcados pela escassez de recursos e pelas limitações de acesso a serviços públicos.

Mais do que uma fonte de informações sobre o passado, Dona Maria revelou-se uma importante guardiã da memória coletiva da comunidade. Suas narrativas permitiram compreender aspectos dificilmente identificados por meio de documentos oficiais, evidenciando experiências, valores e conhecimentos construídos ao longo de décadas de convivência com o território. Conforme destaca Caldart (2012), a valorização dos saberes produzidos pelos sujeitos do campo constitui um dos princípios fundamentais da Educação do Campo, reconhecendo que a produção do conhecimento também se realiza por meio das experiências vividas pelas populações camponesas.

Por solicitação da entrevistada, não foram realizados registros fotográficos durante o encontro, decisão integralmente respeitada em conformidade com os princípios éticos da pesquisa. Ainda assim, a riqueza dos relatos compartilhados tornou esse momento particularmente significativo para a investigação, permitindo compreender a comunidade a partir da perspectiva de uma moradora que acompanhou parte expressiva de sua trajetória histórica e de suas transformações sociais.

Enquanto preparava o café de maneira tradicional, Dona Maria iniciou seus relatos sobre as mudanças observadas na comunidade ao longo das últimas décadas. Em um ambiente marcado pela confiança e pelo acolhimento, emergiram narrativas que revelavam não apenas acontecimentos do passado, mas também percepções sobre as transformações ambientais, sociais, econômicas e educacionais vivenciadas pela população local.

Ao recordar as transformações ocorridas na comunidade, a entrevistada afirmou:

“Antigamente tinha muita água, muito mato e mais famílias morando aqui. A comunidade era mais movimentada e a escola tinha muitas crianças.” (Entrevistada 1, 2025).

A fala sintetiza mudanças profundas ocorridas no território ao longo do tempo. Sua narrativa evidencia a percepção dos moradores acerca da redução da vegetação nativa do Cerrado, da diminuição da disponibilidade hídrica e do esvaziamento populacional observado nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, remete a um período em que a comunidade apresentava maior dinamismo social, caracterizado pela presença de mais famílias, intensa convivência comunitária e forte participação da escola na vida cotidiana dos moradores.

A referência à abundância de água e vegetação remete a uma realidade em que os recursos naturais desempenhavam papel central na reprodução das atividades desenvolvidas pelas famílias camponesas. As observações realizadas durante a pesquisa e os relatos dos participantes indicam que a paisagem local passou por significativas transformações, associadas principalmente à expansão das atividades agropecuárias e às mudanças nas formas de uso e ocupação da terra. Tais alterações não se restringem ao aspecto ambiental, uma vez que também influenciam as condições de trabalho, a produção agrícola e as possibilidades de permanência das famílias no campo.

A menção à escola constitui um dos elementos mais significativos da narrativa. Ao afirmar que “a escola tinha muitas crianças”, Dona Maria não se refere apenas ao número de estudantes matriculados, mas expressa uma memória coletiva associada à vitalidade da comunidade. Nas narrativas dos moradores, a presença da escola aparece relacionada à circulação de pessoas, à convivência entre as famílias e à realização de atividades que fortaleciam os vínculos comunitários. A instituição escolar era percebida como espaço de formação, socialização e construção da identidade local.

Essa percepção dialoga diretamente com os princípios da Educação do Campo, que compreendem a escola como parte integrante da vida comunitária e não apenas como local de transmissão de conteúdos escolares. Conforme afirma Caldart (2012), a Educação do Campo deve estar vinculada às experiências, às necessidades e aos projetos de vida dos sujeitos que vivem no campo, contribuindo para a valorização de seus saberes e para o fortalecimento de suas formas de organização social.

A narrativa também evidencia processos mais amplos de transformação territorial que afetam diretamente a permanência das famílias camponesas. A redução do número de moradores, associada às mudanças ambientais e produtivas observadas na comunidade, revela desafios relacionados à reprodução social das famílias, à continuidade das práticas culturais e à sucessão das atividades desenvolvidas no campo. Trata-se de um fenômeno que ultrapassa a dimensão econômica e alcança aspectos fundamentais da vida comunitária, entre eles a educação, a cultura e as relações de pertencimento ao território.

Assim, a fala de Dona Maria revela não apenas lembranças individuais, mas elementos centrais da trajetória da comunidade Olhos d'Água, evidenciando as relações existentes entre território, meio ambiente, educação e permanência camponesa. Ao recuperar essas memórias, torna-se possível compreender como as transformações ocorridas nas últimas décadas

impactaram a organização da vida comunitária e redefiniram as condições de existência das famílias que permanecem no campo.

Os relatos dos moradores permitiram reconstruir aspectos significativos da configuração da paisagem existente em períodos anteriores, marcada pela presença abundante da vegetação nativa do Cerrado, pela diversidade da fauna e pela disponibilidade de recursos hídricos que desempenhavam papel fundamental na organização da vida comunitária. As narrativas evidenciam que as transformações observadas no território não se restringem às alterações ambientais, mas envolvem mudanças mais amplas nas formas de trabalho, nas relações sociais e nas condições de reprodução da vida camponesa.

Nesse sentido, as experiências compartilhadas pelos participantes contribuíram para compreender as dinâmicas sociais, culturais e territoriais da comunidade a partir da perspectiva daqueles que vivenciam cotidianamente suas transformações. Os relatos permitiram identificar não apenas mudanças materiais na paisagem, mas também os significados atribuídos pelos moradores às transformações que marcaram a história recente de Olhos d'Água, reforçando a importância dos sujeitos camponeses como protagonistas na produção e interpretação de suas próprias trajetórias históricas.

As observações realizadas durante o trabalho de campo confirmaram parte das percepções apresentadas pelos moradores. A paisagem atualmente observada em Olhos d'Água apresenta características distintas daquelas descritas pelos participantes mais antigos da pesquisa. As extensas áreas destinadas às atividades agropecuárias contrastam com as memórias de um território marcado pela presença de matas nativas, nascentes de águas cristalinas e ampla diversidade de espécies típicas do Cerrado. Essa comparação entre a paisagem recordada e a paisagem observada permite compreender a profundidade das mudanças socioambientais ocorridas na comunidade ao longo das últimas décadas.

As transformações identificadas estão associadas aos processos de modernização agrícola e à expansão das atividades produtivas desenvolvidas na região. Embora tenham contribuído para o aumento da produtividade e para a inserção do município em importantes cadeias econômicas, seus efeitos também se manifestam sobre a organização da vida comunitária, as formas de trabalho e as condições de permanência das famílias camponesas. A crescente especialização produtiva alterou práticas tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias e modificou as relações estabelecidas entre os moradores e o território.

Sob essa perspectiva, a realidade observada em Olhos d'Água evidencia que as mudanças territoriais não podem ser compreendidas apenas como resultado de transformações econômicas ou tecnológicas. Conforme argumenta Fernandes (2008), o território constitui um espaço de disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento, nos quais se confrontam distintas formas de apropriação da terra e de utilização dos recursos naturais. Nesse contexto, as memórias dos moradores contribuem para compreender os desafios enfrentados pelas comunidades camponesas na preservação de seus modos de vida, de suas identidades e de suas condições de permanência no campo.

Ao percorrer as estradas vicinais e observar as áreas destinadas à produção agropecuária, foi possível identificar mudanças significativas nas formas de uso e ocupação do solo. As observações realizadas durante o trabalho de campo, associadas aos relatos dos moradores, evidenciam que a expansão das atividades vinculadas ao agronegócio promoveu uma profunda reorganização da paisagem e das dinâmicas produtivas locais. Segundo os participantes da pesquisa, essas transformações estão relacionadas à ampliação das áreas cultivadas com soja, milho, sorgo e eucalipto, bem como ao fortalecimento da pecuária bovina e à crescente utilização de máquinas e tecnologias voltadas à produção em larga escala.

A Figura 2 apresenta um registro da configuração atual da comunidade, evidenciando a predominância das atividades agropecuárias que passaram a caracterizar o território nas últimas décadas. Diferentemente da comunidade Cisterna, não foram identificadas atividades mineradoras na área investigada, fato que confere especificidades às transformações observadas em Olhos d'Água. Ainda assim, os impactos decorrentes da expansão do agronegócio mostram-se expressivos e repercutem diretamente sobre as formas de trabalho, a organização comunitária e as condições de permanência das famílias camponesas.

Ao refletir sobre essas mudanças, um dos moradores sintetizou sua percepção da seguinte maneira:

“Hoje quase tudo virou lavoura. Mudou muito em relação ao passado.” (Entrevistado 2, 2025).

Embora breve, a narrativa expressa uma percepção recorrente entre os participantes da pesquisa. A ampliação das áreas destinadas às monoculturas é frequentemente associada pelos moradores à redução da diversidade produtiva anteriormente existente na comunidade e à transformação de espaços historicamente utilizados pelas famílias camponesas para diferentes

atividades agrícolas e pecuárias. Nesse sentido, as mudanças observadas não se limitam à paisagem, mas envolvem alterações nas relações estabelecidas entre os sujeitos e o território.

Os relatos indicam que a modernização da produção agrícola produziu ganhos de produtividade e fortaleceu a inserção da região em mercados cada vez mais integrados às dinâmicas do agronegócio. Contudo, os participantes também destacaram desafios relacionados à diminuição das oportunidades de trabalho, à redução da presença de jovens na comunidade e ao enfraquecimento de práticas coletivas que, durante muitos anos, contribuíram para a manutenção dos vínculos comunitários.

Essa realidade confirma a análise de Fernandes (2008), ao afirmar que os territórios constituem espaços de disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento. Enquanto o agronegócio se organiza a partir de uma lógica voltada à produção em larga escala, à competitividade e à acumulação econômica, os territórios camponeses fundamentam-se em relações sociais construídas por meio do trabalho familiar, da cooperação comunitária e da valorização dos vínculos estabelecidos com a terra. As transformações observadas em Olhos d'Água evidenciam essa tensão e revelam como diferentes formas de apropriação do território coexistem e disputam espaço no contexto rural contemporâneo.

Os relatos produzidos durante a pesquisa revelam que a expansão das atividades agropecuárias de grande escala ocorreu paralelamente à redução de práticas produtivas diversificadas tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias da comunidade. Embora a modernização agrícola tenha contribuído para o aumento da produtividade e para o fortalecimento da economia regional, seus benefícios não foram percebidos de maneira uniforme pelos moradores. Parte dos participantes associou essas mudanças à diminuição das oportunidades de trabalho local, ao deslocamento de jovens para os centros urbanos e ao enfraquecimento de relações comunitárias construídas ao longo de gerações.

Essa realidade dialoga com as reflexões de Abramovay (1998), ao destacar que as transformações econômicas ocorridas no meio rural produzem impactos que ultrapassam os aspectos produtivos, influenciando as formas de organização social, as estratégias familiares e os mecanismos de reprodução das populações camponesas. No caso de Olhos d'Água, tais mudanças repercutem diretamente sobre a agricultura familiar, sobre a continuidade das atividades desenvolvidas pelas famílias e sobre as perspectivas de permanência das novas gerações no campo.

As observações realizadas durante a pesquisa também evidenciam que essas transformações possuem estreita relação com os desafios enfrentados pela Educação do Campo. A redução da população residente, a diminuição do número de crianças e jovens e o enfraquecimento de espaços coletivos de convivência afetam diretamente as dinâmicas educacionais da comunidade. Nesse contexto, a escola assume papel estratégico na valorização da identidade camponesa, dos saberes locais e na construção de alternativas que contribuam para a permanência das famílias em seus territórios.

Dessa forma, a realidade observada em Olhos d'Água demonstra que a análise do desenvolvimento não pode restringir-se aos indicadores de produtividade ou crescimento econômico. Os dados da pesquisa revelam a necessidade de políticas públicas capazes de conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental, fortalecimento da agricultura familiar e ampliação das condições de permanência das populações camponesas. Entre essas políticas, destaca-se a Educação do Campo como instrumento fundamental para a valorização dos sujeitos do campo e para a continuidade da vida comunitária nos territórios camponeses.

Figura 2 – Área de monocultura no entorno da comunidade Olhos d'Água



Fonte: Arquivo do autor (2025).

Os relatos dos moradores indicam que as transformações observadas em Olhos d'Água não se limitaram às mudanças na paisagem ou nas atividades produtivas. As alterações

ocorridas ao longo do tempo repercutiram sobre as formas de convivência comunitária, as relações de trabalho e os modos de vida construídos pelas famílias camponesas. Nesse contexto, as narrativas dos participantes revelam-se fundamentais para compreender como os sujeitos percebem as mudanças ocorridas em seu território e os desafios enfrentados para manter suas formas de organização social e suas condições de permanência no campo.

Conforme destaca Abramovay (1998), as dinâmicas econômicas que incidem sobre o espaço agrário influenciam diretamente as estratégias de reprodução social das famílias e as formas de organização das comunidades. No caso de Olhos d'Água, os relatos evidenciam que as transformações territoriais produziram efeitos que ultrapassam a esfera econômica, alcançando dimensões sociais, culturais e educacionais que estruturam a vida comunitária.

As conversas realizadas com Dona Maria revelaram importantes elementos relacionados à constituição da comunidade e às formas de vida desenvolvidas pelas famílias que participaram de sua formação. Ao rememorar sua trajetória, a entrevistada descreveu um território marcado pelo trabalho familiar, pela solidariedade entre vizinhos, pela religiosidade e pela forte relação estabelecida com a terra. Suas narrativas permitiram compreender aspectos da organização comunitária que permanecem presentes na memória coletiva dos moradores e que contribuíram para a construção da identidade local.

As lembranças compartilhadas pela participante dialogam com os registros históricos apresentados por Estevam (2021), ao evidenciarem os processos de ocupação da região e as formas de organização social que caracterizaram as primeiras comunidades camponesas estabelecidas no entorno de Catalão. Mais do que recuperar acontecimentos do passado, essas memórias permitem compreender valores, práticas e relações sociais que contribuíram para a consolidação da comunidade Olhos d'Água e para a construção de um modo de vida fortemente vinculado ao território.

A articulação entre as narrativas dos moradores e os documentos históricos consultados durante a pesquisa permitiu compreender aspectos relevantes do processo de formação da comunidade Olhos d'Água. As informações obtidas indicam que a ocupação da localidade ocorreu a partir do estabelecimento de famílias em áreas próximas ao rio Paranaíba ainda durante o século XIX, quando pequenas propriedades rurais passaram a constituir a base da organização econômica e social da região. As atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nesse período fundamentavam-se predominantemente no trabalho familiar, na

cooperação entre vizinhos e em formas de produção voltadas à subsistência e ao atendimento das necessidades locais.

Os relatos dos participantes revelam que a relação estabelecida com os recursos naturais desempenhou papel fundamental na consolidação da comunidade. O próprio nome “Olhos d’Água” é frequentemente associado pelos moradores à expressiva presença de nascentes que, durante décadas, garantiram o abastecimento das famílias, dos animais e das atividades produtivas desenvolvidas no território. Mais do que um elemento geográfico, a água aparece nas narrativas como parte constitutiva da identidade local, sendo constantemente mencionada como símbolo de abundância, fertilidade e qualidade de vida.

As memórias compartilhadas pelos participantes também possibilitaram identificar aspectos relacionados aos conflitos que marcaram a ocupação da região. Entre os personagens mais lembrados pelos moradores encontra-se João Afonso, indígena cuja trajetória permanece presente na memória coletiva da comunidade. Segundo os relatos e os registros históricos consultados, sua atuação ocorreu em um contexto marcado por disputas territoriais, deslocamentos populacionais e conflitos associados ao controle da terra, fenômenos que acompanharam a expansão da ocupação em diferentes áreas do interior brasileiro durante o século XIX.

A permanência dessas narrativas evidencia que a formação da comunidade não pode ser compreendida apenas a partir dos registros oficiais. A história local encontra-se igualmente preservada nas experiências compartilhadas pelas famílias e nos relatos transmitidos entre gerações, constituindo importante patrimônio cultural e histórico da comunidade. Dessa forma, a memória coletiva contribui para a compreensão dos processos sociais que marcaram a trajetória de Olhos d’Água e para a preservação de elementos fundamentais de sua identidade camponesa.

Conforme destaca Arroyo (2012), os sujeitos do campo produzem conhecimentos a partir de suas experiências históricas e sociais, sendo suas vivências elementos fundamentais para a compreensão dos processos que constituem os territórios camponeses. Sob essa perspectiva, os relatos produzidos durante a pesquisa não apenas complementam os documentos históricos analisados, mas ampliam a compreensão sobre os significados atribuídos pelos moradores à formação da comunidade e às transformações que marcaram sua trajetória.

Os elementos identificados ao longo da investigação revelam que a constituição de Olhos d'Água esteve associada a processos de ocupação territorial marcados por relações de trabalho familiar, solidariedade comunitária e forte vínculo com os recursos naturais. Essas características contribuíram para a construção de uma identidade camponesa que permanece presente nas experiências e narrativas dos moradores, influenciando as formas de organização social observadas na comunidade. Compreender essa trajetória torna-se fundamental para analisar os desafios contemporâneos relacionados à permanência das famílias no campo, à preservação dos vínculos comunitários e à valorização da Educação do Campo como instrumento de fortalecimento dos sujeitos e dos territórios camponeses.

Outro aspecto que emergiu de forma recorrente durante as observações etnográficas refere-se à presença da religiosidade na organização social da comunidade. As referências à antiga capela de Olhos d'Água, às festas religiosas, às celebrações dos padroeiros e às diversas manifestações de fé apareceram de maneira constante nos depoimentos dos participantes, evidenciando a importância desses espaços para a preservação da cultura local e para o fortalecimento das relações comunitárias construídas ao longo das gerações.

Nas narrativas dos moradores mais antigos, a religiosidade aparece associada não apenas às práticas de devoção, mas também aos momentos de encontro, convivência e fortalecimento das relações sociais. As festividades religiosas constituíam oportunidades de reunião das famílias, de troca de experiências e de reafirmação dos laços de pertencimento à comunidade. Dessa forma, a dimensão religiosa ultrapassa o âmbito estritamente espiritual e assume relevante função social na organização da vida coletiva.

Brandão (1989) argumenta que as manifestações religiosas presentes no meio rural desempenham papel fundamental na construção das identidades coletivas e na manutenção das relações de solidariedade entre os membros da comunidade. Sob essa perspectiva, as práticas observadas em Olhos d'Água constituem importantes mecanismos de preservação cultural e de fortalecimento dos vínculos que unem os moradores à comunidade e à sua trajetória histórica.

As observações realizadas durante a pesquisa indicam que, mesmo diante das transformações econômicas, ambientais e demográficas ocorridas nas últimas décadas, a religiosidade permanece como um dos elementos que contribuem para a continuidade da vida comunitária. Em um contexto marcado pela redução da população residente, pela diminuição das oportunidades de trabalho local e pelas mudanças nas formas de organização social, as

celebrações religiosas continuam funcionando como espaços de encontro, sociabilidade e reafirmação da identidade coletiva.

Essa constatação torna-se particularmente relevante quando analisada sob a perspectiva da Educação do Campo. Embora possuam finalidades distintas, tanto a escola quanto os espaços de convivência comunitária vinculados às práticas religiosas participam da transmissão de valores, conhecimentos, tradições e formas de sociabilidade que contribuem para a formação dos sujeitos do campo. Nesse sentido, ambos colaboram para a construção das referências culturais que sustentam o sentimento de pertencimento e fortalecem a identidade camponesa.

As evidências produzidas durante a pesquisa demonstram que a trajetória da comunidade Olhos d'Água não pode ser compreendida exclusivamente a partir de documentos oficiais ou registros institucionais. As narrativas dos moradores revelam dimensões sociais, culturais, simbólicas e afetivas fundamentais para a compreensão da realidade local, reforçando a importância da valorização dos saberes e das experiências dos sujeitos do campo. Conforme destaca Caldart (2012), reconhecer os camponeses como produtores de conhecimento implica valorizar suas práticas culturais, suas experiências históricas e suas formas próprias de interpretar o mundo.

Nesse sentido, a religiosidade, o trabalho familiar, a escola e as relações de solidariedade constituem elementos centrais da trajetória histórica da comunidade. A compreensão dessas dimensões permite interpretar de maneira mais ampla os desafios enfrentados por Olhos d'Água diante das transformações territoriais contemporâneas e evidencia a importância da Educação do Campo para o fortalecimento da participação comunitária e da permanência das famílias em seus territórios.

Entre os elementos que materializam a trajetória da comunidade Olhos d'Água, destaca-se a antiga capela local, restaurada e ainda utilizada como espaço de celebrações religiosas, encontros comunitários e manifestações culturais. Sua permanência ao longo do tempo evidencia a capacidade da comunidade de preservar referências históricas que continuam atribuindo significado à vida coletiva e fortalecendo os laços construídos entre diferentes gerações de moradores.

As observações realizadas durante a pesquisa demonstraram que a capela ocupa posição central na dinâmica social da comunidade. Além de sua função religiosa, o espaço constitui importante local de convivência, onde se realizam festividades, reuniões e momentos

de interação que contribuem para a manutenção das relações comunitárias. Em um contexto marcado por mudanças econômicas, transformações territoriais e redução do número de famílias residentes, a preservação desses espaços assume papel relevante na continuidade das práticas sociais e culturais que caracterizam a vida camponesa.

Segundo Brandão (1989), as manifestações religiosas presentes no meio rural desempenham papel fundamental na produção de sentidos coletivos e na manutenção das relações de solidariedade entre os membros da comunidade. Sob essa perspectiva, a capela de Olhos d'Água representa mais do que um patrimônio arquitetônico ou um espaço destinado à prática religiosa. Trata-se de um lugar onde memórias, valores e experiências compartilhadas são continuamente atualizados por meio das atividades desenvolvidas pela própria comunidade.

A relevância desse espaço torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz das transformações discutidas anteriormente. Enquanto diversas referências materiais e simbólicas da vida comunitária foram sendo modificadas ao longo do tempo, a capela permanece como um dos principais marcos da história local, funcionando como elo entre passado e presente. Sua preservação demonstra a continuidade de práticas culturais que contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores e reafirmar sua ligação com o território.

A Figura 3 apresenta a capela da comunidade, reconhecida pelos participantes da pesquisa como um dos mais importantes referenciais históricos e culturais de Olhos d'Água. Sua existência expressa não apenas a continuidade das tradições religiosas, mas também a permanência de espaços coletivos de convivência que contribuem para a preservação da história local e para a reprodução das práticas culturais que caracterizam a comunidade.

A imagem demonstra o bom estado de conservação da edificação e evidencia a importância que a capela continua exercendo na dinâmica social da comunidade. As observações realizadas durante a pesquisa permitiram compreender que esse espaço permanece como um dos principais pontos de encontro dos moradores, contribuindo para a manutenção das relações comunitárias e para a continuidade de práticas culturais transmitidas entre diferentes gerações.

Figura 3 – Capela da comunidade Olhos d'Água



Fonte: Arquivo do autor (2025).

Durante os encontros realizados em campo, um dos moradores destacou:

“As festas da igreja reuniam todo mundo. Era um momento de alegria e união da comunidade.” (Entrevistado 3, 2025).

A narrativa evidencia que as celebrações religiosas desempenhavam papel que ultrapassava a dimensão da fé, constituindo importantes momentos de convivência social, troca de experiências e fortalecimento das relações coletivas. Em comunidades camponesas, espaços dessa natureza assumem relevância especial por favorecerem a construção de redes de solidariedade e apoio mútuo, fundamentais para a organização da vida comunitária.

As observações realizadas durante a pesquisa indicam que as festividades promovidas na comunidade funcionavam como momentos de integração entre famílias de diferentes gerações, contribuindo para a transmissão de valores, conhecimentos e tradições que permanecem presentes nas experiências dos moradores. Sob essa perspectiva, a religiosidade constitui importante dimensão da vida social camponesa, articulando elementos culturais, históricos e comunitários que fortalecem o sentimento de pertencimento ao território.

Conforme destaca Caldart (2012), os territórios camponeses não se caracterizam apenas pelas atividades produtivas neles desenvolvidas, mas também pelos processos culturais e educativos construídos coletivamente pelos sujeitos que os habitam. Nesse sentido, as práticas religiosas observadas em Olhos d'Água integram um conjunto mais amplo de experiências formativas que contribuem para a constituição das identidades coletivas e para a preservação das referências culturais da comunidade.

Durante as entrevistas, os nomes de Sebastião Sinhá e Urias Mariano da Silva foram frequentemente mencionados pelos moradores mais antigos como importantes referências na trajetória da comunidade. Segundo os participantes da pesquisa, ambos exerceram papel relevante no desenvolvimento local, contribuindo para a geração de oportunidades de trabalho e para a realização de iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida dos moradores.

Os relatos indicam que suas atuações estiveram associadas a importantes conquistas para a comunidade, entre elas a implantação da energia elétrica, o fortalecimento das atividades desenvolvidas pela escola local e a reforma da antiga capela. A recorrência dessas referências demonstra que a história da comunidade preserva o reconhecimento daqueles que contribuíram para a construção das condições materiais e sociais que marcaram a trajetória de Olhos d'Água.

Mais do que personagens lembrados pelos moradores, Sebastião Sinhá e Urias Mariano da Silva representam lideranças associadas ao fortalecimento das estruturas coletivas que sustentaram a vida comunitária ao longo de diferentes períodos. Suas trajetórias permanecem presentes nas narrativas dos participantes como expressão da importância da ação coletiva, da liderança comunitária e do compromisso com o desenvolvimento local.

As observações realizadas em campo também permitiram identificar mudanças expressivas na organização social e territorial da comunidade, especialmente aquelas associadas à modernização das atividades agropecuárias e à expansão das monoculturas. Segundo os entrevistados, a intensificação desses processos contribuiu para a redução gradual da população residente, uma vez que muitas famílias passaram a enfrentar dificuldades para manter suas atividades produtivas e assegurar sua permanência no território.

Ao refletir sobre essas mudanças, um dos entrevistados afirmou:

“Muitas famílias foram embora porque ficou difícil viver aqui como antigamente.”
(Entrevistado 4, 2025).

A fala expressa uma percepção compartilhada por diversos moradores e evidencia os impactos sociais decorrentes das transformações ocorridas na comunidade. A saída de famílias para áreas urbanas não representa apenas uma alteração demográfica, mas um processo que repercute diretamente sobre a organização da vida comunitária, a continuidade das práticas culturais e as formas de cooperação que, durante muitos anos, sustentaram os modos de vida camponeses.

Conforme destaca Arroyo (2012), a garantia dos direitos das populações do campo está diretamente relacionada às condições concretas de vida oferecidas nos territórios onde esses sujeitos vivem e trabalham. Nessa perspectiva, a realidade observada em Olhos d'Água demonstra que os desafios enfrentados pela comunidade extrapolam as questões produtivas e envolvem fatores sociais, educacionais e culturais que influenciam a continuidade da vida camponesa.

Entre os aspectos identificados durante a investigação, destaca-se a redução progressiva do número de residentes na comunidade, fenômeno que repercute sobre a organização da vida coletiva e sobre a manutenção de instituições historicamente relevantes para a população local. A diminuição da presença de famílias e de jovens afeta espaços de convivência, iniciativas comunitárias e serviços essenciais, entre eles a escola, cuja existência desempenha papel estratégico na formação das novas gerações e no fortalecimento das relações entre educação e território.

As informações obtidas ao longo da pesquisa evidenciam que a permanência das famílias no campo depende de um conjunto articulado de condições que envolve acesso à educação, saúde, transporte, oportunidades de trabalho e fortalecimento da agricultura familiar. Esses elementos são fundamentais para assegurar não apenas a ocupação do território, mas também a continuidade dos saberes, das práticas sociais e das formas de organização construídas pelas comunidades camponesas.

As narrativas compartilhadas pelos entrevistados revelam que a história de Olhos d'Água está profundamente associada às relações estabelecidas entre os sujeitos e o território. Durante as conversas realizadas nas residências, nos espaços comunitários e nas áreas que integram o antigo arraial, emergiram lembranças marcadas por experiências de cooperação, desafios cotidianos, transformações nas formas de produção agrícola e estratégias coletivas construídas para enfrentar diferentes períodos de adversidade.

As observações realizadas em campo evidenciaram ainda que a modernização das atividades agropecuárias e a ampliação das monoculturas alteraram significativamente a configuração social da comunidade. Diversos entrevistados relataram que a redução das oportunidades vinculadas à agricultura familiar e a concentração da terra contribuíram para a saída de inúmeras famílias em busca de alternativas de trabalho e renda em outras localidades.

Ao refletir sobre essa realidade, um dos participantes afirmou:

“Hoje tem pouca gente morando aqui. Antigamente a comunidade era cheia de famílias.” (Entrevistado 8, 2025).

A fala sintetiza um processo percebido por diferentes moradores e revela os efeitos do esvaziamento populacional sobre a vida comunitária. A redução do número de residentes não produz impactos apenas na dinâmica econômica local, mas também nas relações de sociabilidade, na transmissão de conhecimentos entre gerações e na continuidade de práticas culturais que, durante muitos anos, contribuíram para a coesão social da comunidade.

Sob essa perspectiva, a realidade observada em Olhos d'Água demonstra que as transformações ocorridas no espaço agrário afetam simultaneamente as dimensões econômica, social, cultural e educacional da vida comunitária. Compreender esses processos torna-se fundamental para refletir sobre estratégias de desenvolvimento comprometidas com a valorização da agricultura familiar, o fortalecimento da Educação do Campo e a criação de condições que permitam às novas gerações construir seus projetos de vida sem romper seus vínculos com a comunidade e com o território.

Molina (2012) argumenta que a garantia de condições adequadas de vida, trabalho e educação constitui elemento fundamental para a continuidade das populações camponesas em seus espaços de existência. Nessa perspectiva, a realidade identificada em Olhos d'Água demonstra que os desafios enfrentados pelas famílias não decorrem exclusivamente das mudanças produtivas, mas também da necessidade de fortalecimento de políticas públicas capazes de assegurar direitos sociais, oportunidades e condições efetivas de permanência no campo.

Os percursos realizados durante o trabalho de campo possibilitaram identificar diferentes marcas das mudanças que redefiniram a configuração da localidade. As residências ainda habitadas, os antigos caminhos utilizados pelas famílias e as áreas atualmente ocupadas por extensas lavouras revelam contrastes entre distintas fases da trajetória da comunidade, evidenciando processos que alteraram significativamente sua organização social, econômica e territorial.

Nas entrevistas, diversos participantes associaram essas transformações à redução dos espaços de convivência e das práticas coletivas que, durante muitos anos, fortaleceram as relações entre as famílias. Segundo os relatos, a diminuição da população residente repercutiu sobre celebrações comunitárias, atividades compartilhadas e formas de cooperação tradicionalmente presentes no cotidiano local. Essas percepções reforçam que as mudanças

observadas no território ultrapassam a esfera produtiva, alcançando dimensões sociais e culturais fundamentais para a compreensão da realidade contemporânea da comunidade.

Entre os lugares mais frequentemente mencionados pelos entrevistados destaca-se o antigo cemitério de Olhos d'Água, reconhecido como um importante referencial histórico da comunidade. Durante as visitas realizadas ao local, observou-se que esse espaço ocupa lugar significativo nas narrativas dos participantes, sobretudo por abrigar sepulturas pertencentes a famílias que participaram da formação da localidade, entre elas os Mariano, Aires e Calaça.

Ao comentar a importância desse espaço, um dos entrevistados afirmou:

“Nossos antepassados estão enterrados aqui. Esse cemitério faz parte da história da comunidade.” (Entrevistado 9, 2025).

A narrativa evidencia que o cemitério ultrapassa sua função funerária, constituindo-se como um lugar de preservação das referências históricas da comunidade. A presença das sepulturas pertencentes às famílias pioneiras reforça a ligação entre diferentes gerações e evidencia a permanência de vínculos construídos ao longo do processo de ocupação do território. Nesse sentido, o espaço representa não apenas um patrimônio material, mas também um importante marco da trajetória social e cultural de Olhos d'Água.

Conforme argumenta Fernandes (2008), os territórios são constituídos não apenas por elementos materiais, mas também por dimensões culturais, simbólicas e afetivas que orientam as formas de pertencimento dos sujeitos. Sob essa perspectiva, o cemitério de Olhos d'Água permite compreender como experiências acumuladas ao longo do tempo permanecem presentes na vida comunitária e contribuem para a preservação de referências fundamentais da história local.

Durante as visitas realizadas ao local, observou-se que a expansão das áreas destinadas à produção agrícola modificou significativamente a paisagem ao seu redor. Os entrevistados relataram preocupação com a preservação desse patrimônio, especialmente em razão da aproximação das lavouras mecanizadas e das mudanças ocorridas na configuração do território. Tais manifestações demonstram que os impactos decorrentes da reorganização produtiva não se restringem às atividades econômicas, alcançando também espaços carregados de significados históricos e culturais para a comunidade.

As conversas realizadas ao longo da pesquisa revelaram diversas narrativas transmitidas entre gerações sobre pessoas sepultadas naquele espaço, evidenciando a importância da tradição oral na preservação da história local. Entre os personagens mais

lembrados pelos moradores destaca-se Antonio Mariano da Silva, frequentemente mencionado pela forte relação que mantinha com a terra e pela relevância de sua trajetória para a comunidade.

Entre os lugares mais frequentemente mencionados pelos entrevistados destaca-se o antigo cemitério de Olhos d'Água, reconhecido como um importante referencial histórico da comunidade. Durante as visitas realizadas ao local, observou-se que esse espaço ocupa lugar significativo nas narrativas dos participantes, sobretudo por abrigar sepulturas pertencentes a famílias que participaram da formação da localidade, entre elas os Mariano, Aires e Calaça.

Ao comentar a importância desse espaço, um dos entrevistados afirmou:

“Nossos antepassados estão enterrados aqui. Esse cemitério faz parte da história da comunidade.” (Entrevistado 9, 2025).

A narrativa evidencia que o cemitério ultrapassa sua função funerária, constituindo-se como um lugar de preservação das referências históricas da comunidade. A presença das sepulturas pertencentes às famílias pioneiras reforça a ligação entre diferentes gerações e evidencia a permanência de vínculos construídos ao longo do processo de ocupação do território. Nesse sentido, o espaço representa não apenas um patrimônio material, mas também um importante marco da trajetória social e cultural de Olhos d'Água.

Conforme argumenta Fernandes (2008), os territórios são constituídos não apenas por elementos materiais, mas também por dimensões culturais, simbólicas e afetivas que orientam as formas de pertencimento dos sujeitos. Sob essa perspectiva, o cemitério de Olhos d'Água permite compreender como experiências acumuladas ao longo do tempo permanecem presentes na vida comunitária e contribuem para a preservação de referências fundamentais da história local.

Durante as visitas realizadas ao local, observou-se que a expansão das áreas destinadas à produção agrícola modificou significativamente a paisagem ao seu redor. Os entrevistados relataram preocupação com a preservação desse patrimônio, especialmente em razão da aproximação das lavouras mecanizadas e das mudanças ocorridas na configuração do território. Tais manifestações demonstram que os impactos decorrentes da reorganização produtiva não se restringem às atividades econômicas, alcançando também espaços carregados de significados históricos e culturais para a comunidade.

As conversas realizadas ao longo da pesquisa revelaram diversas narrativas transmitidas entre gerações sobre pessoas sepultadas naquele espaço, evidenciando a

importância da tradição oral na preservação da história local. Entre os personagens mais lembrados pelos moradores destaca-se Antonio Mariano da Silva, frequentemente mencionado pela forte relação que mantinha com a terra e pela relevância de sua trajetória para a comunidade.

As informações obtidas ao longo da investigação demonstram que a história da comunidade foi construída pela articulação entre trabalho, religiosidade, relações familiares e práticas coletivas de convivência. Esses elementos contribuíram para a formação de um modo de vida fortemente vinculado ao território e constituem referências importantes para compreender a trajetória das famílias que permaneceram na localidade ao longo do tempo.

Contudo, as mudanças verificadas nas últimas décadas produziram impactos significativos sobre essa dinâmica comunitária. A ampliação das áreas destinadas às monoculturas, a concentração do uso da terra e a diminuição da população residente alteraram formas tradicionais de convivência e reduziram a frequência de atividades coletivas que anteriormente ocupavam posição central na organização da vida local. Tais processos demonstram que as transformações ocorridas no espaço agrário repercutem não apenas sobre a produção econômica, mas também sobre as relações sociais, culturais e educativas que historicamente contribuíram para a sustentação da comunidade.

Compreender as mudanças ocorridas em Olhos d'Água torna-se fundamental para analisar os desafios enfrentados pelas populações camponesas diante dos processos contemporâneos de reorganização do espaço agrário. Questões relacionadas ao acesso aos direitos sociais, à continuidade dos modos de vida construídos no campo e às possibilidades de permanência das novas gerações assumem papel central nessa discussão, especialmente quando consideradas as profundas alterações verificadas na região de Catalão nas últimas décadas.

As informações obtidas ao longo da investigação demonstram que a história da comunidade foi construída pela articulação entre trabalho, religiosidade, relações familiares e práticas coletivas de convivência. Esses elementos contribuíram para a formação de um modo de vida fortemente vinculado ao território e constituem referências importantes para compreender a trajetória das famílias que permaneceram na localidade ao longo do tempo.

Contudo, as mudanças verificadas nas últimas décadas produziram impactos significativos sobre essa dinâmica comunitária. A ampliação das áreas destinadas às monoculturas, a concentração do uso da terra e a diminuição da população residente alteraram

formas tradicionais de convivência e reduziram a frequência de atividades coletivas que anteriormente ocupavam posição central na organização da vida local. Tais processos demonstram que as transformações ocorridas no espaço agrário repercutem não apenas sobre a produção econômica, mas também sobre as relações sociais, culturais e educativas que historicamente contribuíram para a sustentação da comunidade.

Compreender as mudanças ocorridas em Olhos d'Água torna-se fundamental para analisar os desafios enfrentados pelas populações camponesas diante dos processos contemporâneos de reorganização do espaço agrário. Questões relacionadas ao acesso aos direitos sociais, à continuidade dos modos de vida construídos no campo e às possibilidades de permanência das novas gerações assumem papel central nessa discussão, especialmente quando consideradas as profundas alterações verificadas na região de Catalão nas últimas décadas.

As informações obtidas durante a investigação evidenciam que a reorganização das atividades produtivas produziu efeitos que ultrapassam a esfera econômica. Em áreas anteriormente ocupadas por pequenas propriedades familiares, observam-se novas formas de ocupação do espaço associadas à presença de moradores oriundos da área urbana e à utilização de antigas residências camponesas como locais de lazer e descanso. Tal realidade revela uma configuração distinta daquela que predominava durante o período em que a comunidade possuía maior número de famílias vinculadas diretamente às atividades agrícolas.

Segundo os entrevistados, muitas propriedades foram comercializadas ao longo do tempo em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas famílias para manter suas atividades produtivas. Os novos proprietários, geralmente aposentados ou trabalhadores urbanos, passaram a utilizar esses imóveis de forma esporádica, alterando significativamente a dinâmica social anteriormente existente. Como consequência, observa-se a redução da população residente e o enfraquecimento de práticas comunitárias que durante muitos anos contribuíram para a organização da vida local.

Durante os percursos realizados pelo antigo arraial, verificou-se a presença de algumas melhorias estruturais, entre elas o asfaltamento de vias e a reforma de determinadas residências. Apesar desses avanços, permanecem limitações relacionadas ao acesso a serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de educação, saúde, saneamento e transporte, fatores que influenciam diretamente as condições de vida da população local.

Ao refletir sobre essas dificuldades, um dos entrevistados afirmou:

“Muita gente foi embora porque aqui ficou difícil viver. Faltava escola, médico e oportunidades para as famílias.” (Entrevistado 10, 2025).

A narrativa evidencia que a saída de numerosas famílias da comunidade não esteve associada exclusivamente às transformações ocorridas nas atividades produtivas. As dificuldades de acesso à educação, aos serviços de saúde, ao transporte e às oportunidades de trabalho também aparecem como fatores que influenciaram as decisões de migração para áreas urbanas. Conforme assinala Arroyo (2012), a garantia dos direitos das populações do campo exige a implementação de políticas públicas que considerem as especificidades dos territórios camponeses e suas formas de organização social. Nessa perspectiva, a realidade observada em Olhos d'Água demonstra que a efetivação da Educação do Campo está diretamente relacionada à existência de condições adequadas de vida e à presença de políticas públicas capazes de fortalecer as comunidades camponesas em seus próprios territórios.

Os elementos identificados ao longo da pesquisa revelam que os desafios enfrentados pela comunidade resultam da combinação de fatores econômicos, sociais e institucionais que influenciam as possibilidades de permanência dos sujeitos no campo. Mais do que compreender as mudanças ocorridas no território, torna-se necessário analisar como tais processos repercutem sobre o acesso a direitos fundamentais e sobre as condições necessárias para a continuidade da vida comunitária e da agricultura familiar.

Esse movimento produziu alterações significativas na composição social da comunidade. Muitas propriedades foram vendidas ou passaram a ser utilizadas para finalidades distintas daquelas tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias que participaram da formação de Olhos d'Água. Como consequência, observaram-se mudanças nas formas de convivência e na organização das atividades coletivas que durante décadas contribuíram para fortalecer a vida comunitária.

Ao recordar esse período, um dos entrevistados relatou:

“Antigamente o povo fazia mutirão, ajudava na colheita e dividia o trabalho. Hoje isso quase não existe mais.” (Entrevistado 11, 2025).

A narrativa evidencia a importância que as práticas de cooperação possuíam na organização cotidiana da comunidade. Os mutirões representavam mais do que uma estratégia para a realização das atividades agrícolas; constituíam momentos de convivência, troca de conhecimentos e fortalecimento das relações entre as famílias. Por meio dessas ações

coletivas eram compartilhados saberes, experiências e responsabilidades que contribuíam para a sustentação da vida comunitária.

Com a redução da população residente e as mudanças verificadas nas formas de ocupação do território, muitas dessas práticas perderam intensidade. Esse processo repercutiu não apenas sobre a organização do trabalho, mas também sobre as formas de sociabilidade que historicamente caracterizaram a comunidade.

As experiências compartilhadas pelos entrevistados revelam trajetórias marcadas por relações de trabalho, organização coletiva, pertencimento ao território e estratégias construídas para enfrentar os desafios impostos pelas transformações ocorridas no campo. Tais elementos demonstram que a compreensão da realidade camponesa exige uma análise que ultrapasse os aspectos econômicos, incorporando dimensões sociais, culturais, educacionais e políticas que participam da construção da vida coletiva.

Nesse contexto, a Educação do Campo não se restringe ao acesso à escolarização, mas integra um processo mais amplo de reconhecimento dos povos do campo como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história. Bicalho (2020) destaca que os movimentos sociais camponeses constituem importantes espaços de formação humana, articulando trabalho, cultura, memória, organização coletiva e luta por direitos. Essas experiências produzem conhecimentos e práticas educativas que contribuem para fortalecer a autonomia dos sujeitos e ampliar sua participação nos processos de transformação social.

Caldart (2004) ressalta que a Educação do Campo deve estar comprometida com a valorização dos saberes produzidos pelas comunidades e com a construção de alternativas capazes de assegurar condições dignas de vida nos territórios camponeses. Sob essa perspectiva, os elementos identificados em Olhos d'Água evidenciam que a permanência das famílias depende não apenas do acesso à terra, mas também da existência de condições materiais e institucionais capazes de assegurar educação, trabalho, participação social e qualidade de vida.

Os entrevistados destacaram que o encerramento das atividades da escola representou um dos acontecimentos mais marcantes na trajetória recente da comunidade. Ao refletir sobre esse processo, um dos participantes afirmou:

“Depois que a escola fechou, a comunidade perdeu muito. As famílias começaram a sair daqui.” (Entrevistado 12, 2025).

Conforme argumenta Arroyo (2012), a escola do campo deve ser compreendida como espaço de reconhecimento dos sujeitos do campo, de seus saberes, de suas experiências e de suas formas próprias de produzir conhecimento. Nessa perspectiva, a existência de instituições educacionais nos territórios camponeses representa muito mais do que a oferta de ensino, constituindo condição fundamental para a valorização das culturas locais e para o fortalecimento dos processos educativos vinculados à realidade das comunidades.

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa demonstra que compreender a trajetória da Educação do Campo em Olhos d'Água exige examinar o papel desempenhado pela Escola São Judas Tadeu na formação das gerações que viveram na comunidade. As memórias preservadas pelos moradores revelam que essa instituição ocupou lugar de destaque na história local, tornando-se referência para a educação escolar e para diferentes formas de organização da vida comunitária.

A imagem 4 demonstra que a antiga edificação escolar permitiu identificar marcas que extrapolam o desgaste físico da estrutura. O estado de conservação do prédio evidencia processos mais amplos relacionados à forma como as políticas públicas destinadas às populações do campo foram historicamente implementadas. A ausência de investimentos voltados à manutenção e à revitalização desse espaço revela contradições presentes na oferta de serviços educacionais em territórios camponeses, frequentemente submetidos a condições desiguais de atendimento quando comparados aos centros urbanos.

Todavia, a situação encontrada demonstra que a escola desempenhou papel relevante na organização da comunidade e que sua desativação produziu efeitos que permanecem visíveis na paisagem local. Mais do que uma construção sem utilização pedagógica, o edifício representa um período em que a educação estava integrada ao cotidiano das famílias, contribuindo para a formação das novas gerações e para a articulação de diferentes atividades desenvolvidas pela comunidade.

As narrativas dos entrevistados indicam que a instituição escolar constituía uma referência que ultrapassava as atividades de ensino. Reuniões, celebrações, encontros comunitários e outras formas de participação social encontravam naquele espaço um importante ponto de convergência.

Dessa forma, o encerramento de suas atividades significou também a perda de um local que favorecia a convivência entre os moradores, a circulação de conhecimentos e o desenvolvimento de iniciativas coletivas voltadas à vida comunitária.

Conforme argumenta Arroyo (2012), a Educação do Campo não pode ser reduzida à simples oferta de vagas escolares, pois envolve o reconhecimento dos sujeitos do campo, de suas culturas, de seus modos de vida e de suas necessidades específicas. Sob esse entendimento, a existência de escolas nos territórios camponeses constitui elemento essencial para a efetivação do direito à educação e para a construção de projetos pedagógicos vinculados à realidade dessas populações.

A análise da antiga Escola São Judas Tadeu permite compreender que a perda desse espaço ultrapassa os limites da esfera educacional. Seus efeitos alcançam dimensões sociais, culturais e territoriais, uma vez que a instituição desempenhava papel relevante na articulação da comunidade.

A imagem da figura 4 ilustra a situação precária da edificação, a sua desativação pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de enfraquecimento das estruturas públicas presentes no campo, repercutindo diretamente nas condições de vida da população local e nas possibilidades de continuidade da comunidade como espaço de produção de saberes, de preservação cultural e de formação das novas gerações.

As narrativas dos entrevistados revelam que a Escola Municipal São Judas Tadeu ocupou posição de destaque na trajetória da comunidade Olhos d'Água. Além de sua função educativa, a instituição era percebida como um importante espaço de encontro, participação comunitária e convivência entre as famílias, desempenhando papel relevante na organização social da localidade.

Ao refletir sobre a importância da escola, um dos participantes afirmou:

“A escola era o coração da comunidade. Quando tinha aula, a comunidade era mais viva.” (Entrevistado 18, 2025).

Em sentido semelhante, outro morador destacou:

“As crianças estudavam perto de casa e as famílias participavam das festas e reuniões da escola.” (Entrevistado 19, 2025).

Figura 4 – Prédio da Escola Municipal São Judas Tadeu, que foi desativada na comunidade Olhos d'Água.



Fonte: Folha de Catalão (2021).

As falas evidenciam que a escola ocupava posição central na dinâmica comunitária, reunindo crianças, famílias e moradores em diferentes atividades que fortaleciam os vínculos sociais e a participação coletiva.

As informações obtidas durante a pesquisa, associadas à análise documental, permitiram identificar que as atividades educacionais tiveram início em 7 de abril de 1953, quando as aulas passaram a ser ministradas na antiga capela da comunidade. Naquele período, a professora Alda Martins Barden assumiu a primeira turma, composta por vinte e um estudantes. No ano seguinte, a instituição passou a denominar-se Escola Municipal São Judas Tadeu, em homenagem ao padroeiro local, ofertando ensino da 1ª à 4ª série.

O crescimento da demanda escolar impulsionou a necessidade de ampliação da estrutura física destinada ao atendimento dos estudantes. Em razão disso, durante a década de 1960, a Prefeitura Municipal adquiriu um terreno para a construção da sede própria da escola, inaugurada oficialmente em 1969. Para as famílias da comunidade, a consolidação desse espaço representou um importante avanço no acesso à educação, reduzindo as dificuldades enfrentadas pelas crianças que anteriormente precisavam percorrer maiores distâncias para estudar.

Ao recordar esse período, um dos entrevistados afirmou:

“Ter uma escola aqui foi uma conquista muito grande. Antes era difícil estudar.”
(Entrevistado 20, 2025).

A narrativa evidencia que a implantação da escola foi compreendida pelos moradores como uma conquista social vinculada à ampliação de direitos e à melhoria das condições de vida da população local. Em um contexto marcado por limitações de infraestrutura e dificuldades de acesso aos serviços públicos, a presença da instituição representava uma oportunidade concreta de escolarização para as crianças da comunidade.

Com o passar dos anos, a escola recebeu melhorias estruturais que incluíram novas salas de aula, secretaria e instalações sanitárias, ampliando sua capacidade de atendimento. Os relatos dos participantes indicam que o espaço também acolhia festividades, reuniões comunitárias, celebrações religiosas e outras atividades que mobilizavam moradores de diferentes gerações.

Uma das entrevistadas ressaltou:

“A escola reunia a comunidade. As festas, as reuniões e as atividades aconteciam ali.”
(Entrevistada 2, 2025).

A fala reforça o papel desempenhado pela instituição como espaço de integração social e participação comunitária. Ao reunir moradores em diferentes momentos da vida coletiva, a escola contribuiu para a circulação de conhecimentos, para a realização de atividades compartilhadas e para o fortalecimento das relações estabelecidas entre as famílias da comunidade.

Para Caldart (2004), a Educação do Campo deve estar vinculada à realidade vivida pelos sujeitos que habitam os territórios camponeses, reconhecendo seus saberes, suas experiências e suas formas próprias de organização social. Sob essa perspectiva, a trajetória da Escola São Judas Tadeu evidencia que a presença de instituições educacionais no campo possui significado que vai além da escolarização, constituindo elemento fundamental para o fortalecimento da vida comunitária e para a garantia do direito à educação das populações camponesas.

As informações obtidas ao longo da investigação demonstram que a trajetória da Escola São Judas Tadeu esteve profundamente vinculada à história da comunidade. Sua atuação contribuiu para a formação das novas gerações e para a valorização das referências culturais, sociais e históricas construídas pelas famílias camponesas ao longo do tempo.

No início dos anos 2000, a instituição ampliou seu atendimento ao passar a ofertar os anos finais do Ensino Fundamental. Em 2003, durante as comemorações de seu cinquentenário, foram criados o hino e a bandeira da escola, símbolos que expressavam o reconhecimento da importância da educação para a comunidade e valorizavam a trajetória construída por estudantes, professores e famílias ao longo de décadas.

Entretanto, a partir de 2015 teve início um processo de redução gradual das atividades educacionais. As turmas dos anos finais do Ensino Fundamental foram descontinuadas, permanecendo apenas a Educação Infantil e os anos iniciais. Em 2016, foram implementadas iniciativas voltadas à revitalização da instituição, entre elas a adoção do ensino integral e a construção de um ginásio poliesportivo. Apesar desses esforços, a diminuição contínua do número de matrículas resultou no encerramento definitivo das atividades entre os anos de 2017 e 2018.

Nas narrativas dos entrevistados, o fechamento da escola aparece como um dos acontecimentos mais significativos da história recente da comunidade. Para os moradores, a perda da instituição representou muito mais do que o encerramento de um serviço educacional, pois significou a interrupção de um espaço que durante décadas contribuiu para reunir famílias, promover encontros comunitários e fortalecer a participação social dos moradores.

Sob a perspectiva da Educação do Campo, a escola deve ser compreendida como parte integrante da vida das comunidades, articulando educação, cultura, trabalho e território (CALDART, 2012). Nesse sentido, a desativação da Escola São Judas Tadeu produziu impactos que alcançaram diferentes dimensões da vida local, afetando não apenas o acesso à educação, mas também formas de convivência e de organização historicamente construídas pela comunidade.

Os relatos indicam que, após o encerramento das atividades da Escola São Judas Tadeu, crianças e adolescentes passaram a depender de deslocamentos diários para

instituições localizadas nos municípios de Três Ranchos, Ouvidor e Catalão. Essa situação ampliou as dificuldades enfrentadas pelas famílias e reduziu as possibilidades de desenvolvimento de práticas educativas articuladas à realidade vivida pelos estudantes em seu próprio contexto social e cultural.

As informações produzidas durante a pesquisa demonstram que a ausência da escola ocorreu em um cenário marcado por limitações em outras áreas das políticas públicas, como saúde, transporte, lazer e apoio à agricultura familiar. A combinação desses fatores contribuiu para restringir oportunidades de participação comunitária e enfraquecer espaços tradicionalmente responsáveis pela circulação de conhecimentos, experiências e valores construídos ao longo da trajetória da comunidade.

As narrativas dos moradores revelam que a história de Olhos d'Água foi sustentada por relações de parentesco, celebrações religiosas, práticas de cooperação e instituições que desempenhavam papel relevante na organização da vida local. Embora muitas dessas experiências tenham sido impactadas pelas transformações ocorridas nas últimas décadas, elas permanecem presentes nas memórias daqueles que continuam habitando a comunidade e preservando suas referências históricas, culturais e sociais.

O trabalho de campo permitiu identificar mudanças significativas nas formas de convivência e ocupação do espaço. Os relatos apontam para a predominância de relações mais individualizadas, marcadas pelo isolamento das residências e pela redução dos ambientes coletivos que anteriormente favoreciam a interação entre os moradores. Observou-se ainda que parcela expressiva dos atuais proprietários possui origem urbana e utiliza a localidade principalmente como espaço de lazer, descanso ou segunda residência. Durante as entrevistas, o antigo arraial foi frequentemente descrito como “uma ilha cercada por plantações de soja”, expressão que sintetiza a percepção dos moradores acerca das mudanças ocorridas na paisagem e nas formas de vida construídas ao longo de sua trajetória.

Segundo os participantes, após o encerramento das atividades da Escola Municipal São Judas Tadeu, o imóvel permaneceu sem utilização por vários anos e chegou a abrigar provisoriamente algumas famílias que se estabeleceram na localidade. Sem manutenção adequada, a estrutura apresentou progressivo desgaste físico, com rachaduras e comprometimento de parte de suas instalações.

Para os entrevistados, a situação do antigo prédio escolar expressava simbolicamente o enfraquecimento das ações públicas voltadas às comunidades camponesas e à Educação do Campo. Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Catalão promoveu a demolição da estrutura considerada comprometida e iniciou a construção de uma nova edificação destinada ao funcionamento de um centro comunitário. Conforme apresentado na Figura 4, o espaço encontra-se atualmente em fase de implantação e deverá ser utilizado para reuniões, festividades e outras atividades de interesse coletivo.

A construção desse novo equipamento comunitário revela a possibilidade de fortalecimento dos espaços de convivência que historicamente contribuíram para a organização da vida local. Embora não substitua as funções desempenhadas pela antiga escola, sua implantação representa uma iniciativa capaz de ampliar oportunidades de participação comunitária e de preservar relações sociais e referências culturais que permanecem presentes em Olhos d'Água.

Entretanto, os entrevistados informaram que não existe previsão para a retomada das atividades educacionais nem planejamento para a implantação de uma nova unidade escolar na comunidade. Essa realidade evidencia uma contradição observada ao longo da pesquisa: ao mesmo tempo em que são realizados investimentos em espaços destinados à convivência coletiva, o acesso à educação permanece ausente no próprio território.

As informações obtidas durante a investigação demonstram que a inexistência de uma instituição de ensino na comunidade amplia os desafios enfrentados pelas famílias, sobretudo em razão dos deslocamentos diários exigidos de crianças e adolescentes para estudar em Catalão, Ouvidor ou Três Ranchos. Além das dificuldades relacionadas ao transporte, essa situação limita as possibilidades de construção de práticas educativas vinculadas às experiências, aos saberes e às especificidades do território camponês.

Conforme argumenta Molina (2012), a Educação do Campo constitui um direito das populações camponesas e deve estar articulada às condições concretas de vida dos sujeitos que habitam esses territórios. Nessa perspectiva, o encerramento das atividades da Escola São Judas Tadeu não pode ser compreendido apenas como uma medida administrativa relacionada à reorganização da rede de ensino. Seus efeitos alcançam dimensões sociais, culturais e territoriais que influenciam diretamente a permanência das famílias no campo e a

continuidade dos processos de transmissão dos conhecimentos construídos entre diferentes gerações.

A realidade observada em Olhos d'Água evidencia que a garantia do direito à educação no campo envolve muito mais do que a oferta de vagas escolares. Trata-se da construção de condições que permitam aos sujeitos do campo acessar uma educação vinculada às suas experiências, às suas formas de organização social e aos seus projetos de vida. Nesse sentido, a ausência de uma instituição escolar no território repercute não apenas sobre o acesso à educação, mas também sobre as possibilidades de fortalecimento da identidade camponesa, da participação comunitária e da continuidade da vida social construída pela comunidade ao longo de sua trajetória histórica.

A pesquisa etnográfica realizada em Olhos d'Água possibilitou compreender aspectos fundamentais relacionados ao trabalho, à educação, às relações sociais e às dinâmicas comunitárias presentes na localidade. As narrativas compartilhadas ao longo da investigação revelam trajetórias marcadas por dificuldades de acesso a políticas públicas, desafios econômicos e transformações que afetaram significativamente a organização da vida comunitária. Ao mesmo tempo, evidenciam experiências de cooperação, práticas solidárias e diferentes estratégias de enfrentamento construídas pelas famílias ao longo do tempo.

Figura 5 – Edificação do futuro prédio do centro comunitário



Fonte: arquivo do autor (2025).

A pesquisa etnográfica realizada em Olhos d'Água possibilitou compreender aspectos fundamentais relacionados ao trabalho, à educação, às relações sociais e às dinâmicas comunitárias presentes na localidade. As narrativas compartilhadas ao longo da investigação revelam trajetórias marcadas por dificuldades de acesso a políticas públicas, desafios econômicos e transformações que afetaram significativamente a organização da vida comunitária. Ao mesmo tempo, evidenciam experiências de cooperação, práticas solidárias e diferentes estratégias de enfrentamento construídas pelas famílias ao longo do tempo.

A investigação no local revelou que a efetivação da Educação do Campo está diretamente relacionada à existência de políticas públicas capazes de atender às especificidades das comunidades camponesas. A descontinuidade de investimentos em educação, infraestrutura, transporte, assistência técnica e fortalecimento da agricultura familiar produz efeitos que extrapolam a esfera econômica, repercutindo sobre o acesso a direitos, a qualidade de vida e as possibilidades de permanência das famílias em seus territórios.

Apesar das profundas mudanças observadas nas últimas décadas, permanecem presentes entre os moradores referências históricas, valores comunitários e experiências compartilhadas que continuam orientando parte da vida social da localidade. Esses elementos manifestam-se nas relações de solidariedade ainda existentes, nas celebrações religiosas, nas memórias preservadas pelas famílias e na valorização da trajetória construída pela comunidade ao longo de gerações.

As transformações decorrentes da expansão das monoculturas, das mudanças nas formas de uso da terra e da redução de determinadas ações estatais produziram impactos que alcançam simultaneamente as dimensões econômica, social, cultural e educacional da vida comunitária. Entretanto, os relatos dos participantes evidenciam que persistem formas de resistência expressas na preservação de tradições, na transmissão de conhecimentos entre gerações e na defesa de modos de vida que continuam atribuindo sentido à existência coletiva em Olhos d'Água.

A análise desenvolvida ao longo desta seção demonstra que a realidade da comunidade resulta da interação entre transformações econômicas, mudanças territoriais, acesso desigual às políticas públicas e processos sociais construídos historicamente pelas famílias camponesas. Nesse contexto, a Educação do Campo assume papel estratégico ao articular formação humana, valorização dos saberes produzidos pelas comunidades e reconhecimento

das especificidades dos territórios camponeses. Mais do que garantir acesso à escolarização, trata-se de fortalecer processos educativos comprometidos com a ampliação de direitos, a participação social e a construção de alternativas capazes de contribuir para a permanência digna das populações camponesas no campo.

As dinâmicas identificadas em Olhos d'Água revelam que os desafios enfrentados pelas comunidades camponesas não podem ser compreendidos apenas a partir dos indicadores econômicos ou das transformações produtivas verificadas na região. Sua análise exige considerar as relações entre território, educação, cultura, trabalho e condições de vida. Essa compreensão torna-se fundamental para a continuidade da investigação, especialmente na análise da comunidade Cisterna, onde a presença da atividade mineradora e a permanência de uma instituição escolar conferem características específicas às transformações socioterritoriais observadas.

3.2 Trabalho, território e Educação do Campo na comunidade Cisterna

A comunidade Morro Agudo, conhecida localmente como Cisterna, está situada na zona rural do município de Catalão, Goiás, nas proximidades da Fazenda Morro Agudo e da Vila Sucena, localizada a aproximadamente 25 quilômetros da área urbana do município. O acesso ocorre pela rodovia BR-050, sentido Brasília, seguido por estrada vicinal que conduz à comunidade. Sua trajetória social e econômica está diretamente relacionada às atividades agropecuárias desenvolvidas ao longo das últimas décadas e, mais recentemente, à presença da mineração, elemento que passou a influenciar significativamente a dinâmica territorial da localidade.

As transformações observadas na infraestrutura de acesso ilustram mudanças importantes ocorridas no território. A pavimentação do trecho final da estrada, concluída pela Prefeitura Municipal de Catalão em 2023, reduziu dificuldades historicamente enfrentadas pelos moradores, especialmente durante os períodos chuvosos, ampliando as condições de deslocamento de estudantes, trabalhadores e produtores rurais. A melhoria da mobilidade favoreceu a integração da comunidade com os centros urbanos próximos e ampliou o acesso a serviços públicos, atividades comerciais e oportunidades de trabalho.

Intervenções semelhantes foram implementadas em outras localidades rurais do município, evidenciando a importância da infraestrutura viária para a redução do isolamento territorial e para a circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Entretanto, a melhoria das

condições de acesso, embora relevante, não elimina desafios relacionados à oferta de políticas públicas voltadas às especificidades das comunidades camponesas, especialmente nas áreas de educação, saúde e fortalecimento da agricultura familiar.

A trajetória econômica da Cisterna esteve fortemente associada à produção de alho entre as décadas de 1980 e 1990. Nesse período, o cultivo do alho roxo brasileiro (*Allium sativum*) constituiu uma das principais atividades produtivas da comunidade, desempenhando papel central na geração de renda e na organização do trabalho familiar. A adaptação da cultura às condições locais e sua valorização comercial favoreceram a expansão da produção e contribuíram para dinamizar a economia da região.

As memórias preservadas pelos moradores indicam que a produção de alho mobilizava famílias inteiras em diferentes etapas do processo produtivo, fortalecendo relações de cooperação e criando oportunidades de trabalho que contribuíam para a permanência da população no campo. A atividade não possuía apenas relevância econômica, mas também participava da organização da vida comunitária e da constituição das estratégias de reprodução social desenvolvidas pelas famílias camponesas.

Esse cenário começou a modificar-se com a ampliação da concorrência internacional, especialmente em decorrência da entrada de produtos importados da China no mercado brasileiro, associada ao aumento dos custos de produção. Como consequência, ocorreu a redução progressiva das áreas cultivadas e a diminuição da importância econômica da cultura do alho para a comunidade. As mudanças observadas nesse período contribuíram para redefinir formas de trabalho, estratégias produtivas e condições de permanência das famílias, inaugurando uma nova etapa na trajetória econômica da Cisterna, marcada pela diversificação das atividades agrícolas e pela crescente influência da mineração sobre a organização do território.

Entre as iniciativas mais valorizadas pela população local destacam-se os investimentos destinados à melhoria da mobilidade rural. A pavimentação das vias de acesso foi frequentemente associada à redução das dificuldades enfrentadas durante os períodos chuvosos, ao aprimoramento do escoamento da produção agrícola e à ampliação do acesso aos serviços disponíveis nos centros urbanos próximos.

Entretanto, as narrativas compartilhadas durante a pesquisa evidenciam que os desafios enfrentados pela comunidade não se restringem às condições de infraestrutura viária.

Questões relacionadas à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao abastecimento de água e ao transporte coletivo permanecem entre as principais demandas da população residente.

Ao refletir sobre essa realidade, um dos participantes afirmou:

“A estrada melhorou muito, mas a comunidade ainda precisa de mais investimento em saúde e educação para o povo permanecer aqui.” (Entrevistado E1, 2025).

Em sentido semelhante, outro morador observou:

“O asfalto ajuda a chegar mais rápido na cidade, mas não resolve todos os problemas que a gente enfrenta no campo.” (Entrevistado E2, 2025).

As falas revelam que a melhoria das condições de acesso representa um avanço importante, mas insuficiente para enfrentar problemas estruturais que afetam a qualidade de vida das famílias. Essa percepção dialoga com as reflexões de Arroyo (2012), ao destacar que as políticas públicas voltadas ao campo devem considerar os sujeitos em sua integralidade, reconhecendo suas condições de vida, suas experiências e suas necessidades específicas.

A investigação também permitiu compreender que a Cisterna não pode ser analisada apenas como um espaço de produção agrícola. As relações estabelecidas entre trabalho, família, memória e território conferem significados que ultrapassam sua dimensão material. Conforme argumenta Haesbaert (2004), o território envolve processos de apropriação social, construção de identidades e produção de sentidos compartilhados pelos grupos que nele vivem.

Ao mesmo tempo, as transformações associadas à modernização agrícola, à ampliação da infraestrutura e à crescente integração com os centros urbanos vêm redefinindo formas de ocupação da terra, práticas produtivas e relações sociais construídas ao longo do tempo. Nesse cenário, coexistem permanências e mudanças que expressam diferentes projetos de desenvolvimento em disputa no espaço rural.

A inauguração da pavimentação da estrada ocorreu em 23 de fevereiro de 2024, durante cerimônia realizada na Escola Municipal Maria Bárbara Sucena. Segundo os moradores, o evento foi interpretado como um reconhecimento da relevância econômica e social da comunidade para o município de Catalão, reforçando a percepção de pertencimento e visibilidade diante do poder público local.

Contudo, a experiência observada na Cisterna demonstra que a melhoria da infraestrutura física, embora necessária, não garante por si só melhores condições de vida para a população. Conforme destaca Caldart (2012), o desenvolvimento das comunidades

camponesas depende da articulação entre diferentes políticas públicas capazes de assegurar educação, saúde, trabalho, cultura, transporte e preservação ambiental.

Nesse sentido, a ampliação das oportunidades educacionais, o fortalecimento da agricultura familiar e a continuidade das ações voltadas ao atendimento das demandas locais aparecem como elementos centrais para o futuro da comunidade. Ao comentar essa questão, um dos entrevistados afirmou:

“Melhorou a estrada, mas ainda falta médico, transporte e mais oportunidades para os jovens permanecerem aqui.” (Entrevistado E3, 2025).

A narrativa sintetiza uma preocupação recorrente entre os moradores: a necessidade de criar condições que permitam às novas gerações construir seus projetos de vida sem romper seus vínculos com a comunidade. Tal desafio evidencia que o desenvolvimento territorial não pode ser medido apenas pela ampliação da infraestrutura física, mas também pela capacidade de assegurar direitos, oportunidades e qualidade de vida às famílias que vivem no campo.

A análise da comunidade Cisterna revela um cenário marcado simultaneamente por avanços e desafios. Se, por um lado, as melhorias na infraestrutura viária ampliaram as condições de mobilidade e facilitaram o acesso a serviços e mercados, por outro, permanecem limitações relacionadas à efetivação de direitos sociais fundamentais, especialmente nas áreas de educação, saúde, transporte e apoio à agricultura familiar.

Essa realidade demonstra que o desenvolvimento das comunidades camponesas não pode ser avaliado exclusivamente a partir de obras de infraestrutura ou indicadores econômicos. Trata-se de um processo mais amplo, que envolve oportunidades de acesso a direitos, valorização das especificidades locais e construção de condições capazes de assegurar qualidade de vida às famílias que vivem no campo.

A investigação realizada na Cisterna permitiu compreender aspectos importantes de sua organização territorial e das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Estradas, moradias, áreas produtivas e equipamentos públicos compõem uma paisagem que expressa tanto elementos de continuidade quanto transformações associadas à expansão de novas atividades econômicas e à crescente integração da comunidade com dinâmicas externas.

Nessa perspectiva, o território não pode ser compreendido apenas como espaço físico ou unidade produtiva. Conforme argumenta Fernandes (2008), trata-se de uma construção social permeada por relações de poder, disputas, interesses e diferentes formas de apropriação do espaço. As transformações observadas na Cisterna evidenciam como a expansão do agronegócio e da atividade mineradora tem produzido mudanças significativas no uso da terra, nas relações de trabalho e na organização da vida comunitária.

Entre os elementos que contribuem para a dinâmica social da comunidade destaca-se a presença da educação escolar. Diferentemente do que foi observado em Olhos d'Água, onde o encerramento das atividades da escola representou um marco no processo de reconfiguração comunitária, a Cisterna mantém em funcionamento uma instituição educacional vinculada à rede municipal de ensino, fator que exerce influência direta sobre a vida cotidiana da população local.

A visita à Escola Municipal Maria Bárbara Sucena permitiu observar sua inserção estratégica na organização da comunidade. Localizada na Vila Sucena, a instituição encontra-se integrada a um espaço que recebeu melhorias significativas de infraestrutura nos últimos anos, especialmente após a pavimentação das vias de acesso, condição que favoreceu a circulação de estudantes, trabalhadores e moradores.

As informações obtidas ao longo da pesquisa indicam que a escola ocupa posição de destaque na dinâmica comunitária. Sua atuação ultrapassa a oferta do ensino formal e envolve atividades que aproximam famílias, estudantes e comunidade, constituindo-se como importante referência social para a localidade.

Conforme destaca Arroyo (2012), as escolas do campo desempenham papel fundamental na formação humana ao possibilitar que os processos educativos dialoguem com as experiências vividas pelos sujeitos em seus territórios. Nessa perspectiva, a instituição escolar assume relevância não apenas pela transmissão de conhecimentos sistematizados, mas também por sua capacidade de articular educação, cultura, trabalho e realidade social.

A experiência observada na Cisterna evidencia a importância da manutenção de equipamentos públicos educacionais nas comunidades camponesas. A existência da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena contribui para ampliar oportunidades de acesso à educação e representa um elemento diferenciador em relação à realidade identificada em Olhos d'Água, permitindo compreender como a presença da escola influencia a organização social da comunidade e a construção de perspectivas para as novas gerações.

A Escola Municipal Maria Bárbara Sucena ocupa posição de destaque na dinâmica da comunidade Cisterna. Sua relevância ultrapassa a função de oferta do ensino formal, constituindo-se como um dos principais equipamentos públicos presentes na localidade e desempenhando papel importante na articulação das relações entre estudantes, famílias e comunidade.

Figura 6 – Fachada da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, que está em funcionamento na comunidade Cisterna.



Fonte: arquivo do autor (2025).

A Figura 6 apresenta a instituição escolar, responsável pelo atendimento de estudantes provenientes da própria Cisterna e de outras comunidades rurais do município. A permanência da escola é amplamente reconhecida pelos moradores como um fator que contribui para ampliar o acesso à educação e reduzir as dificuldades associadas aos deslocamentos diários para os centros urbanos.

As narrativas compartilhadas durante a pesquisa indicam que a presença da instituição exerce influência direta sobre a organização da vida comunitária. Além das atividades pedagógicas, a escola participa de eventos, reuniões e ações que envolvem diferentes segmentos da população, consolidando-se como importante referência social para a localidade.

As lembranças preservadas pelos moradores mais antigos revelam que, durante o período de expansão da produção de alho, entre as décadas de 1980 e 1990, a comunidade experimentou um momento de maior dinamismo econômico. Nesse contexto, o fortalecimento das atividades produtivas favoreceu investimentos em diferentes áreas da vida comunitária, incluindo a educação. A escola passou a ocupar posição relevante na formação das novas gerações e na organização das atividades desenvolvidas pela comunidade.

Compreender a trajetória da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena exige reconhecer a estreita relação existente entre educação, trabalho e território. Esses elementos constituem dimensões fundamentais da experiência camponesa e ajudam a explicar a importância atribuída à instituição pelos moradores da comunidade.

Mesmo diante das mudanças econômicas verificadas nas últimas décadas, a Cisterna apresenta relativa estabilidade demográfica quando comparada a outras localidades rurais da região. A Vila Sucena permanece formada por um conjunto reduzido de residências cercadas por áreas destinadas ao cultivo de soja, milho, sorgo e eucalipto, além de extensas pastagens voltadas à pecuária bovina.

Somam-se a esse cenário as atividades mineradoras relacionadas à exploração de fosfato e nióbio, que passaram a exercer influência crescente sobre a economia regional. A coexistência entre agricultura, pecuária e mineração evidencia a presença de diferentes formas de apropriação e utilização do território, produzindo impactos distintos sobre as condições de vida e trabalho das famílias que vivem na comunidade.

As memórias compartilhadas pelos moradores também indicam que parte significativa das famílias residentes possui longa trajetória de permanência na localidade, marcada pela sucessão geracional das propriedades e pela continuidade de relações familiares estabelecidas ao longo do tempo. Esse processo contribuiu para a construção de referências históricas e culturais que permanecem presentes na comunidade.

Conforme destaca Arroyo (2012), as políticas educacionais destinadas ao campo devem reconhecer os sujeitos em sua diversidade, considerando suas experiências, seus conhecimentos e as especificidades dos territórios onde vivem. Sob essa perspectiva, a escola assume papel fundamental na construção de processos educativos comprometidos com a realidade das comunidades atendidas.

Entretanto, as informações obtidas durante a pesquisa revelam que as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal Maria Bárbara Sucena apresentam limitada articulação com as características sociais, culturais e produtivas das comunidades rurais atendidas pela instituição. As entrevistas realizadas com profissionais da educação e moradores indicam que os conteúdos curriculares seguem predominantemente orientações gerais da rede de ensino, incorporando de forma reduzida temas relacionados à agricultura familiar, à história local, à mineração, às transformações territoriais e às experiências vivenciadas pelos estudantes em seu cotidiano.

Essa constatação evidencia uma importante contradição identificada na pesquisa. Embora a comunidade disponha de uma escola em funcionamento, elemento que a diferencia significativamente da realidade observada em Olhos d'Água, a presença física da instituição não garante, por si só, a efetivação dos princípios defendidos pela Educação do Campo. A existência de práticas educativas mais contextualizadas permanece como um desafio para a construção de processos formativos capazes de dialogar com os conhecimentos produzidos pelas comunidades e com as transformações que marcam o território.

Conforme argumenta Arroyo (2012), as escolas localizadas no campo não devem limitar-se à reprodução de modelos curriculares concebidos para contextos urbanos. Ao contrário, precisam estabelecer diálogo permanente com as experiências sociais, culturais e produtivas dos sujeitos que atendem. Nesse sentido, a realidade observada na Cisterna demonstra que a ampliação do acesso à educação deve ser acompanhada pela construção de propostas pedagógicas comprometidas com as especificidades do território e com a valorização dos saberes produzidos pelas comunidades camponesas.

Os referenciais bibliográficos, os documentos analisados e as informações obtidas durante a pesquisa indicam que propostas curriculares pouco articuladas às especificidades dos territórios tendem a ampliar o distanciamento entre a escola e a realidade vivenciada pelos estudantes. Tal situação contraria os princípios da Educação do Campo, que defendem a integração entre educação, trabalho, cultura e território como elementos constitutivos dos processos formativos (Caldart, 2012).

Durante as entrevistas, um professor com mais de duas décadas de atuação na comunidade ressaltou a importância de práticas pedagógicas capazes de estabelecer diálogo com as experiências cotidianas das famílias atendidas pela escola. Nesse contexto, destacou a Pedagogia da Alternância como uma possibilidade de aproximação entre os conteúdos escolares e as atividades produtivas, culturais e sociais desenvolvidas no território.

As reflexões de Freire (1996) contribuem para compreender que a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos, reconhecendo seus conhecimentos e experiências como elementos fundamentais do processo educativo. Nessa perspectiva, propostas pedagógicas contextualizadas favorecem a construção de aprendizagens mais significativas, ampliam a participação dos estudantes e fortalecem sua capacidade de compreender criticamente a realidade em que vivem.

A experiência observada na comunidade demonstra que a aproximação entre escola e território contribui para valorizar conhecimentos produzidos localmente e ampliar as possibilidades de diálogo entre educação e vida comunitária. Quando vinculadas às experiências concretas dos estudantes, as práticas educativas tornam-se capazes de articular formação escolar, cultura, trabalho e participação social.

Nesse sentido, Gadotti (2000) destaca que processos educativos comprometidos com os saberes locais e com as necessidades sociais, econômicas e ambientais das comunidades favorecem não apenas o desenvolvimento humano, mas também a construção de estratégias coletivas voltadas à melhoria das condições de vida da população.

A Educação do Campo, portanto, deve ser compreendida como um direito fundamental e como parte de um projeto educativo comprometido com a valorização dos sujeitos do campo e de suas formas de existência. Conforme argumenta Caldart (2012), trata-se de uma proposta político-pedagógica construída a partir das lutas sociais e das reivindicações históricas dos povos camponeses por educação, terra, trabalho e cidadania.

A investigação também permitiu compreender que a relação entre políticas públicas e movimentos sociais ultrapassa os limites da gestão administrativa. O acesso à educação, à terra, à água e a condições dignas de vida resulta de processos históricos de organização coletiva e mobilização social, elementos que permanecem centrais na trajetória das comunidades camponesas brasileiras (Caldart, 2012).

As análises desenvolvidas nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna evidenciam a permanência de práticas culturais, conhecimentos tradicionais e formas de organização social construídas ao longo de diferentes gerações. Esses elementos reforçam a compreensão de que o campesinato constitui uma forma específica de organização da vida social, sustentada por relações de trabalho familiar, cooperação comunitária e vínculos construídos com o território (Molina, 2012).

Na comunidade Cisterna, parte das famílias continua desenvolvendo atividades agrícolas voltadas ao abastecimento dos mercados regionais. Entretanto, a pesquisa revelou que poucas propriedades conseguem assegurar sua sustentabilidade econômica exclusivamente por meio da agricultura familiar. As dificuldades relacionadas ao acesso a serviços públicos, à assistência técnica, ao crédito rural e à ampliação de oportunidades para os jovens constituem desafios que influenciam diretamente a continuidade dessas atividades e o futuro da comunidade.

Esse cenário demonstra que a permanência das famílias camponesas não depende apenas da posse da terra ou da capacidade produtiva das propriedades. Trata-se de uma questão que envolve acesso a direitos, oportunidades educacionais, condições de trabalho, infraestrutura e políticas públicas capazes de fortalecer a agricultura familiar e ampliar as perspectivas de desenvolvimento das comunidades rurais. Sob essa perspectiva, a Educação do Campo assume papel estratégico ao contribuir para a formação crítica dos sujeitos, para a valorização dos saberes produzidos no território e para a construção de alternativas comprometidas com a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

As narrativas compartilhadas durante a pesquisa indicam que a limitada articulação entre a educação escolar e as especificidades da vida no campo continua sendo percebida como um dos principais desafios enfrentados pela comunidade. A ausência de propostas pedagógicas mais contextualizadas, associada às dificuldades relacionadas ao transporte e ao acesso a serviços essenciais, contribui para ampliar o distanciamento dos jovens em relação às atividades desenvolvidas na própria localidade e reduz as perspectivas de construção de projetos de vida vinculados ao campo.

Essa preocupação foi sintetizada por um dos entrevistados ao afirmar:

“Os jovens estudam, mas acabam saindo da comunidade porque não encontram oportunidades para permanecer aqui.” (Entrevistado E5, 2024).

Em sentido semelhante, outro morador observou:

“Sem escola forte e políticas públicas, fica difícil manter os filhos no campo.” (Entrevistado E6, 2024).

As falas evidenciam que a permanência das novas gerações não depende exclusivamente do acesso à escolarização, mas está relacionada a um conjunto de condições que envolvem trabalho, infraestrutura, oportunidades econômicas e perspectivas de desenvolvimento para a juventude rural. Nesse contexto, a educação assume papel estratégico ao possibilitar a construção de conhecimentos capazes de dialogar com as necessidades e potencialidades presentes na comunidade.

Os elementos identificados ao longo da investigação demonstram que muitas das demandas existentes na Cisterna dependem do fortalecimento de iniciativas coletivas e da atuação permanente do poder público na garantia de direitos sociais. Questões relacionadas à educação, à saúde, ao transporte e ao apoio à agricultura familiar permanecem entre os desafios mais frequentemente mencionados pelos moradores.

A análise realizada também evidencia que as limitações no acesso a serviços essenciais produzem impactos que ultrapassam a dimensão econômica. Seus efeitos repercutem sobre as oportunidades de formação das novas gerações, sobre a organização da vida comunitária e sobre a capacidade das famílias de manterem suas atividades produtivas e seus projetos de vida no campo.

As características sociais, culturais e econômicas presentes na Cisterna influenciam diretamente os processos educativos desenvolvidos na comunidade. A realidade vivenciada pelos estudantes constitui importante referência para a construção de práticas pedagógicas mais próximas de suas experiências concretas, favorecendo uma formação que dialogue com os desafios e potencialidades do território.

Conforme argumenta Fernandes (2008), o território constitui espaço de disputas materiais e simbólicas no qual diferentes projetos de desenvolvimento influenciam as relações sociais, econômicas e culturais. Sob essa perspectiva, compreender a realidade da Cisterna exige reconhecer que educação, trabalho, agricultura familiar, infraestrutura e acesso a direitos formam dimensões interdependentes. A articulação entre esses elementos torna-se fundamental para a construção de condições capazes de ampliar oportunidades para as famílias e fortalecer a continuidade da vida comunitária em um contexto marcado pela expansão do agronegócio e pela presença da atividade mineradora.

Uma das diferenças fundamentais entre uma proposta educativa comprometida com os princípios da Educação do Campo e a simples reprodução de modelos escolares concebidos para contextos urbanos reside na forma como cada uma compreende os sujeitos, os conhecimentos e as experiências presentes nas comunidades. Enquanto a primeira busca estabelecer diálogo entre os conteúdos escolares e as condições concretas de vida dos estudantes, a segunda tende a adotar referenciais homogêneos que pouco consideram as especificidades sociais, culturais e produtivas do campo.

A investigação realizada na comunidade Cisterna permitiu identificar que a reduzida presença de iniciativas voltadas à valorização das experiências locais dificulta a construção de práticas pedagógicas mais articuladas às demandas da comunidade. Essa constatação torna-se particularmente relevante quando se considera que a Educação do Campo surgiu justamente da necessidade de reconhecer os povos do campo como sujeitos de direitos e produtores de conhecimentos socialmente relevantes. Conforme destaca Caldart (2012), essa proposta

educativa é resultado das lutas sociais desenvolvidas pelos movimentos camponeses em defesa da terra, da educação e da dignidade humana.

Nessa mesma direção, Arroyo (2007) argumenta que o campo deve ser compreendido como espaço de produção de saberes, culturas e experiências históricas que precisam integrar os processos educativos. Sob essa perspectiva, currículos contextualizados ampliam as possibilidades de abordar temas relacionados à agricultura familiar, à agroecologia, à preservação ambiental, à organização comunitária e às transformações territoriais que afetam diretamente a vida das populações camponesas.

Quando desvinculada dessas referências, a escola corre o risco de reproduzir conhecimentos distantes da realidade vivenciada pelos estudantes, reduzindo sua capacidade de contribuir para a compreensão crítica dos desafios presentes no território. Em contrapartida, propostas pedagógicas articuladas às experiências locais favorecem a construção da autonomia, da participação social e da formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar sua própria realidade, perspectiva amplamente defendida por Freire (1996).

Nesse sentido, a Educação do Campo assume papel estratégico ao possibilitar a articulação entre conhecimentos científicos e saberes produzidos pelas comunidades, contribuindo para a formação humana e para a construção de alternativas comprometidas com a justiça social, a sustentabilidade e o desenvolvimento territorial.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando relacionada às questões socioambientais observadas na comunidade Cisterna. A sustentabilidade das formas de vida presentes no campo depende não apenas do acesso à educação, mas também da conservação dos recursos naturais que garantem a produção agrícola, o abastecimento de água e as condições necessárias à reprodução da vida comunitária.

As visitas realizadas durante a pesquisa permitiram identificar a existência de remanescentes preservados do Cerrado, evidenciando a importância ecológica da região. Entretanto, também foram observados processos de transformação ambiental associados à expansão das atividades agropecuárias e mineradoras, que passaram a exercer influência crescente sobre a configuração da paisagem e sobre as condições de uso dos recursos naturais disponíveis na comunidade.

Conforme argumenta Acselrad (2004), os conflitos socioambientais expressam disputas em torno do acesso, do controle e da utilização dos recursos naturais, produzindo

impactos diferenciados sobre os distintos grupos sociais. Essa interpretação contribui para compreender a realidade da Cisterna, onde a coexistência entre agricultura familiar, agronegócio e mineração evidencia a presença de interesses diversos que disputam o território e influenciam diretamente as condições de vida, trabalho e educação da população local.

Sob essa perspectiva, a análise da comunidade demonstra que os desafios enfrentados pelas famílias camponesas não podem ser compreendidos de forma isolada. Educação, trabalho, território, políticas públicas e preservação ambiental constituem dimensões interdependentes que condicionam as possibilidades de desenvolvimento da comunidade e influenciam diretamente a capacidade de as novas gerações construírem seus projetos de vida no próprio campo.

Entretanto, a ampliação das áreas destinadas às monoculturas, à mineração e à pecuária em larga escala tem produzido transformações profundas na organização do território, repercutindo diretamente sobre as condições ambientais e sobre as formas de vida desenvolvidas pelas comunidades camponesas. Os impactos decorrentes desse modelo de desenvolvimento ultrapassam a dimensão ecológica, alcançando as relações de trabalho, a distribuição da terra, o acesso aos recursos naturais e as possibilidades de continuidade das atividades tradicionalmente vinculadas à agricultura familiar.

Esses processos afetam diretamente as condições de vida das famílias que permanecem no campo, reforçando a necessidade de políticas públicas capazes de articular educação, preservação ambiental, fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável. Nesse contexto, a Educação do Campo assume papel relevante ao promover reflexões sobre a utilização dos recursos naturais, a valorização dos conhecimentos locais e a construção de alternativas comprometidas com a sustentabilidade social e ambiental.

Assim como ocorreu em outras localidades da região de Catalão, a comunidade Cisterna passou por intensas transformações ao longo das últimas décadas. A ampliação das áreas destinadas à produção de soja, ao cultivo de eucalipto e à pecuária bovina modificou significativamente a paisagem e reduziu espaços anteriormente ocupados por atividades agrícolas diversificadas desenvolvidas pelas famílias da comunidade. Conforme argumenta Fernandes (2008), a expansão do capital no campo produz processos de reestruturação territorial que frequentemente ampliam desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

Nas proximidades da Vila Sucena, destaca-se também a presença da atividade mineradora associada à exploração de fosfato e nióbio. A análise realizada demonstra que sua consolidação ocorre de forma articulada aos demais setores voltados à produção em larga escala, configurando um modelo de desenvolvimento fundamentado na intensa exploração dos recursos naturais e na crescente especialização econômica do território.

As narrativas compartilhadas pelos moradores evidenciam que essas mudanças foram acompanhadas por alterações ambientais significativas, incluindo a redução de áreas de Cerrado nativo, a diminuição da cobertura vegetal e modificações em espaços tradicionalmente utilizados pelas famílias para atividades produtivas e de subsistência.

Ao refletir sobre essas transformações, uma moradora afirmou:

“Antigamente havia mais matas e nascentes; hoje a paisagem mudou muito por causa das plantações e da mineração.” (Entrevistada E21, 2024).

Em sentido semelhante, outro participante observou:

“Cada vez sobra menos espaço para a agricultura familiar e para quem vive da terra.” (Entrevistado E13, 2024).

As falas revelam uma preocupação recorrente entre os moradores quanto à redução dos espaços destinados às atividades desenvolvidas pelas famílias camponesas. Mais do que alterações na paisagem, essas transformações interferem nas condições de trabalho, na utilização dos recursos naturais e nas possibilidades de continuidade de práticas produtivas transmitidas entre gerações, evidenciando as tensões existentes entre os interesses do agronegócio, da mineração e da agricultura familiar no território investigado.

Ao percorrer as áreas situadas no entorno da comunidade, constatou-se que a reorganização produtiva regional passou a privilegiar atividades fortemente orientadas para a produção de commodities agrícolas e minerais destinadas aos mercados nacional e internacional. Nesse contexto, os moradores manifestaram preocupações relacionadas às mudanças observadas na paisagem, à redução dos espaços tradicionalmente utilizados pelas pequenas propriedades e às dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar para manter suas atividades produtivas diante da crescente valorização econômica da terra.

As informações obtidas durante a pesquisa indicam que a ampliação das áreas destinadas à mineração, às monoculturas e aos reflorestamentos comerciais vem contribuindo para processos de concentração fundiária e para a redefinição das relações de trabalho presentes no campo. Conforme argumenta Acselrad (2004), os conflitos socioambientais

expressam disputas desiguais em torno do acesso, do controle e da utilização dos recursos naturais, revelando interesses distintos sobre os usos do território.

As narrativas dos moradores evidenciam que essas mudanças têm produzido impactos significativos sobre as condições de vida das famílias que permanecem na comunidade. Ao comentar essa realidade, um dos entrevistados afirmou:

“A terra está cada vez mais concentrada e os pequenos produtores encontram mais dificuldades para permanecer aqui.” (Entrevistado E23, 2024).

A fala expressa uma preocupação recorrente entre os participantes da pesquisa e revela que as mudanças observadas não se restringem à dimensão produtiva. A crescente concentração da terra interfere diretamente nas possibilidades de reprodução econômica das pequenas propriedades, reduzindo oportunidades de trabalho e ampliando desafios relacionados à continuidade das atividades desenvolvidas pelas famílias camponesas.

As alterações ambientais identificadas na Cisterna também precisam ser compreendidas em articulação com a dinâmica econômica que caracteriza a região de Catalão. O avanço da agropecuária empresarial e da mineração, além de modificar a configuração da paisagem do Cerrado, influencia as relações de trabalho, os processos produtivos e as formas de organização social construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, as disputas em torno da terra e dos recursos naturais permanecem como elementos centrais para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelas comunidades camponesas.

O município de Catalão ocupa posição estratégica na economia nacional em razão da expressiva disponibilidade de recursos minerais, especialmente fosfato e nióbio. A análise documental, associada às observações realizadas em campo, evidencia que a exploração desses minerais exerce forte influência sobre a dinâmica econômica regional, articulando-se aos interesses do mercado global e aos processos contemporâneos de acumulação de capital.

Harvey (2005) argumenta que a expansão do capitalismo contemporâneo promove novas formas de apropriação dos recursos naturais e reorganização dos espaços produtivos, produzindo efeitos que frequentemente ampliam desigualdades sociais e ambientais. Essa interpretação contribui para compreender a realidade observada na Cisterna, onde a atividade mineradora passou a ocupar posição relevante na estrutura econômica regional.

A consolidação da mineração produziu mudanças que ultrapassam os limites da esfera econômica. Seus efeitos alcançam a organização do território, as formas de utilização da terra, a dinâmica do mercado de trabalho e as condições de vida das populações locais. Em áreas

próximas à comunidade, a ampliação das frentes de exploração mineral passou a coexistir com atividades agrícolas e pecuárias, intensificando disputas pelo uso do espaço e pelos recursos disponíveis.

Sob essa perspectiva, a presença da mineração na região não pode ser analisada apenas como fator de crescimento econômico. Trata-se de um processo que produz impactos territoriais, sociais e ambientais que repercutem diretamente sobre a agricultura familiar, sobre as comunidades camponesas e sobre as possibilidades de construção de projetos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade e a justiça social. Tais elementos tornam-se fundamentais para compreender as transformações que vêm redefinindo a realidade da comunidade Cisterna e da região de Catalão nas últimas décadas.

Fernandes (2008) compreende os territórios camponeses como espaços permeados por relações de poder e por disputas em torno do uso da terra, dos recursos naturais e dos distintos projetos de desenvolvimento presentes no campo. Nessa perspectiva, a realidade observada na região de Catalão evidencia tensões entre a expansão das atividades mineradoras e agroexportadoras e a necessidade de assegurar condições que possibilitem a continuidade das formas de vida construídas pelas comunidades camponesas.

As narrativas compartilhadas pelos moradores indicam que os efeitos dessas atividades ultrapassam as dimensões econômica e ambiental, alcançando aspectos sociais, culturais e territoriais. A redução de áreas destinadas à agricultura familiar, as alterações na paisagem e as mudanças nas formas de convivência comunitária demonstram que a expansão da mineração e do agronegócio interfere diretamente nas condições de reprodução da vida social e na manutenção de práticas historicamente desenvolvidas pelas famílias do campo.

Nesse contexto, a Educação do Campo poderia desempenhar papel estratégico na valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades, no fortalecimento da participação social e na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as transformações que ocorrem no território. Entretanto, os elementos identificados durante a pesquisa indicam que as ações voltadas às populações camponesas ainda se mostram insuficientes diante da intensidade das mudanças econômicas e territoriais verificadas na região.

Entre os principais agentes econômicos presentes no município destaca-se a CMOC Brasil, subsidiária da China Molybdenum Co. Ltd., uma das maiores empresas do setor mineral em operação no mercado internacional. No Brasil, a empresa atua principalmente nos

estados de Goiás e Minas Gerais, desenvolvendo atividades relacionadas à extração e ao processamento de minerais estratégicos, especialmente fosfato, nióbio e níquel.

Os relatos obtidos durante a investigação evidenciam que a ampliação das atividades mineradoras reforçou a integração da economia regional às cadeias globais de produção e comercialização de commodities minerais. Esse processo insere o território em circuitos internacionais de circulação de capital e mercadorias, ampliando sua importância econômica, mas também intensificando debates relacionados à distribuição dos benefícios gerados pela exploração mineral e aos impactos sociais e ambientais decorrentes dessa atividade.

Entre os empreendimentos de maior relevância destaca-se a mina Boa Vista, localizada nas proximidades de Catalão e operada pela CMOC Brasil. O nióbio extraído nessa unidade possui ampla aplicação em setores industriais estratégicos, sendo utilizado na fabricação de ligas metálicas de alta resistência, que são destinadas às indústrias siderúrgica, automobilística, aeroespacial e energética. Trata-se de um recurso mineral considerado estratégico em escala global devido às suas propriedades físico-químicas e à sua crescente utilização em tecnologias de alta complexidade.

A análise realizada demonstra que a exploração mineral ocupa posição central na dinâmica econômica regional. Entretanto, seus efeitos não se restringem à geração de riquezas ou ao crescimento da produção. A expansão das atividades mineradoras produz repercussões sobre a organização do território, sobre os usos da terra e sobre as condições de vida das comunidades localizadas em suas áreas de influência. Sob essa perspectiva, compreender a presença da mineração na região de Catalão exige analisar simultaneamente seus benefícios econômicos, seus impactos socioambientais e suas implicações para o futuro das comunidades camponesas que compartilham esse mesmo espaço geográfico.

A análise realizada demonstra que a exploração mineral ocupa posição central na dinâmica econômica da região de Catalão. Entretanto, os benefícios gerados por essa atividade não se distribuem de forma homogênea entre os diferentes segmentos sociais presentes no território. Embora a mineração contribua para a arrecadação pública, para a geração de empregos e para o fortalecimento de determinados setores econômicos, os relatos obtidos durante a pesquisa evidenciam que parte significativa das comunidades camponesas continua enfrentando dificuldades relacionadas ao acesso a serviços públicos, à permanência das atividades agrícolas familiares e à melhoria das condições de vida no campo.

A relevância da atividade mineradora para a economia regional está diretamente associada à existência de importantes reservas de nióbio e fosfato, recursos considerados estratégicos para diversos setores da economia mundial. Contudo, a presença desses empreendimentos suscita debates acerca da distribuição dos benefícios econômicos gerados pela exploração mineral e dos impactos sociais e ambientais observados nas áreas próximas às operações de extração.

As narrativas compartilhadas pelos moradores indicam que as transformações ocorridas nas últimas décadas foram acompanhadas pela ampliação das pressões sobre os recursos naturais e pela redução de áreas tradicionalmente utilizadas pelas famílias camponesas. Além disso, foram frequentemente mencionadas preocupações relacionadas à conservação ambiental, à disponibilidade de água e à crescente valorização das terras localizadas nas proximidades dos empreendimentos minerários.

Essas percepções permitem refletir sobre permanências históricas presentes nos modelos de exploração econômica desenvolvidos no Brasil, marcados pela forte dependência da exportação de matérias-primas e pela concentração dos benefícios econômicos em determinados grupos sociais. Martins (1981) observa que os processos de modernização econômica nem sempre são acompanhados por maior equidade social, podendo coexistir com formas persistentes de desigualdade e exclusão.

A realidade observada na região evidencia uma contradição frequentemente presente em territórios marcados pela exploração intensiva de recursos naturais: ao mesmo tempo em que os indicadores econômicos apontam crescimento e dinamização produtiva, persistem dificuldades relacionadas ao acesso a direitos, à qualidade dos serviços públicos e às condições de reprodução da vida das comunidades camponesas.

Além do nióbio, o fosfato ocupa posição estratégica na economia local por sua ampla utilização na fabricação de fertilizantes destinados à agricultura em larga escala. A exploração desse recurso fortalece cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio e amplia a inserção da região nos mercados nacionais e internacionais. Entretanto, os moradores entrevistados relataram preocupações quanto aos impactos ambientais associados à atividade mineradora, especialmente aqueles relacionados às alterações na paisagem, à supressão da vegetação nativa e às possíveis interferências sobre os recursos hídricos.

Nesse contexto, os conflitos socioambientais observados na região expressam disputas em torno do uso da terra, dos recursos naturais e dos diferentes projetos de desenvolvimento

presentes no território. Conforme destaca Acselrad (2004), os custos e os benefícios decorrentes dos processos de desenvolvimento tendem a ser distribuídos de forma desigual entre os distintos grupos sociais. Na comunidade Cisterna, essa realidade manifesta-se nas tensões existentes entre a expansão das atividades mineradoras, a consolidação do agronegócio e a necessidade de assegurar condições para a continuidade da agricultura familiar e da vida comunitária no campo.

As evidências reunidas durante a pesquisa demonstram a forte presença da atividade mineradora na paisagem regional e sua proximidade com os espaços de moradia, trabalho e convivência das comunidades camponesas. Tal realidade evidencia o grau de inserção da mineração na dinâmica territorial da região e sua capacidade de influenciar aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais que afetam diretamente a vida da população local.

Por sua vez, a Figura 7 permite visualizar a dimensão espacial dos empreendimentos minerais e sua proximidade com as comunidades investigadas, contribuindo para a compreensão das relações estabelecidas entre exploração mineral, uso do território e condições de vida das populações que habitam essas áreas de influência.

Embora a mineração e o agronegócio sejam frequentemente apresentados nos discursos institucionais como importantes vetores do desenvolvimento regional, as observações realizadas em campo e as narrativas dos moradores revelam uma realidade marcada por contradições. Ao mesmo tempo em que essas atividades contribuem para a dinamização econômica e para a geração de receitas, persistem desafios relacionados à distribuição dos benefícios produzidos, à preservação ambiental, ao fortalecimento da agricultura familiar e à garantia de condições adequadas de vida para as comunidades camponesas.

Martins (1981) destaca que os processos de modernização econômica podem ocorrer de forma desigual, concentrando oportunidades e recursos em determinados segmentos sociais enquanto outros grupos permanecem expostos a diferentes formas de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, a realidade observada na região de Catalão evidencia que crescimento econômico e desenvolvimento social não constituem processos necessariamente equivalentes, exigindo análises que considerem os impactos territoriais, sociais e ambientais produzidos pelo modelo de exploração econômica predominante.

Sob essa ótica, compreender a expansão da mineração e do agronegócio requer analisar não apenas seus indicadores econômicos, mas também seus efeitos sobre as

condições de vida, as formas de trabalho, o acesso aos recursos naturais e as possibilidades de continuidade das comunidades camponesas em seus territórios.

Figura 7 – Unidade de armazenamento da empresa CMOC Brasil, instalada próxima a comunidade Cisterna.



Fonte: arquivo do autor (2025).

Embora a atividade mineradora desempenhe papel relevante na economia regional, os dados produzidos durante a pesquisa indicam que seus benefícios não são percebidos de forma homogênea pelas comunidades camponesas. Os participantes relataram preocupações relacionadas às oportunidades de trabalho disponíveis para a população local, à valorização da agricultura familiar e à necessidade de políticas públicas capazes de fortalecer as condições de permanência das famílias no campo.

Além da atuação da CMOC Brasil, outras empresas desenvolvem atividades mineradoras na região, entre elas a RGF Mineração e a GEOCAT Consultoria Ambiental e Mineração. A presença desses empreendimentos amplia a diversidade de recursos explorados no território, incluindo vermiculita, fosfato, nióbio e minerais classificados como terras raras, amplamente utilizados em diferentes segmentos industriais e tecnológicos.

As narrativas dos moradores revelam que a expansão da mineração tem produzido repercussões que ultrapassam a esfera econômica, alcançando aspectos relacionados às condições de vida, ao trabalho e à utilização dos recursos naturais. Nesse contexto, foram frequentemente mencionadas preocupações quanto à preservação ambiental, à disponibilidade hídrica e à necessidade de políticas públicas que conciliem desenvolvimento econômico, proteção dos ecossistemas e fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas comunidades camponesas.

As observações realizadas em campo permitiram identificar que os impactos decorrentes da exploração mineral não se restringem às áreas diretamente ocupadas pelos empreendimentos. Os participantes relataram mudanças percebidas na paisagem, alterações em áreas de vegetação nativa e preocupações relacionadas à conservação de nascentes e cursos d'água localizados nas proximidades das áreas exploradas.

As discussões sobre sustentabilidade ambiental ocuparam lugar de destaque nas entrevistas e conversas realizadas durante a investigação. As percepções compartilhadas pelos moradores evidenciam desafios relacionados à construção de modelos de desenvolvimento capazes de compatibilizar crescimento econômico, preservação ambiental e melhoria das condições de vida da população local.

Nesse cenário, as disputas territoriais envolvendo mineração, agronegócio e comunidades camponesas revelam a complexidade das relações estabelecidas em torno do uso da terra e dos recursos naturais. Tais questões reforçam a necessidade de políticas públicas orientadas pela sustentabilidade ambiental, pela participação social e pela redução das desigualdades territoriais.

Acselrad (2004) destaca que a justiça ambiental pressupõe uma distribuição mais equilibrada dos benefícios e dos impactos decorrentes dos processos de desenvolvimento. Sob essa perspectiva, as evidências produzidas durante a pesquisa indicam que os efeitos socioambientais da mineração são percebidos de forma mais intensa pelas populações que vivem nas áreas próximas aos empreendimentos, especialmente em relação às transformações observadas na paisagem e no uso dos recursos naturais.

As experiências de organização coletiva desenvolvidas por movimentos sociais do campo em diferentes regiões do país demonstram a importância da mobilização social na defesa de direitos territoriais, ambientais e educacionais. Essas iniciativas evidenciam que a participação comunitária pode contribuir para ampliar o debate público acerca das

necessidades das populações camponesas e fortalecer reivindicações relacionadas ao acesso à terra, à educação, à preservação ambiental e às condições de reprodução da vida no campo.

Os moradores ressaltaram que a efetivação dessas políticas depende da incorporação das demandas das comunidades rurais aos processos de planejamento e gestão pública. Nesse sentido, defenderam a construção de projetos de desenvolvimento que conciliem crescimento econômico, preservação ambiental, valorização da agricultura familiar e melhoria da qualidade de vida da população local.

Durante a pesquisa também foram identificadas referências a debates públicos e reportagens divulgadas na imprensa regional acerca dos conflitos territoriais existentes no município de Catalão, especialmente aqueles relacionados à expansão das atividades mineradoras e agroindustriais. Esses debates demonstram que as disputas em torno do uso da terra, dos recursos naturais e dos modelos de desenvolvimento permanecem como temas centrais para a compreensão das transformações observadas na região.

As informações veiculadas pela imprensa regional, associadas às narrativas compartilhadas pelos participantes da pesquisa, revelam a complexidade das disputas estabelecidas entre os interesses econômicos vinculados à mineração e ao agronegócio e os direitos das populações camponesas que historicamente ocupam esses territórios. Tais disputas envolvem questões relacionadas ao acesso à terra, à preservação ambiental, à permanência das famílias no campo e à garantia de condições adequadas para a reprodução social das comunidades.

A comunidade Cisterna constitui exemplo significativo das transformações territoriais produzidas pela expansão simultânea do agronegócio e da mineração no Cerrado goiano. As observações realizadas em campo e os depoimentos dos moradores evidenciam que esses processos têm promovido alterações na paisagem, nas formas de uso da terra, nas relações de trabalho e nas dinâmicas sociais construídas ao longo da trajetória histórica da comunidade.

As análises desenvolvidas ao longo desta investigação demonstram que os impactos decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração ultrapassam a dimensão econômica, alcançando aspectos sociais, culturais, ambientais e educacionais. As mudanças observadas interferem diretamente nas condições de permanência das famílias camponesas, na preservação de suas identidades coletivas e na continuidade de práticas historicamente vinculadas à agricultura familiar e à vida comunitária.

Nesse contexto, torna-se evidente que o crescimento econômico regional não tem sido acompanhado, na mesma proporção, pela efetivação de políticas públicas capazes de fortalecer as comunidades camponesas e garantir melhores condições de vida para a população que permanece no campo. As dificuldades relacionadas ao acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à preservação ambiental e ao fortalecimento da agricultura familiar revelam desafios que continuam presentes no cotidiano dessas comunidades.

Por fim, as realidades observadas em Olhos d'Água e Cisterna demonstram que as transformações territoriais produzidas pela expansão do agronegócio e da mineração têm redefinido as condições de vida, trabalho e educação das populações camponesas. Embora inseridas em contextos distintos, ambas as comunidades enfrentam desafios relacionados à permanência no campo, à preservação de suas identidades e à efetivação de políticas públicas que assegurem condições dignas de reprodução social. Tais elementos reforçam a necessidade de construir estratégias de desenvolvimento comprometidas não apenas com o crescimento econômico, mas também com a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a valorização dos sujeitos que historicamente produzem e vivem nesses territórios.

3.3 Os impactos das transformações territoriais nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna

As realidades observadas nas comunidades camponesas Olhos d'Água e Cisterna expressam processos mais amplos de reorganização do espaço agrário na região de Catalão, marcados pelo avanço do agronegócio e pela intensificação das atividades mineradoras. Embora cada comunidade apresente particularidades históricas, sociais e econômicas, ambas passaram por alterações significativas que repercutem sobre as condições de vida, trabalho, educação e permanência da população no campo.

As evidências produzidas ao longo da pesquisa demonstram que tais processos ultrapassam a dimensão estritamente econômica. As mudanças verificadas afetam formas tradicionais de utilização da terra, relações comunitárias, práticas culturais, modos de produção e mecanismos de reprodução social historicamente construídos pelas populações camponesas. Nesse contexto, o território deve ser compreendido não apenas como base material das atividades produtivas, mas como espaço de pertencimento, memória, identidade e construção de projetos coletivos de vida.

Fernandes (2008) compreende os territórios camponeses como espaços constituídos por relações sociais, culturais e políticas que expressam disputas permanentes entre distintos projetos de desenvolvimento. A partir dessa compreensão, torna-se possível interpretar as mudanças observadas em Olhos d'Água e Cisterna como parte de processos que redefinem as formas de apropriação do espaço e influenciam diretamente as condições de permanência das comunidades no campo.

Na comunidade Olhos d'Água, os impactos decorrentes da modernização agrícola manifestam-se principalmente por meio da redução do número de moradores, da diminuição das oportunidades de trabalho vinculadas à agricultura familiar e da intensificação dos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos. A incorporação de tecnologias e a ampliação das áreas destinadas à produção em larga escala reduziram a demanda por mão de obra e alteraram significativamente a dinâmica econômica local. Embora esse processo tenha contribuído para o aumento da produtividade agrícola, seus benefícios não alcançaram de forma equivalente os diferentes segmentos sociais presentes na comunidade.

Como observa Abramovay (1998), o crescimento econômico no meio rural não implica, necessariamente, melhoria das condições de vida das populações locais, sobretudo quando ocorre acompanhado pela concentração dos meios de produção e pela redução das oportunidades destinadas aos pequenos produtores.

Na comunidade Cisterna, essas mudanças assumem contornos ainda mais complexos em razão da presença da mineração. A atividade mineral contribuiu para dinamizar a economia regional, ampliar a circulação de investimentos e fortalecer a arrecadação pública. Entretanto, a investigação revelou que esse movimento também produziu tensões relacionadas ao uso da terra, à conservação ambiental e à distribuição dos benefícios gerados pela exploração dos recursos naturais. A valorização de determinadas áreas, o aumento do fluxo de máquinas e equipamentos e as alterações observadas na paisagem demonstram que a mineração produz efeitos que ultrapassam a esfera econômica, influenciando diretamente a relação dos moradores com o espaço onde vivem e trabalham.

Nesse cenário, coexistem distintas formas de apropriação e utilização do espaço. De um lado, permanecem práticas vinculadas à agricultura familiar e aos modos de vida camponeses; de outro, consolidam-se atividades orientadas pela lógica da acumulação de capital, da exploração intensiva dos recursos naturais e da produção voltada aos mercados globais.

Harvey (2005) destaca que a expansão do capital promove contínuos processos de reorganização espacial, redefinindo funções, usos e formas de ocupação da terra. Essa interpretação contribui para compreender as contradições identificadas em Olhos d'Água e Cisterna, onde indicadores de crescimento convivem com dificuldades relacionadas à permanência das famílias camponesas, ao fortalecimento das redes comunitárias e à preservação das referências históricas e culturais construídas ao longo das gerações.

Os reflexos dessas mudanças também podem ser percebidos na organização da vida coletiva. As narrativas compartilhadas pelos participantes indicam que práticas comunitárias historicamente consolidadas passaram a enfrentar desafios decorrentes da diminuição da população residente e das alterações verificadas nas formas de trabalho e sociabilidade.

Celebrações religiosas, encontros comunitários, mutirões e outras manifestações coletivas continuam presentes no cotidiano local, embora enfrentem limitações impostas pelas novas dinâmicas demográficas e produtivas. Tal contexto demonstra que os efeitos observados não se restringem à produção agrícola ou mineral, alcançando elementos fundamentais da memória social, da identidade coletiva e dos vínculos de pertencimento construídos pelas populações camponesas.

As evidências produzidas durante a pesquisa demonstram que a Educação do Campo ocupa posição estratégica na construção de alternativas voltadas à permanência das populações camponesas em seus espaços de vida. Os processos educativos constituem importantes mecanismos de valorização dos saberes locais, de preservação da memória social e de ampliação das oportunidades destinadas às novas gerações. Sua função ultrapassa os limites da escolarização formal, abrangendo dimensões relacionadas à formação humana, à participação coletiva e à construção de vínculos sociais.

Arroyo (2012) defende que a Educação do Campo deve reconhecer os trabalhadores rurais como sujeitos de direitos, valorizando suas experiências, conhecimentos e formas próprias de organização social. Tal concepção rompe com visões que, durante muito tempo, atribuíram ao campo uma posição secundária nos projetos de desenvolvimento implementados no país.

A realidade observada em Olhos d'Água evidencia de forma significativa a contribuição dos espaços educativos para a organização da vida local. O encerramento das atividades da Escola Municipal São Judas Tadeu não representou apenas a transferência dos estudantes para outras unidades de ensino. Significou também a perda de um local que,

durante décadas, serviu como referência para reuniões, celebrações religiosas, encontros comunitários e diversas formas de convivência social. Sua desativação ampliou o distanciamento entre os moradores e enfraqueceu mecanismos importantes de integração coletiva.

Na Cisterna, por sua vez, a permanência da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena continua exercendo papel relevante na garantia do direito à educação e na articulação da vida social da comunidade. Contudo, a existência da instituição não assegura, por si só, a materialização dos princípios defendidos pela Educação do Campo.

Molina (2012) ressalta que as escolas inseridas em áreas camponesas precisam estabelecer diálogo permanente com a realidade dos sujeitos que atendem, incorporando aos seus projetos pedagógicos as experiências, os conhecimentos e os desafios presentes no cotidiano local. Nessa direção, a construção de currículos contextualizados, a participação dos moradores nos processos decisórios e a valorização da cultura camponesa constituem condições essenciais para que a educação cumpra sua função social de maneira efetiva.

As análises realizadas também demonstram a relevância da atuação do poder público na formulação e implementação de políticas voltadas às populações do campo. Embora investimentos em transporte escolar, infraestrutura viária e manutenção de serviços públicos representem avanços importantes, tais iniciativas mostram-se insuficientes diante da complexidade dos desafios identificados durante a investigação. A permanência das famílias demandam ações integradas que articulem educação, saúde, assistência técnica, acesso a mercados, incentivo à produção agrícola e valorização da agricultura familiar.

A agricultura familiar, por sua vez, assume papel estratégico para o desenvolvimento local. Além de contribuir para a produção de alimentos e para a geração de renda, constitui importante elemento de preservação dos modos de vida camponeses, das relações de pertencimento e das práticas sociais e culturais transmitidas entre diferentes gerações de moradores.

As informações produzidas ao longo da investigação indicam que os pequenos produtores enfrentam dificuldades crescentes relacionadas ao acesso ao crédito, à comercialização da produção, à sucessão familiar e à concorrência com grandes empreendimentos agroindustriais. A insuficiência de políticas permanentes de apoio compromete a sustentabilidade econômica dessas famílias e amplia sua vulnerabilidade diante das mudanças que vêm reconfigurando o espaço agrário regional.

As análises realizadas permitem afirmar que os impactos decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração ultrapassam a reorganização das atividades produtivas. Seus reflexos alcançam a educação, o trabalho, as relações sociais, a cultura e as perspectivas de futuro das populações camponesas. Nesse sentido, a manutenção e a ampliação das escolas do campo constituem ações estratégicas para valorizar identidades coletivas, ampliar oportunidades educacionais e criar condições para que as novas gerações possam construir seus projetos de vida sem romper os vínculos estabelecidos com suas comunidades.

A defesa da Educação do Campo está diretamente associada ao direito de permanecer e produzir nos espaços rurais. Caldart (2012) destaca que a educação construída a partir da realidade do campo representa uma conquista dos movimentos sociais e um importante instrumento de afirmação dos direitos das populações camponesas. Garantir instituições educativas estruturadas e comprometidas com as especificidades locais significa ampliar não apenas o acesso à escolarização, mas também as possibilidades de desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades.

As reflexões apresentadas neste capítulo demonstram que Olhos d'Água e Cisterna vivenciam profundas reconfigurações associadas ao avanço do agronegócio e da mineração na região de Catalão. Embora essas atividades tenham contribuído para o dinamismo econômico regional, seus efeitos revelam contradições que incidem diretamente sobre as condições de vida da população do campo, afetando o trabalho, a organização comunitária, a agricultura familiar e o acesso a direitos sociais.

A investigação permitiu compreender que o território constitui um espaço marcado por disputas permanentes entre diferentes projetos de desenvolvimento. De um lado, consolidam-se modelos produtivos orientados pela lógica da acumulação econômica e da inserção nos mercados globais; de outro, persistem formas de vida sustentadas pela agricultura familiar, pela cooperação comunitária e pelos vínculos de pertencimento construídos entre os sujeitos e o lugar onde vivem. Compreender essas tensões é indispensável para analisar os desafios enfrentados pelas comunidades pesquisadas.

As evidências analisadas reforçam, ainda, a centralidade da Educação do Campo na construção de alternativas comprometidas com a inclusão social e a valorização dos sujeitos rurais. A presença de instituições educacionais vinculadas às necessidades das comunidades representa condição indispensável para fortalecer identidades camponesas, assegurar direitos e ampliar as possibilidades de permanência das novas gerações no campo.

Cabe destacar, ainda, que as instituições escolares desempenham papel relevante na preservação da memória coletiva, na valorização dos saberes produzidos pelas comunidades e na ampliação dos espaços de participação social. Mais do que garantir o acesso à educação formal, esses espaços contribuem para a construção de identidades, para a transmissão de conhecimentos entre gerações e para o fortalecimento dos vínculos que sustentam a vida comunitária.

As análises desenvolvidas indicam que o enfrentamento das desigualdades identificadas em Olhos d'Água e Cisterna demanda a implementação de políticas públicas articuladas, capazes de integrar educação, agricultura familiar, infraestrutura, assistência técnica e desenvolvimento territorial. A efetividade dessas ações depende do reconhecimento das especificidades das populações camponesas e da incorporação de suas demandas aos processos de planejamento e gestão das políticas públicas.

Somente por meio de iniciativas comprometidas com a justiça social, a valorização dos sujeitos do campo e a ampliação do acesso a direitos será possível construir alternativas que conciliem desenvolvimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida. Nessa direção, torna-se fundamental assegurar que as comunidades camponesas sejam reconhecidas como protagonistas na construção de seus próprios projetos de futuro e na defesa de formas de desenvolvimento socialmente inclusivas e territorialmente sustentáveis.

4 CAPÍTULO IV

ENTRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E A PERMANÊNCIA NO CAMPO: DESAFIOS DAS COMUNIDADES OLHOS D'ÁGUA E CISTERNA

Este capítulo tem como objetivo analisar os desafios relacionados ao acesso à Educação do Campo nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna, considerando as experiências, percepções e vivências daqueles que enfrentam, em seu cotidiano, as contradições existentes entre a garantia do direito à educação e as condições concretas de reprodução da vida no campo. Como etapa final desta tese, busca-se articular as reflexões construídas ao longo da investigação, relacionando as mudanças observadas nas comunidades estudadas às disputas históricas que envolvem educação, território e resistência camponesa no contexto brasileiro.

A análise fundamenta-se nas informações obtidas durante o trabalho etnográfico, por meio da observação participante, das entrevistas semiestruturadas, da análise documental e da revisão bibliográfica. A articulação entre essas diferentes fontes permitiu compreender os impactos sociais, culturais, econômicos e educacionais que incidem sobre as famílias que permanecem no campo diante do avanço do agronegócio, da mineração e das limitações das políticas públicas destinadas às populações camponesas.

As experiências observadas durante a investigação evidenciam que os obstáculos enfrentados em Olhos d'Água e Cisterna extrapolam a esfera educacional. As dificuldades identificadas envolvem também questões relacionadas à infraestrutura, ao saneamento básico, ao acesso à saúde, ao transporte, às tecnologias e às oportunidades de desenvolvimento social. Os relatos revelam que a continuidade da vida no campo está diretamente associada à existência de políticas públicas capazes de assegurar condições dignas de existência e de apoiar as formas coletivas de organização social que caracterizam a cultura camponesa.

Nesse debate, a Educação do Campo ocupa posição central. Caldart (2012) ressalta que essa modalidade educacional não pode ser compreendida como simples oferta de ensino em áreas rurais. Trata-se de uma concepção político-pedagógica comprometida com a

valorização das identidades camponesas, dos conhecimentos produzidos pelas comunidades e das formas de organização social construídas ao longo das gerações.

As experiências compartilhadas pelos moradores de Olhos d'Água e Cisterna demonstram que o fechamento de escolas, a descontinuidade de programas educacionais e as dificuldades de acesso a propostas pedagógicas vinculadas à realidade local produzem impactos que ultrapassam o processo de escolarização. Tais situações afetam a organização comunitária, fragilizam referências culturais e reduzem as perspectivas de permanência das novas gerações no campo.

As análises desenvolvidas ao longo da pesquisa também evidenciam que a escola desempenha funções que vão além da transmissão de conhecimentos. Esses espaços constituem importantes locais de convivência, participação social, circulação de saberes e fortalecimento dos vínculos comunitários, assumindo papel relevante na preservação da memória coletiva e na valorização das identidades camponesas.

Na compreensão deste pesquisador, os desafios relacionados à Educação do Campo expressam processos mais amplos associados à desigualdade social, à concentração fundiária e às disputas pelo uso e controle do território que marcam a realidade agrária brasileira. A análise desenvolvida neste capítulo busca examinar essas questões a partir das experiências vivenciadas nas comunidades pesquisadas, evidenciando os limites das políticas públicas, os impactos das transformações territoriais e as estratégias de resistência construídas pelos sujeitos do campo na defesa de seus direitos, de seus modos de vida e de suas formas de organização social.

4.1 Os desafios da permanência das famílias camponesas em seus territórios

Os dados produzidos ao longo do trabalho de campo demonstram que os desafios enfrentados pelas comunidades pesquisadas resultam da interação de fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais que condicionam as formas de vida, de trabalho e de reprodução social das famílias camponesas. As evidências reunidas revelam que tais dificuldades ultrapassam situações isoladas ou circunstanciais, estando relacionadas a processos históricos que produzem desigualdades, limitam o acesso a direitos sociais e interferem diretamente na permanência das populações em seus territórios.

Nas últimas décadas, as comunidades investigadas vivenciaram transformações decorrentes da reconfiguração do espaço agrário, da expansão de novos modelos produtivos e

das mudanças nas formas de ocupação e utilização da terra. Essas dinâmicas repercutiram sobre a organização comunitária, modificaram relações tradicionais de trabalho e convivência e contribuíram para o enfraquecimento de referências culturais construídas ao longo de gerações. Como consequência, tornaram-se mais evidentes os desafios relacionados à permanência das famílias, à sucessão geracional e à continuidade dos modos de vida camponeses.

As informações obtidas durante a pesquisa indicam que essas dificuldades não podem ser interpretadas apenas a partir da disponibilidade de serviços públicos ou de indicadores econômicos. Elas expressam processos mais amplos de transformação territorial que afetam simultaneamente as condições materiais de existência, as relações sociais, a organização do trabalho, a preservação da cultura camponesa e a capacidade de reprodução social das comunidades.

Entre os principais desafios identificados destaca-se a infraestrutura disponível nas localidades pesquisadas. Os moradores relataram que, durante muitos anos, as condições das estradas dificultaram o deslocamento de pessoas, o escoamento da produção agrícola e o acesso aos serviços de educação, saúde e transporte. Embora o município de Catalão tenha promovido, nos últimos anos, investimentos na pavimentação de parte das estradas vicinais, os participantes da pesquisa ressaltaram que persistem limitações relacionadas à mobilidade e ao acesso a serviços públicos, especialmente em períodos de maior intensidade das chuvas e nas áreas mais distantes dos centros urbanos.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se às condições de saneamento básico. Os relatos dos participantes, corroborados pelas observações realizadas durante o trabalho de campo, indicaram que o abastecimento de água ocorre predominantemente por meio de poços artesianos, enquanto o esgotamento sanitário é realizado, em sua maioria, por meio de fossas sépticas. As evidências produzidas durante a investigação também apontam para a ausência de sistemas públicos de coleta e tratamento de esgoto nas comunidades pesquisadas, condição que evidencia limitações históricas no acesso à infraestrutura básica e reforça a necessidade de ampliação das políticas públicas destinadas às populações camponesas.

As condições observadas ao longo da pesquisa indicam que as limitações relacionadas à infraestrutura e ao saneamento repercutem diretamente sobre a qualidade de vida das famílias e revelam desigualdades persistentes na oferta de serviços públicos essenciais. Esse contexto evidencia que a permanência das comunidades camponesas depende não apenas do

acesso à terra, mas também da implementação de políticas públicas capazes de assegurar condições adequadas de infraestrutura, mobilidade, saúde e bem-estar, elementos indispensáveis para a reprodução social e para a continuidade da vida nos territórios.

As limitações observadas nas comunidades pesquisadas evidenciam que a permanência das famílias camponesas depende da articulação entre diferentes políticas públicas voltadas à garantia de direitos sociais. Conforme destaca Arroyo (2012), a efetivação desses direitos exige que o Estado reconheça as especificidades dos territórios camponeses e implemente ações capazes de assegurar condições adequadas de vida, trabalho, educação, saúde e infraestrutura. Nesse sentido, o acesso à terra, embora fundamental, não é suficiente para garantir a continuidade da vida no campo quando não está acompanhado de serviços públicos capazes de atender às necessidades das comunidades.

Os dados produzidos durante a pesquisa revelam que as dificuldades relacionadas ao acesso à educação permanecem entre os principais desafios enfrentados pelos moradores. Embora esse direito seja assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os participantes relataram que sua concretização ainda ocorre de forma desigual. As longas distâncias percorridas diariamente pelos estudantes, as limitações do transporte escolar e a reduzida oferta de propostas educativas articuladas às características do território constituem obstáculos que interferem na permanência de crianças e jovens nos processos de escolarização.

As observações realizadas nas comunidades também indicam que muitas instituições de ensino ainda desenvolvem práticas pedagógicas fortemente influenciadas por referenciais urbanos, estabelecendo reduzido diálogo com os modos de vida, os conhecimentos e as experiências das populações camponesas. Conforme observa Caldart (2012), propostas educativas desvinculadas das especificidades do campo tendem a ampliar o distanciamento entre escola e comunidade, favorecendo processos de desmotivação estudantil e fragilizando o vínculo dos jovens com seus territórios.

Os relatos dos moradores mais antigos evidenciam que parte da juventude deixa as comunidades em busca de oportunidades educacionais e profissionais inexistentes no próprio território. Esse movimento contribui para o envelhecimento da população residente, reduz a continuidade das atividades produtivas familiares e compromete a transmissão de conhecimentos e práticas culturais construídas ao longo das gerações. Assim, os desafios

educacionais mostram-se estreitamente relacionados às condições sociais, econômicas e territoriais que influenciam a permanência das famílias no campo.

No plano econômico, a agricultura familiar continua desempenhando papel central na organização das comunidades pesquisadas. Entretanto, os participantes da pesquisa apontaram dificuldades relacionadas ao acesso ao crédito rural, à assistência técnica, à mecanização da produção e à comercialização dos produtos agrícolas. Abramovay (1998) observa que a vulnerabilidade da agricultura familiar está associada, entre outros fatores, à concentração fundiária e à insuficiência de políticas públicas permanentes de apoio à produção. Nessa perspectiva, o fortalecimento da agricultura familiar depende de iniciativas capazes de ampliar o acesso aos mercados, estimular a produção e criar condições para a permanência das famílias camponesas em seus territórios.

Os relatos dos moradores também evidenciaram preocupações relacionadas às mudanças climáticas e às transformações ambientais observadas nas últimas décadas. Os participantes destacaram que períodos prolongados de estiagem, chuvas intensas e alterações no regime climático têm interferido no desenvolvimento das atividades agrícolas, reduzindo a produtividade das lavouras e ampliando os desafios enfrentados pelas famílias que dependem diretamente da agricultura para sua subsistência e geração de renda.

Ao analisar essas transformações, Acselrad (2004) argumenta que os grupos sociais cuja reprodução material está diretamente vinculada aos recursos naturais tendem a sentir de forma mais intensa os impactos decorrentes das mudanças ambientais e dos modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva da natureza. Essa perspectiva contribui para compreender que as alterações observadas nas comunidades pesquisadas ultrapassam a dimensão ambiental, produzindo efeitos sobre o trabalho, a organização comunitária e as condições de permanência das famílias em seus territórios.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se ao acesso aos serviços de saúde. Os participantes relataram que a inexistência de unidades de atendimento nas próprias comunidades exige deslocamentos frequentes até a área urbana de Catalão para consultas, exames, atendimentos de urgência e procedimentos especializados. Essa situação torna-se ainda mais desafiadora diante das limitações de transporte e das distâncias percorridas, afetando principalmente idosos, crianças, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida.

As evidências produzidas durante a pesquisa demonstram que as condições de infraestrutura, saúde, mobilidade e acesso às demais políticas públicas permanecem

estritamente relacionadas às possibilidades de permanência das populações camponesas em seus territórios. Nesse contexto, a consolidação de políticas públicas integradas mostra-se fundamental para reduzir desigualdades históricas, ampliar o acesso a direitos sociais e criar condições que favoreçam a continuidade da vida, do trabalho e da organização comunitária no campo.

Outro desafio evidenciado durante a pesquisa refere-se às transformações territoriais associadas à expansão do agronegócio e, no caso da comunidade Cisterna, à presença da atividade mineradora. Os relatos dos participantes indicam que essas dinâmicas têm produzido mudanças no uso e na ocupação da terra, modificando relações historicamente construídas entre as famílias, o trabalho e o território. Para os moradores, a terra ultrapassa sua dimensão produtiva, constituindo um espaço de pertencimento, memória, ancestralidade e continuidade das experiências compartilhadas ao longo das gerações.

Ao discutir essa temática, Fernandes (2008) afirma que o território deve ser compreendido como dimensão fundamental da reprodução social, econômica, cultural e política dos povos do campo. Sob essa perspectiva, as transformações observadas nas comunidades pesquisadas não se restringem às alterações da paisagem ou da organização produtiva, mas repercutem sobre os modos de vida, as relações comunitárias e a capacidade de permanência das famílias em seus territórios.

Os depoimentos reunidos durante o trabalho de campo revelam que o avanço de grandes empreendimentos econômicos e as mudanças na dinâmica de ocupação do espaço têm ampliado preocupações relacionadas à continuidade da vida comunitária. Segundo os participantes, essas transformações afetam práticas culturais, formas tradicionais de cooperação e referências identitárias construídas historicamente, produzindo sentimentos de incerteza quanto ao futuro das comunidades e à preservação de seus modos de vida.

Apesar desses desafios, a pesquisa também identificou importantes estratégias de organização comunitária. Os moradores destacaram a atuação das associações locais, das redes de cooperação entre famílias e das ações solidárias desenvolvidas no cotidiano como elementos fundamentais para a manutenção dos vínculos comunitários e para a preservação das práticas culturais que caracterizam a vida camponesa.

Entretanto, os participantes ressaltaram que a limitada articulação com movimentos sociais e outras organizações representativas do campo reduz as oportunidades de acesso à informação, ao conhecimento sobre direitos sociais e aos espaços de mobilização coletiva.

Nesse contexto, o fortalecimento das organizações comunitárias e da participação social mostra-se fundamental para ampliar a capacidade de reivindicação das comunidades, favorecer o acesso às políticas públicas e contribuir para a construção de estratégias voltadas à permanência das famílias e ao desenvolvimento dos territórios camponeses.

As reflexões de Freire (1987) permitem compreender que a transformação da realidade social exige processos educativos construídos em diálogo com as experiências concretas dos sujeitos e comprometidos com a formação crítica e a participação coletiva. Essa perspectiva reforça que o enfrentamento das desigualdades presentes nos territórios camponeses não depende exclusivamente da ampliação do acesso à escolarização, mas da articulação entre educação, participação social e garantia de direitos.

As evidências produzidas durante a pesquisa demonstram que os desafios vivenciados pelas comunidades investigadas extrapolam a dimensão educacional e evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas. Infraestrutura, saúde, mobilidade, fortalecimento da agricultura familiar, acesso à assistência técnica, proteção dos territórios e ampliação dos serviços públicos constituem elementos indissociáveis para assegurar condições dignas de permanência das famílias camponesas.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que a permanência das populações no campo resulta da interação entre fatores econômicos, sociais, culturais, territoriais e institucionais. Nesse contexto, a garantia de direitos, o reconhecimento das especificidades dos territórios camponeses e a implementação de políticas públicas permanentes revelam-se condições essenciais para fortalecer a reprodução social das comunidades e reduzir as desigualdades historicamente presentes no campo brasileiro.

Os relatos compartilhados pelos moradores de Olhos d'Água e Cisterna demonstram que, apesar das transformações decorrentes da expansão do agronegócio, da atividade mineradora e das limitações na oferta de serviços públicos, permanecem vivas importantes formas de organização comunitária, cooperação e resistência. Essas experiências revelam a capacidade das comunidades de preservar vínculos sociais, referências culturais e estratégias coletivas de enfrentamento das adversidades.

A compreensão desses desafios evidencia que a permanência das comunidades camponesas não depende apenas da superação das limitações estruturais identificadas nesta pesquisa, mas também da construção de processos educativos comprometidos com as realidades locais. É nessa perspectiva que a Educação do Campo assume papel estratégico,

tema que será aprofundado na seção seguinte ao discutir sua contribuição para o fortalecimento dos territórios camponeses e para a continuidade da vida comunitária.

4.2 A Educação do Campo como estratégia de fortalecimento dos territórios camponeses

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa evidenciam que a permanência das comunidades camponesas não depende exclusivamente da disponibilidade de terra, da produção agrícola ou da existência de infraestrutura básica. Os resultados obtidos demonstram que a continuidade da vida nesses territórios está diretamente relacionada à capacidade de articular educação, políticas públicas, organização comunitária e valorização das experiências construídas historicamente pelas populações do campo. Nesse contexto, a Educação do Campo assume papel estratégico ao contribuir para o fortalecimento das relações sociais, da identidade coletiva e das condições necessárias à reprodução social das comunidades.

Essa compreensão ultrapassa a concepção de educação restrita à oferta de vagas escolares ou à transmissão de conteúdos curriculares. Desse modo, como defende Arroyo (2012), a Educação do Campo constitui um projeto educativo comprometido com a formação humana, a participação social e o reconhecimento dos povos do campo como sujeitos históricos, produtores de conhecimentos e protagonistas da construção de seus próprios projetos de desenvolvimento. Sob essa perspectiva, a escola deixa de ocupar posição periférica para assumir papel estruturante na organização da vida comunitária e na ampliação das possibilidades de permanência das famílias em seus territórios.

Os resultados da pesquisa comparativa realizada nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna permitem compreender essa relação de forma concreta. Embora ambas compartilhem características históricas e culturais semelhantes, a presença de uma instituição escolar em funcionamento produziu dinâmicas distintas na organização comunitária. Enquanto a comunidade Cisterna preserva um espaço permanente de convivência, circulação de pessoas e articulação com diferentes políticas públicas por meio da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, Olhos d'Água passou a experimentar, após o fechamento da Escola Municipal São Judas Tadeu, a perda de um importante espaço de encontro, socialização e fortalecimento dos vínculos coletivos.

Os depoimentos dos participantes revelam que a escola desempenha funções que extrapolam a dimensão pedagógica. Além de garantir o direito à educação, constitui espaço de

convivência entre diferentes gerações, favorece a preservação da memória comunitária, fortalece redes de solidariedade e amplia o diálogo entre as famílias e as instituições públicas. Dessa forma, sua presença contribui para dinamizar a vida social da comunidade, aproximando os moradores de serviços, programas e políticas públicas que ultrapassam o campo educacional.

A comparação entre as duas comunidades evidencia que a escola pode exercer papel decisivo na construção de estratégias voltadas à permanência das populações camponesas. Mais do que um equipamento público destinado ao ensino formal, ela representa um espaço de articulação social capaz de integrar educação, cultura, cidadania e desenvolvimento territorial. Essa constatação constitui um dos principais resultados desta pesquisa e demonstra que o fortalecimento da Educação do Campo deve ser compreendido como parte de um conjunto mais amplo de políticas públicas voltadas à valorização dos territórios camponeses e à melhoria das condições de vida das famílias que neles permanecem.

4.3 Análise da importância da existência e da manutenção das escolas nas comunidades camponesas

As análises desenvolvidas nesta pesquisa permitiram compreender que a existência e a continuidade das escolas nas comunidades camponesas representam muito mais do que a garantia formal do direito à educação. As evidências produzidas em Olhos d'Água e Cisterna demonstram que a instituição escolar exerce papel relevante na organização da vida comunitária, na valorização das referências culturais locais e na criação de condições que favorecem a permanência das famílias no campo.

Os dados obtidos durante a investigação revelam que os movimentos sociais desempenham papel fundamental na defesa da Educação do Campo e na resistência aos processos de fechamento de escolas rurais. Caldart (2012) destaca que a Educação do Campo resulta das lutas coletivas dos povos do campo pelo reconhecimento de direitos, pela valorização de seus modos de vida e pela construção de propostas educativas comprometidas com a transformação social.

Sob essa perspectiva, a escola assume significado que vai além da oferta de ensino formal. Trata-se de um espaço de convivência, formação humana, produção de conhecimentos e participação social, capaz de contribuir para a valorização das experiências comunitárias e para a preservação de importantes referências culturais construídas ao longo do tempo.

Entretanto, a pesquisa também evidencia que as políticas públicas destinadas à Educação do Campo continuam marcadas por limitações estruturais e descontinuidades institucionais. Os relatos dos moradores indicam que a insuficiência de investimentos em infraestrutura, formação docente e manutenção das unidades escolares contribui para a ampliação das desigualdades educacionais vivenciadas pelas populações rurais.

Entre os principais desafios apontados pelos participantes destacam-se as condições físicas das escolas, as dificuldades relacionadas ao transporte escolar e a escassez de profissionais preparados para atuar em consonância com os princípios da Educação do Campo. Tais limitações afetam não apenas a qualidade do ensino ofertado, mas também a capacidade da escola de estabelecer relações significativas com a comunidade e com as experiências vividas pelos estudantes.

As experiências observadas nas comunidades pesquisadas demonstram que a presença da escola constitui elemento estratégico para a continuidade da vida coletiva. Quando articulada ao contexto social, cultural e produtivo em que está inserida, a instituição amplia as possibilidades de participação comunitária, reforça o sentimento de pertencimento e contribui para a valorização dos conhecimentos produzidos pelos povos do campo.

A manutenção das escolas nas comunidades camponesas constitui elemento essencial para a garantia do direito à educação e para a continuidade da vida social no campo. Mais do que assegurar o acesso à escolarização, essas instituições preservam espaços de convivência, formação humana, construção de referências culturais e participação comunitária, aspectos fundamentais para a consolidação de projetos de desenvolvimento comprometidos com a justiça social e com a valorização dos povos do campo.

No caso da comunidade Cisterna, verificou-se que a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena desempenha importante função social ao atender estudantes provenientes de diferentes localidades rurais do entorno. Os moradores relataram que a presença da escola reduz as dificuldades de deslocamento enfrentadas pelos estudantes, especialmente em razão das longas distâncias que separam as comunidades das unidades de ensino localizadas na área urbana. Ainda assim, os depoimentos indicam a existência de limitações estruturais e pedagógicas que dificultam a efetivação de uma proposta educacional mais articulada às características sociais, culturais e produtivas da região.

As evidências produzidas durante a investigação demonstram que a ausência de políticas públicas permanentes voltadas à ampliação, manutenção e qualificação das escolas

do campo produz impactos significativos sobre a organização comunitária e sobre as perspectivas de futuro da juventude rural. O professor entrevistado destacou que a descontinuidade das ações educacionais favorece processos de desmotivação estudantil, abandono escolar e migração para os centros urbanos, especialmente entre adolescentes e jovens que buscam oportunidades de formação e inserção profissional indisponíveis em suas comunidades de origem.

Molina (2015) ressalta a necessidade de políticas públicas voltadas à formação de educadores capazes de atuar em diálogo com os saberes, as culturas e os modos de vida presentes no campo. Para a autora, a Educação do Campo requer práticas pedagógicas contextualizadas, comprometidas com a articulação entre os conhecimentos científicos e as experiências socialmente construídas pelas comunidades rurais.

A investigação realizada revelou que a formação inicial oferecida em muitos cursos de licenciatura ainda dedica pouca atenção às demandas educacionais presentes nos territórios rurais. Segundo o professor entrevistado, diversos profissionais ingressam nas escolas do campo sem preparação suficiente para atuar em contextos marcados pela diversidade sociocultural, pela organização de turmas multisseriadas e pelas limitações estruturais frequentemente encontradas nessas localidades.

Arroyo (2012) ressalta que a Educação do Campo não deve ser compreendida como simples extensão dos modelos educacionais urbanos. Ao contrário, trata-se de uma proposta político-pedagógica construída a partir das experiências, dos saberes e das necessidades dos povos do campo. Nesse sentido, a formação continuada assume papel relevante ao possibilitar que os educadores desenvolvam práticas pedagógicas mais próximas da realidade vivenciada pelos estudantes e suas comunidades.

As entrevistas também evidenciaram desafios relacionados às condições de trabalho dos docentes. Os participantes mencionaram dificuldades associadas à remuneração, à disponibilidade de recursos pedagógicos, aos deslocamentos e à infraestrutura escolar. De acordo com os relatos, essas condições favorecem a rotatividade de profissionais e dificultam a consolidação de projetos educativos de longo prazo, repercutindo diretamente na qualidade do ensino e na relação estabelecida entre a escola e a comunidade.

A valorização dos profissionais da Educação do Campo constitui condição essencial para a consolidação de propostas educativas comprometidas com as demandas das comunidades rurais. Investimentos em formação, condições adequadas de trabalho e

permanência dos educadores nas escolas contribuem diretamente para a qualificação do ensino e para a construção de processos formativos mais próximos das experiências vivenciadas pelos estudantes.

Arroyo (2012) ressalta que a valorização docente ultrapassa a dimensão salarial, envolvendo reconhecimento profissional, formação permanente, participação nos processos decisórios e condições adequadas para o exercício da atividade educativa. Nesse sentido, a presença de educadores comprometidos com a realidade local favorece a construção de práticas pedagógicas capazes de dialogar com os desafios e potencialidades existentes no campo.

As análises desenvolvidas nesta pesquisa também evidenciam a relevância de políticas públicas como o Programa Escola da Terra e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Bicalho (2023) destaca que essas iniciativas representam importantes conquistas na ampliação da formação continuada de professores, no atendimento às escolas multisseriadas e no reconhecimento das particularidades culturais presentes nos territórios rurais.

Os depoimentos dos moradores indicam que a escola desempenha papel que ultrapassa a oferta de ensino formal. Além de garantir o acesso à educação, contribui para a circulação de conhecimentos, para a preservação de referências culturais e para a articulação da vida comunitária. Quando vinculada às necessidades e características da população que atende, a instituição escolar amplia as possibilidades de participação social e fortalece a relação entre educação e território.

As experiências observadas em Olhos d'Água e Cisterna demonstram que a manutenção das escolas do campo constitui elemento estratégico para a continuidade da vida comunitária e para a ampliação das oportunidades educacionais das populações rurais. Nesse processo, a escola assume função relevante na formação humana, na valorização dos conhecimentos locais e na construção de perspectivas de futuro que não estejam necessariamente associadas ao abandono do campo.

Dessa forma, a defesa da Educação do Campo exige políticas públicas permanentes voltadas à qualificação das escolas, à formação de educadores, à construção de currículos contextualizados e à garantia de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educativas. Trata-se de um compromisso que envolve não apenas o direito à educação, mas

também o reconhecimento das comunidades camponesas como sujeitos fundamentais na construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e socialmente justa.

4.4 Educação do Campo e a importância da atuação das instituições públicas de ensino no contexto camponês da região de Catalão

As reflexões construídas nesta pesquisa indicam que o fortalecimento da Educação do Campo depende da continuidade de políticas públicas e da atuação de instituições de ensino comprometidas com as demandas educacionais das comunidades rurais. Nesse cenário, a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) assumem papel relevante na ampliação do acesso ao conhecimento científico, à formação profissional e à produção de iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional.

As experiências desenvolvidas por essas instituições demonstram a importância da educação pública na promoção de oportunidades formativas para estudantes oriundos do campo, contribuindo para a qualificação profissional, a ampliação do acesso ao ensino superior e o fortalecimento de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas às necessidades da população rural.

Os resultados obtidos nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna evidenciam que os desafios enfrentados pelas famílias não podem ser compreendidos apenas a partir das transformações econômicas e territoriais observadas na região. Questões relacionadas ao acesso à educação, à formação técnica e acadêmica, à circulação do conhecimento e à presença de políticas públicas permanentes também exercem influência significativa sobre as condições de vida e as perspectivas de futuro da população residente.

Sob essa perspectiva, a ampliação das oportunidades educacionais constitui elemento estratégico para a construção de alternativas capazes de promover inclusão social, qualificação profissional e desenvolvimento territorial, contribuindo para que as comunidades rurais tenham melhores condições de enfrentar os desafios impostos pelas transformações econômicas, sociais e ambientais presentes na região de Catalão.

Nesse contexto, a presença das instituições públicas federais de ensino assume importância estratégica para a redução das desigualdades educacionais historicamente vivenciadas pelas populações do campo. Mais do que ampliar vagas ou ofertar cursos de formação, essas instituições desempenham papel relevante na produção do conhecimento, na formação de profissionais qualificados e na construção de ações voltadas ao desenvolvimento

regional. Ao aproximar ensino, pesquisa e extensão das demandas sociais existentes nos territórios rurais, contribuem para ampliar oportunidades educacionais e fortalecer processos de inclusão social que, durante décadas, permaneceram limitados para grande parcela da população camponesa.

As informações produzidas durante a pesquisa evidenciam que a insuficiência de políticas educacionais destinadas ao meio rural constituiu um dos principais fatores responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais no campo. Historicamente, crianças, jovens e adultos residentes em comunidades camponesas enfrentaram inúmeras dificuldades para acessar os diferentes níveis de ensino, situação que frequentemente exigia deslocamentos para centros urbanos ou mesmo o abandono dos estudos. Em muitos casos, a busca por escolarização implicava o afastamento dos vínculos familiares, das atividades produtivas e das relações comunitárias que estruturavam a vida social dessas populações.

Esse processo produziu impactos que ultrapassaram a dimensão educacional. A restrição do acesso à formação escolar e profissional contribuiu para limitar oportunidades de ascensão social, restringir o acesso a políticas públicas e ampliar processos migratórios, especialmente entre os jovens. Como consequência, diversas comunidades passaram a conviver com o envelhecimento da população residente, com a redução da participação das novas gerações nas atividades produtivas e com o enfraquecimento de práticas culturais e organizativas construídas ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, a ampliação do acesso à educação pública de qualidade representa uma medida que transcende a garantia formal do direito à escolarização. Trata-se de uma condição fundamental para ampliar oportunidades de formação humana, qualificação profissional e participação social, contribuindo para que os sujeitos do campo possam construir seus projetos de vida sem a necessidade de romper com seus territórios de origem. Dessa forma, a atuação das instituições públicas de ensino adquire relevância não apenas na formação acadêmica e profissional, mas também na construção de alternativas capazes de fortalecer o desenvolvimento local e ampliar as perspectivas de futuro das comunidades rurais da região de Catalão.

Essa realidade não se restringe à região de Catalão. Em diferentes áreas do país, o fechamento de escolas localizadas em comunidades rurais esteve associado à intensificação do êxodo juvenil, reduzindo a participação das novas gerações na vida comunitária e enfraquecendo sua relação com os espaços de origem.

Nesse contexto, muitas famílias ainda enfrentam obstáculos significativos para assegurar a continuidade da trajetória escolar de seus filhos. Em diversas situações, o acesso à educação depende de longos deslocamentos diários, das condições precárias das estradas e dos custos necessários para a permanência dos estudantes em localidades distantes de suas comunidades. Tais dificuldades limitam o acesso aos diferentes níveis de ensino e restringem oportunidades de qualificação profissional, perpetuando desigualdades historicamente presentes no meio rural.

Diante desse cenário, a interiorização das instituições públicas federais de ensino representou importante avanço na ampliação das oportunidades educacionais e na democratização do acesso ao ensino superior e à formação profissional. Frigotto (2010) ressalta que a expansão da educação pública constitui instrumento estratégico para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento humano em regiões marcadas por processos históricos de exclusão.

No caso da Universidade Federal de Catalão, destaca-se a contribuição da Licenciatura em Educação do Campo (Educampo), cuja proposta formativa dialoga diretamente com as demandas apresentadas pelas populações rurais e pelos movimentos sociais do campo. As análises desenvolvidas nesta pesquisa permitem compreender que iniciativas dessa natureza desempenham papel relevante na formação de educadores preparados para atuar em contextos rurais, favorecendo a construção de práticas pedagógicas vinculadas às experiências das comunidades e ao reconhecimento dos conhecimentos produzidos nos territórios camponeses.

As análises realizadas ao longo desta investigação permitem reconhecer que iniciativas como o Educampo representam importantes mecanismos de fortalecimento da Educação do Campo, ao promover a formação de profissionais preparados para compreender as especificidades sociais, culturais, econômicas e territoriais presentes nas comunidades rurais. Ao articular conhecimento acadêmico e realidade social, essas experiências ampliam as possibilidades de construção de práticas educativas comprometidas com as demandas concretas dos sujeitos do campo.

Sob essa ótica, a atuação das instituições públicas de ensino superior transcende a formação acadêmica convencional. Sua contribuição alcança a produção de conhecimento, o desenvolvimento de pesquisas, a realização de ações extensionistas e o fortalecimento de iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida das comunidades rurais, colaborando

para a construção de alternativas capazes de ampliar oportunidades educacionais e sociais nos territórios camponeses.

Para Caldart (2012), a Educação do Campo constitui um projeto político-pedagógico construído a partir das lutas sociais dos povos do campo, orientado pela valorização de seus saberes, culturas e formas de organização da vida coletiva. Nessa direção, a Licenciatura em Educação do Campo diferencia-se dos modelos tradicionais de formação docente ao reconhecer os conhecimentos produzidos pelas comunidades rurais como componentes fundamentais dos processos educativos.

Também merece destaque a atuação da Universidade Federal de Catalão, cuja contribuição não se limita à formação de professores. A instituição tem participado da construção de espaços de diálogo entre universidade, comunidade e movimentos sociais, promovendo debates relacionados às desigualdades socioterritoriais, às condições de permanência das populações rurais e aos impactos decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração na região. Dessa forma, reafirma sua função social ao contribuir para a produção de conhecimentos comprometidos com os desafios vivenciados pelas comunidades camponesas e com a busca por alternativas de desenvolvimento mais justas e socialmente inclusivas.

Nos últimos anos, a realização de seminários, jornadas acadêmicas, congressos, encontros científicos e atividades de extensão promovidos pela Universidade Federal de Catalão ampliou os espaços de debate sobre Educação do Campo, desenvolvimento territorial e os desafios contemporâneos vivenciados pelas comunidades rurais da região. Essas iniciativas favoreceram a aproximação entre universidade, movimentos sociais, pesquisadores, estudantes e populações camponesas, estimulando reflexões sobre permanência no campo, agroecologia, sustentabilidade, direitos sociais e agricultura familiar.

A relevância dessas ações ultrapassa os limites da produção acadêmica. Ao promover o diálogo entre diferentes sujeitos e experiências, os eventos organizados pela universidade consolidam espaços de intercâmbio de conhecimentos e valorização das realidades locais. Além disso, diversas atividades passaram a incorporar feiras da agricultura familiar, exposições culturais e iniciativas voltadas à divulgação da produção regional, criando oportunidades para que pequenos produtores apresentem e comercializem seus produtos em ambientes de circulação científica e cultural.

Nesse sentido, torna-se fundamental que o poder público municipal amplie parcerias com as instituições de ensino superior, reconhecendo sua importância na formulação de ações voltadas ao desenvolvimento regional. A articulação entre universidade, gestão pública e comunidades rurais pode ampliar oportunidades de formação, fortalecer projetos de extensão e potencializar iniciativas comprometidas com a melhoria das condições de vida da população do campo.

As experiências observadas demonstram que ações dessa natureza representam importantes mecanismos de reconhecimento social e valorização cultural, ao mesmo tempo em que aproximam o conhecimento científico dos saberes construídos pelas comunidades. Essa interação favorece a construção de práticas educativas mais democráticas, participativas e socialmente comprometidas com as demandas dos territórios rurais.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à contribuição da Universidade Federal de Catalão para a produção de conhecimentos relacionados às questões agrárias, educacionais e socioterritoriais da região. Por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, a instituição vem ampliando estudos sobre as transformações contemporâneas do campo brasileiro, abordando temas como Educação do Campo, territorialidade, agricultura familiar, agronegócio, mineração e permanência das populações camponesas. Dessa forma, a universidade consolida-se como importante espaço de produção científica e reflexão crítica sobre os desafios e perspectivas do desenvolvimento regional.

Freire (1987) defende que uma educação emancipadora deve partir das experiências concretas dos sujeitos, reconhecendo-os como participantes ativos na construção do conhecimento e na transformação de suas condições de existência. Sob essa ótica, a aproximação entre universidade e comunidades rurais favorece a construção de práticas educativas mais sensíveis às demandas sociais, culturais e territoriais presentes no campo.

As análises realizadas nesta pesquisa indicam que a atuação da Universidade Federal de Catalão tem ampliado oportunidades de formação acadêmica e política para os sujeitos do campo, estimulando debates sobre desigualdades sociais, direitos, cidadania e os desafios enfrentados pelas comunidades rurais da região. Dessa forma, a instituição consolidou-se como espaço relevante de produção científica, formação humana e diálogo com demandas sociais historicamente vinculadas ao campo brasileiro.

Durante as entrevistas, diversos participantes destacaram que a presença da universidade pública na região ampliou significativamente as perspectivas educacionais de

jovens oriundos das comunidades camponesas. Para muitos deles, o acesso ao ensino superior passou a ser percebido como uma possibilidade concreta de qualificação profissional e mobilidade social, reduzindo parte das barreiras que, durante décadas, limitaram o ingresso da população rural nesse nível de ensino.

Os relatos também evidenciam que a expansão das oportunidades educacionais contribuiu para fortalecer expectativas relacionadas à continuidade dos estudos e à construção de trajetórias profissionais vinculadas à própria região. Nesse contexto, a universidade pública assume papel relevante na ampliação do acesso ao conhecimento e na redução das desigualdades educacionais que historicamente afetaram as populações do campo.

De maneira semelhante, as ações desenvolvidas pelo Instituto Federal Goiano evidenciam a relevância da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na interiorização da educação pública brasileira. A presença do IF Goiano na região de Catalão ampliou oportunidades de qualificação técnica e formação superior, beneficiando estudantes provenientes tanto da área urbana quanto das comunidades rurais do município e de seu entorno.

As análises realizadas nesta pesquisa demonstram que a atuação institucional vai além da oferta de cursos. Por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, o IF Goiano participa da construção de iniciativas voltadas à produção do conhecimento, à inovação tecnológica e à promoção do desenvolvimento social. Essas ações contribuem para reduzir desigualdades educacionais historicamente presentes no interior do país e ampliam as possibilidades de formação para segmentos da população que tradicionalmente enfrentaram dificuldades de acesso ao ensino público federal.

Outro elemento que merece destaque diz respeito ao papel desempenhado pela instituição na qualificação profissional em consonância com as especificidades econômicas e produtivas do território. Ao ofertar cursos, ações de extensão e projetos voltados para áreas como agricultura, gestão, inovação tecnológica, sustentabilidade e desenvolvimento territorial, a instituição contribui para a formação de profissionais aptos a responder aos desafios e às potencialidades da realidade local.

Em uma região caracterizada pela expressiva atuação do agronegócio e da mineração, essa atuação favorece a integração entre o conhecimento científico e as demandas do território, amplia o acesso da população camponesa à educação pública de qualidade e

fortalece iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional comprometido com a inclusão social e a sustentabilidade.

Além disso, a atuação do IF Goiano reforça a importância das instituições públicas de ensino como espaços de formação humana, produção científica e desenvolvimento regional. Ao promover o acesso ao conhecimento e estimular a qualificação profissional, a instituição contribui para ampliar perspectivas de inserção social e econômica, fortalecendo processos de inclusão educacional e ampliando oportunidades para as novas gerações.

As ações extensionistas e os eventos acadêmico-científicos promovidos pelo Instituto Federal Goiano também merecem destaque no contexto regional. Semanas científicas, mostras tecnológicas, projetos de extensão e atividades de integração comunitária têm ampliado o diálogo entre a instituição, estudantes, pesquisadores e comunidades camponesas, favorecendo a circulação de conhecimentos e estimulando reflexões sobre sustentabilidade, agroecologia, inovação tecnológica e desenvolvimento territorial.

As análises realizadas ao longo desta pesquisa indicam que a atuação articulada da Universidade Federal de Catalão e do Instituto Federal Goiano desempenha papel relevante na ampliação das oportunidades educacionais e no fortalecimento do desenvolvimento regional. Além da oferta de cursos e da formação profissional, essas instituições contribuem para a produção e a socialização de conhecimentos voltados às demandas das comunidades rurais, promovendo processos de inclusão social, valorização dos saberes locais e ampliação das perspectivas de permanência das famílias em seus territórios.

Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, UFCAT e IF Goiano consolidam-se como importantes espaços de formação humana, reflexão crítica e construção de alternativas voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais presentes no campo. Dessa forma, fortalecem iniciativas comprometidas com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de estratégias de desenvolvimento que considerem as especificidades e necessidades das populações camponesas da região.

Entre as ações desenvolvidas pelas instituições públicas de ensino, destacam-se os espaços destinados à realização de feiras da agricultura familiar, que se consolidaram como importantes mecanismos de divulgação, comercialização e valorização da produção camponesa. As observações realizadas durante a pesquisa evidenciaram que essas iniciativas ampliam a visibilidade dos pequenos produtores, favorecem a circulação de alimentos produzidos localmente e estimulam a dinamização dos circuitos econômicos regionais,

contribuindo para a geração de renda e para o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas famílias rurais.

A relevância dessas ações, contudo, não se restringe aos aspectos econômicos. As feiras constituem espaços de intercâmbio cultural, reconhecimento social e aproximação entre diferentes formas de conhecimento. Ao promover o diálogo entre universidades, institutos federais e populações rurais, esses eventos favorecem a valorização de práticas produtivas, tradições culturais e experiências historicamente construídas no campo, muitas vezes invisibilizadas pelos modelos predominantes de desenvolvimento agroindustrial.

Nessa direção, ganha destaque o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ocorrido nas últimas décadas, especialmente por meio da interiorização das instituições de ensino público federal. Conforme destaca Pacheco (2011), os Institutos Federais desempenham papel relevante na democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, ampliando oportunidades formativas em regiões marcadas por desigualdades sociais e por limitações históricas no acesso às políticas educacionais.

A presença dessas instituições nos territórios do interior brasileiro fortalece não apenas a oferta educacional, mas também a articulação entre formação acadêmica, desenvolvimento regional e inclusão social. Dessa forma, contribui para a construção de alternativas comprometidas com a redução das desigualdades e com a ampliação das oportunidades para as populações do campo.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a presença dessas instituições amplia oportunidades de formação, qualificação profissional e produção de conhecimento, repercutindo diretamente no desenvolvimento regional. A formação acadêmica oferecida aos estudantes, associada às atividades de pesquisa e extensão, contribui para a construção de alternativas voltadas às necessidades das comunidades locais e para a ampliação das oportunidades educacionais disponíveis na região.

Nesse sentido, a atuação da Universidade Federal de Catalão e do Instituto Federal Goiano revela-se estratégica para o fortalecimento da educação pública e para a redução das desigualdades historicamente presentes no meio rural. Ao promoverem ensino, pesquisa e extensão articulados às demandas regionais, essas instituições ampliam as possibilidades de inclusão educacional e contribuem para a valorização dos sujeitos do campo e de seus territórios.

As análises desenvolvidas ao longo da investigação também evidenciaram a necessidade de ampliar políticas voltadas à valorização docente e à realização de concursos públicos para suprir demandas existentes nas instituições educacionais que atendem populações rurais. A consolidação da Educação do Campo depende, em grande medida, da presença de profissionais qualificados e comprometidos com as especificidades sociais, culturais e territoriais das comunidades onde atuam.

Os relatos obtidos durante o trabalho de campo indicam que muitos educadores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à insuficiência de formação específica para atuar em contextos rurais. Entre os desafios mais recorrentes destacam-se o trabalho com turmas multisseriadas, a elaboração de práticas pedagógicas contextualizadas e a necessidade de compreender as dinâmicas socioculturais presentes nas comunidades atendidas. Tais aspectos reforçam a importância de investimentos permanentes na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas permanentes voltadas à formação inicial e continuada dos educadores que atuam nas escolas do campo. A qualificação docente constitui elemento indispensável para a construção de práticas pedagógicas capazes de dialogar com as características sociais, culturais e produtivas das comunidades rurais, ampliando as possibilidades de uma educação mais contextualizada e socialmente comprometida.

Molina (2015) destaca que a formação de educadores para a Educação do Campo representa dimensão estratégica na consolidação de propostas pedagógicas vinculadas às experiências e aos conhecimentos construídos nos territórios rurais. Nessa perspectiva, investir na valorização docente significa não apenas suprir demandas das instituições escolares, mas também fortalecer processos educativos que reconheçam os sujeitos do campo como protagonistas de suas trajetórias históricas e sociais.

Os relatos coletados durante a pesquisa indicam que a ampliação das oportunidades educacionais na região tem contribuído para reduzir parte das barreiras historicamente enfrentadas pelas famílias rurais no acesso ao ensino superior e à formação profissional. Embora permaneçam desafios relacionados à permanência dos jovens nas comunidades e à consolidação de políticas educacionais voltadas ao campo, as iniciativas desenvolvidas pelas instituições públicas de ensino revelam avanços significativos na democratização do acesso ao conhecimento e na ampliação das perspectivas formativas para as novas gerações.

Nesse contexto, a atuação da Universidade Federal de Catalão e do Instituto Federal Goiano reafirma a importância das instituições públicas de ensino na construção de alternativas educacionais comprometidas com a redução das desigualdades sociais, com a valorização dos territórios rurais e com a ampliação das oportunidades de desenvolvimento para as populações do campo.

Entre as contribuições das instituições públicas de ensino para a região de Catalão destaca-se a ampliação dos debates relacionados às desigualdades socioterritoriais e às transformações que vêm reconfigurando o espaço agrário brasileiro. Por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal de Catalão e o Instituto Federal Goiano têm promovido estudos, projetos e ações voltados à agricultura familiar, à agroecologia, à sustentabilidade, à educação contextualizada e ao desenvolvimento territorial, ampliando a produção e a socialização de conhecimentos vinculados às demandas das comunidades rurais.

Molina (2012) ressalta que a Educação do Campo pressupõe a construção de políticas públicas capazes de reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas de suas trajetórias sociais e históricas. Sob essa ótica, as experiências desenvolvidas pelas instituições federais de ensino na região demonstram o potencial da educação pública para ampliar oportunidades formativas, estimular a participação social e fortalecer processos de valorização cultural e territorial.

As análises realizadas nesta investigação indicam que a articulação entre universidade, instituto federal e comunidades rurais favorece a construção de práticas educativas mais próximas das necessidades locais. Essa interação amplia o diálogo entre conhecimento científico e saberes construídos no cotidiano das comunidades, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e para o desenvolvimento de iniciativas comprometidas com a redução das desigualdades sociais e educacionais presentes no campo.

Dessa forma, UFCAT e IF Goiano consolidam-se como importantes espaços de produção de conhecimento, formação humana e intervenção social, desempenhando papel relevante na construção de alternativas voltadas ao desenvolvimento regional e à ampliação das oportunidades educacionais para as populações camponesas da região de Catalão.

Em um contexto marcado por desigualdades históricas, concentração fundiária e expansão de atividades econômicas voltadas à exploração intensiva dos recursos naturais, a presença das instituições públicas federais de ensino assume papel relevante na ampliação das oportunidades educacionais e na promoção de processos de inclusão social. A atuação dessas

instituições possibilita não apenas o acesso à formação acadêmica e profissional, mas também a construção de espaços de reflexão crítica sobre os desafios que permeiam a realidade das comunidades rurais.

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa demonstram que a Universidade Federal de Catalão e o Instituto Federal Goiano desempenham funções estratégicas na formação de profissionais, na produção do conhecimento e no desenvolvimento de ações voltadas às demandas regionais. Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ambas as instituições ampliam as possibilidades de acesso à educação pública e contribuem para a construção de alternativas comprometidas com a redução das desigualdades sociais e educacionais presentes no campo.

Os resultados obtidos evidenciam que a consolidação da Educação do Campo depende da articulação entre políticas públicas permanentes, instituições educacionais comprometidas com as demandas dos territórios rurais e participação ativa das comunidades na construção dos processos educativos. Trata-se de uma perspectiva que ultrapassa a garantia formal do acesso à escola, envolvendo a valorização dos conhecimentos produzidos pelas populações rurais, o reconhecimento de suas identidades culturais e a ampliação das condições necessárias para sua reprodução social.

Nesse sentido, a efetivação desse projeto educativo requer investimentos contínuos na valorização docente, no fortalecimento das escolas do campo, na ampliação das oportunidades de formação e na construção de práticas pedagógicas conectadas às experiências vivenciadas pelas comunidades. Mais do que uma política educacional, a Educação do Campo configura-se como instrumento de democratização de direitos e de construção de alternativas voltadas a um desenvolvimento socialmente mais justo, capaz de reconhecer a diversidade dos sujeitos e dos territórios que compõem o campo brasileiro.

Dessa forma, a atuação articulada entre comunidades rurais, instituições públicas de ensino e políticas governamentais revela-se fundamental para enfrentar as desigualdades ainda presentes no meio rural. Ao promover o acesso ao conhecimento, valorizar as experiências construídas coletivamente e ampliar oportunidades para as novas gerações, a Educação do Campo reafirma sua relevância na construção de perspectivas de futuro comprometidas com a dignidade humana, a inclusão social e o desenvolvimento dos territórios camponeses.

4.5 A escola como espaço de sociabilidade, identidade e fortalecimento dos territórios camponeses

As análises desenvolvidas nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna permitem compreender que a escola ocupa uma posição que transcende a função tradicional de transmissão de conhecimentos escolares. Nos territórios investigados, a instituição educativa constitui um espaço de sociabilidade, construção de identidades coletivas, fortalecimento dos vínculos comunitários e preservação das referências históricas que sustentam a vida camponesa. Sua presença ou ausência produz efeitos que ultrapassam a dimensão educacional, repercutindo diretamente na organização social, cultural e territorial das comunidades.

A pesquisa evidenciou que a escola exerce papel relevante na constituição dos processos de pertencimento ao território. Nas comunidades camponesas, os espaços escolares historicamente funcionaram como locais de encontro, realização de eventos comunitários, celebrações religiosas, atividades culturais e debates sobre questões de interesse coletivo. Dessa forma, a escola não se limita à formação dos estudantes, mas participa ativamente da construção das relações sociais que dão sentido à vida comunitária.

Ao analisar a trajetória da Educação do Campo no Brasil, observa-se que o acesso à escolarização foi historicamente marcado por desigualdades estruturais. Durante décadas, as populações rurais conviveram com a escassez de instituições educacionais, a precariedade das condições de funcionamento das escolas e a predominância de propostas pedagógicas concebidas a partir de referências urbanas. Como observa Arroyo (2012), a educação destinada aos sujeitos do campo frequentemente ignorou seus modos de vida, seus conhecimentos e suas experiências sociais, contribuindo para processos de invisibilização cultural e exclusão educacional.

A emergência da Educação do Campo representa uma inflexão nesse processo histórico. Conforme destaca Caldart (2012), trata-se de uma proposta construída a partir das lutas sociais dos povos do campo e fundamentada no reconhecimento de que os sujeitos camponeses produzem conhecimentos, culturas e formas próprias de interpretar e transformar a realidade. Sob essa perspectiva, a escola assume papel estratégico na valorização dos saberes locais e na construção de práticas educativas comprometidas com as demandas dos territórios onde está inserida.

Os dados produzidos durante a pesquisa demonstram que a existência de uma escola na comunidade contribui para fortalecer os laços sociais e ampliar as possibilidades de permanência das famílias no campo. Em Cisterna, a presença da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena foi frequentemente associada pelos entrevistados à manutenção da vida comunitária e à criação de oportunidades educacionais para crianças e jovens. Em contrapartida, a realidade observada em Olhos d'Água evidencia os impactos decorrentes do fechamento da unidade escolar local. Mais do que a interrupção das atividades pedagógicas, o encerramento da escola representou a perda de um importante espaço de convivência, articulação comunitária e produção de referências coletivas.

Essa constatação revela que as escolas do campo desempenham funções que extrapolam o âmbito educacional. Elas atuam como instituições que contribuem para a reprodução social das comunidades, fortalecendo mecanismos de cooperação, solidariedade e participação coletiva. A redução ou o fechamento desses espaços tende a fragilizar as relações comunitárias, ampliar processos de deslocamento populacional e enfraquecer os vínculos territoriais construídos ao longo das gerações.

Sob essa ótica, a escola constitui também um instrumento de resistência frente às transformações que afetam os territórios camponeses. Em contextos marcados pela expansão do agronegócio, pela concentração fundiária e pela crescente mercantilização dos espaços rurais, a Educação do Campo pode contribuir para fortalecer a consciência crítica dos sujeitos, valorizar a memória coletiva e ampliar a capacidade de organização das comunidades na defesa de seus direitos.

A pesquisa permitiu identificar que a construção de práticas pedagógicas articuladas às realidades locais favorece o reconhecimento das experiências vividas pelos estudantes e fortalece a relação entre educação e território. Quando os conteúdos escolares dialogam com a história da comunidade, com as atividades produtivas locais, com as questões ambientais e com os processos culturais presentes no cotidiano dos estudantes, a escola torna-se um espaço de valorização da identidade camponesa e de fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Nessa perspectiva, Freire (1996) sustenta que o processo educativo deve estar ancorado na realidade vivenciada pelos sujeitos, reconhecendo seus saberes, suas experiências e o contexto social em que estão inseridos. Assim, o conhecimento escolar deixa de ser mera transmissão de conteúdos para constituir-se em uma construção dialógica, capaz de promover a compreensão crítica da realidade. No âmbito da Educação do Campo, essa concepção

reforça que a escola deve superar currículos desarticulados das especificidades dos territórios camponeses, assumindo o compromisso com a formação humana, a valorização dos modos de vida locais e a transformação das condições sociais que produzem desigualdades.

As evidências reunidas nesta investigação permitem afirmar que a manutenção e o fortalecimento das escolas localizadas nos territórios camponeses representam condições fundamentais para a preservação das identidades coletivas, para a continuidade das relações comunitárias e para a ampliação das oportunidades educacionais das novas gerações. Mais do que garantir acesso à escolarização, trata-se de assegurar a existência de instituições capazes de contribuir para a permanência das famílias no campo e para a construção de projetos de desenvolvimento comprometidos com a valorização dos sujeitos, dos saberes e dos territórios camponeses.

Os resultados desta pesquisa demonstram que a relevância da escola nas comunidades camponesas está diretamente associada às funções sociais que ela desempenha para além do processo de escolarização. As entrevistas e observações realizadas em campo evidenciaram que a instituição escolar é frequentemente percebida pelos moradores como um espaço de encontro, convivência e fortalecimento das relações comunitárias. Nesse sentido, sua atuação extrapola a dimensão pedagógica, contribuindo para a construção de vínculos sociais, para a circulação de saberes e para a consolidação de referências coletivas que fortalecem a vida comunitária.

Na comunidade Cisterna, a permanência da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena revela como a existência de uma instituição educacional pode influenciar positivamente a dinâmica social do território. Além de atender estudantes de diferentes localidades, a escola participa de eventos culturais, reuniões comunitárias e atividades coletivas que contribuem para aproximar famílias, educadores e moradores. Essas interações reforçam o sentimento de pertencimento e favorecem a manutenção de redes de sociabilidade fundamentais para a reprodução da vida comunitária.

As reflexões de Fernandes (2008) contribuem para compreender essa realidade ao defender que o território deve ser interpretado como uma construção social produzida pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço que ocupam. Nessa perspectiva, a escola integra os processos de territorialização ao fortalecer vínculos identitários, promover a participação coletiva e ampliar as possibilidades de organização social das comunidades. Sua

presença contribui para consolidar relações de pertencimento que reforçam a permanência das famílias no campo e a valorização de suas referências culturais.

A situação observada em Olhos d'Água evidencia, por outro lado, os impactos produzidos pela ausência desse equipamento público. Os depoimentos dos moradores indicam que o fechamento da Escola Municipal São Judas Tadeu provocou consequências que ultrapassaram a interrupção das atividades educacionais. A perda da escola representou também a redução de um importante espaço de convivência, articulação comunitária e construção de referências coletivas. Embora a comunidade tenha preservado formas de organização social e relações de solidariedade entre seus habitantes, a memória da antiga escola permanece associada a um período em que a vida comunitária era marcada por maior participação social e por relações mais intensas de cooperação entre os moradores.

A comparação entre as duas comunidades permite compreender que a escola exerce papel estratégico na estruturação da vida social dos territórios camponeses. Sua presença fortalece vínculos comunitários, amplia oportunidades de participação coletiva e contribui para a preservação da memória social. Sua ausência, por outro lado, tende a fragilizar espaços de sociabilidade e reduzir mecanismos de integração comunitária, evidenciando que a defesa das escolas do campo está diretamente relacionada à preservação das condições necessárias para a continuidade da vida camponesa nos territórios rurais.

As narrativas dos participantes indicam que o encerramento das atividades escolares produziu mudanças significativas na organização cotidiana de Olhos d'Água. O deslocamento dos estudantes para outras localidades, a redução da circulação diária de famílias em atividades ligadas à escola e a diminuição dos momentos de interação entre os moradores alteraram práticas que, durante décadas, contribuíram para a integração social da localidade. Tais transformações evidenciam que o fechamento de escolas do campo gera consequências que extrapolam as questões administrativas, alcançando dimensões sociais, culturais e territoriais da vida comunitária.

Wanderley (2009) ressalta que a reprodução social das famílias camponesas resulta da articulação entre trabalho, relações familiares, inserção territorial e participação na vida social. Sob essa ótica, a permanência no campo não depende exclusivamente das condições de produção, mas também da existência de instituições capazes de sustentar relações de cooperação, solidariedade e identificação com o lugar. Nesse contexto, a escola desempenha

função estratégica ao contribuir para a manutenção das redes sociais que estruturam a vida local.

Outro elemento observado durante a investigação refere-se ao papel da instituição escolar na preservação das referências históricas da comunidade. Por meio de atividades relacionadas à trajetória da localidade, às manifestações culturais e às experiências compartilhadas pelos moradores, a escola participa da construção e da transmissão de conhecimentos entre gerações. Esse processo favorece a continuidade de práticas culturais, amplia o reconhecimento da história local e contribui para a formação de identidades vinculadas ao território.

Mais do que um espaço destinado ao ensino formal, a escola constitui um ambiente de produção de sentidos, memórias e experiências coletivas. Sua atuação influencia a forma como crianças, jovens e adultos compreendem sua relação com o território, com a comunidade e com sua própria trajetória social. Por essa razão, a manutenção das escolas do campo representa não apenas a garantia do direito à educação, mas também a preservação de um patrimônio social e cultural fundamental para a continuidade da vida camponesa.

As reflexões de Arroyo (2012) permitem compreender que o reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos do campo constitui dimensão essencial de uma educação comprometida com a emancipação social. Ao incorporar essas experiências aos processos formativos, a instituição escolar aproxima ensino, cultura e realidade social, ampliando as possibilidades de participação dos estudantes na construção de seus projetos de vida e na compreensão crítica do contexto em que estão inseridos.

Os resultados desta investigação indicam que a presença de instituições educacionais nas comunidades rurais exerce influência direta sobre as estratégias de reprodução social das famílias. Embora aspectos econômicos, produtivos e estruturais também interfiram nesse processo, a oferta educacional próxima ao local de moradia reduz obstáculos de acesso ao ensino, favorece a manutenção das relações sociais e amplia as perspectivas de futuro vinculadas ao próprio espaço comunitário.

Oliveira (2007) ressalta que as desigualdades decorrentes da estrutura agrária brasileira continuam condicionando o acesso das populações rurais a direitos fundamentais. Nesse cenário, a educação assume papel estratégico na redução dessas assimetrias, tornando-se um instrumento relevante para ampliar oportunidades sociais e fortalecer a capacidade de organização das comunidades.

A comparação entre Cisterna e Olhos d'Água evidencia que os impactos da presença ou ausência de uma escola ultrapassam os limites da dimensão pedagógica. Os dados produzidos ao longo da pesquisa demonstram que essas instituições influenciam a organização da vida coletiva, a transmissão de referências culturais, a construção de pertencimentos e a manutenção das relações sociais que estruturam o cotidiano comunitário.

Sob essa perspectiva, as políticas voltadas às escolas do campo não podem ser analisadas exclusivamente como ações educacionais. Elas integram estratégias mais amplas de desenvolvimento territorial, de valorização das culturas camponesas e de ampliação das condições necessárias para que as famílias construam seus projetos de vida sem romper os vínculos sociais, culturais e históricos estabelecidos com seus lugares de origem.

As análises realizadas permitem concluir que a escola constitui uma das principais instituições responsáveis pela articulação entre educação, cultura e território. Sua atuação contribui para preservar referências coletivas, ampliar oportunidades formativas e fortalecer processos de participação social, reafirmando sua importância na construção de alternativas voltadas à continuidade da vida camponesa e à valorização dos territórios rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a realidade vivenciada pelas comunidades camponesas Olhos d'Água e Cisterna não pode ser analisada apenas a partir dos indicadores educacionais ou das transformações econômicas observadas na região de Catalão. As evidências produzidas ao longo da investigação revelam a existência de um processo mais amplo de reconfiguração territorial, no qual a expansão do agronegócio e da mineração tem produzido impactos que atingem simultaneamente as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e educacional da vida camponesa.

Ao concluir este estudo, torna-se evidente que os desafios enfrentados pelas populações pesquisadas não decorrem exclusivamente da ausência ou insuficiência de políticas educacionais. Eles estão inseridos em uma estrutura histórica marcada pela concentração fundiária, pela desigual distribuição dos investimentos públicos e pela consolidação de modelos de desenvolvimento que privilegiam a acumulação econômica em detrimento das necessidades sociais das populações que vivem e trabalham no campo. Essa constatação permite afirmar que as dificuldades relacionadas ao acesso à educação, à saúde, à infraestrutura, ao saneamento básico e às oportunidades de desenvolvimento não constituem fenômenos isolados, mas expressões concretas das desigualdades historicamente produzidas no espaço agrário brasileiro.

A análise das comunidades investigadas demonstrou que o avanço do agronegócio e da mineração não representa apenas uma transformação produtiva. Trata-se de um processo que altera profundamente as relações estabelecidas entre os sujeitos e seus territórios. A substituição de formas tradicionais de produção por modelos intensivos voltados ao mercado global, a concentração do uso da terra e a crescente dependência das dinâmicas econômicas externas têm contribuído para o enfraquecimento de práticas comunitárias, para a redução das oportunidades de trabalho vinculadas à agricultura familiar e para a ampliação das dificuldades enfrentadas pelas novas gerações que desejam permanecer no campo.

Durante o trabalho etnográfico, foi possível observar que a permanência das famílias camponesas não depende exclusivamente da posse da terra ou da capacidade produtiva das propriedades rurais. A permanência está diretamente associada à existência de condições objetivas e subjetivas que garantam qualidade de vida, acesso a direitos sociais e perspectivas concretas de futuro. Nesse contexto, a educação emerge como um dos elementos centrais para

a reprodução social das comunidades, não apenas por sua função formativa, mas por sua capacidade de fortalecer identidades, preservar memórias coletivas e ampliar as possibilidades de organização social.

Os resultados obtidos permitiram responder à questão central desta investigação ao demonstrar que as políticas públicas educacionais exercem influência decisiva sobre as condições de permanência das famílias camponesas em seus territórios. A pesquisa evidenciou que o acesso à educação não pode ser compreendido de forma isolada, pois está diretamente relacionado às possibilidades de reprodução social, à preservação das identidades coletivas e à continuidade das formas de organização construídas pelas comunidades ao longo do tempo. As análises realizadas revelaram que a fragilidade ou a descontinuidade das políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas à manutenção das escolas do campo e à implementação de propostas pedagógicas contextualizadas, produz impactos que ultrapassam a dimensão escolar. Seus efeitos repercutem sobre as relações comunitárias, enfraquecem os vínculos territoriais e reduzem as perspectivas de permanência das novas gerações no campo.

A comparação entre as comunidades investigadas permitiu constatar que a existência de instituições educacionais inseridas no território contribui para fortalecer a vida comunitária, ampliar oportunidades educacionais e preservar referências culturais fundamentais para a continuidade da vida camponesa. Em contrapartida, a ausência desses espaços favorece processos de deslocamento populacional, enfraquecimento das relações sociais e perda gradual de elementos que historicamente sustentaram a identidade e a organização coletiva dessas populações. Dessa forma, a pesquisa confirma que a Educação do Campo não deve ser compreendida apenas como uma política de acesso à escolarização, mas como uma estratégia essencial para a permanência dos sujeitos em seus territórios e para a construção de condições mais justas de desenvolvimento social.

As observações realizadas durante o trabalho de campo e a análise das narrativas dos participantes demonstraram que os impactos decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração na região de Catalão ultrapassam amplamente a esfera econômica. As transformações observadas incidem sobre a organização social das comunidades, sobre as relações estabelecidas com o território, sobre as práticas culturais e sobre as possibilidades de permanência das famílias camponesas em seus espaços de vida. Nesse contexto, a Educação do Campo emerge como um elemento estratégico para a compreensão e o enfrentamento

dessas mudanças, uma vez que suas implicações alcançam dimensões que envolvem identidade, pertencimento, memória coletiva e reprodução social.

A pesquisa revelou que as transformações territoriais em curso vêm alterando significativamente os modos de vida construídos pelas comunidades ao longo de gerações. A ampliação das áreas destinadas às monoculturas, a expansão das atividades mineradoras e a crescente especialização produtiva da região têm reduzido espaços tradicionalmente ocupados pela agricultura familiar, enfraquecido formas coletivas de organização e ampliado desafios relacionados à permanência das novas gerações no campo. Esses processos não afetam apenas a produção agrícola, mas também as condições que sustentam a continuidade das relações sociais e culturais características das comunidades camponesas.

Um dos principais aportes desta investigação consiste em evidenciar que a Educação do Campo ocupa posição central nesse cenário de disputas territoriais. Em Catalão, ela não representa apenas uma política voltada ao acesso à escolarização, mas um instrumento capaz de fortalecer vínculos comunitários, valorizar os saberes produzidos pelas populações rurais e contribuir para a construção de alternativas de desenvolvimento mais compatíveis com as necessidades dos sujeitos do campo. A pesquisa demonstrou que a presença de escolas articuladas às realidades locais amplia as possibilidades de permanência das famílias em seus territórios e fortalece mecanismos de resistência diante das pressões exercidas pelos modelos econômicos predominantes.

Os resultados também evidenciaram que a defesa da Educação do Campo assume importância ainda maior em uma região marcada pela forte influência do agronegócio e da mineração. Nessas condições, a escola pode desempenhar papel fundamental na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as transformações que afetam seus territórios e participar ativamente dos processos de decisão relacionados ao seu futuro. Mais do que preparar estudantes para o mercado de trabalho, trata-se de possibilitar a formação de cidadãos comprometidos com a valorização de suas comunidades, de suas culturas e de seus modos de vida.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da investigação refere-se à contribuição das instituições públicas de ensino para a ampliação das oportunidades educacionais das populações camponesas. As experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Catalão e pelo Instituto Federal Goiano demonstram que a interiorização da educação pública possui potencial para reduzir desigualdades historicamente acumuladas, ampliar o acesso ao

conhecimento científico e fortalecer processos formativos comprometidos com as demandas dos territórios rurais. Nesse sentido, essas instituições assumem papel estratégico não apenas na formação profissional, mas também na produção de conhecimentos voltados à compreensão dos desafios sociais, educacionais e territoriais presentes na região.

A principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a permanência das comunidades camponesas de Catalão não depende exclusivamente de fatores econômicos ou produtivos. Ela está diretamente relacionada à existência de políticas públicas capazes de articular educação, território, cultura, trabalho e participação social. A Educação do Campo, nesse contexto, revela-se como um dos pilares fundamentais para a construção de perspectivas de futuro que permitam às populações rurais permanecer em seus territórios sem abrir mão de suas identidades, de seus saberes e de suas formas de organização social.

Dessa forma, conclui-se que a Educação do Campo deve ser compreendida como uma estratégia de desenvolvimento territorial e de fortalecimento da cidadania. Sua importância ultrapassa os limites da escola e alcança a defesa da diversidade cultural, da justiça social e do direito das populações camponesas de continuarem existindo e produzindo seus projetos de vida nos territórios que historicamente construíram.

No âmbito acadêmico, esta pesquisa contribui para o aprofundamento dos estudos sobre Educação do Campo ao evidenciar que a permanência das populações camponesas em seus territórios não depende exclusivamente de fatores econômicos ou produtivos, mas também da existência de políticas educacionais capazes de fortalecer vínculos sociais, identidades coletivas e processos de reprodução social. Os resultados obtidos permitem compreender que a escola do campo desempenha funções que extrapolam a escolarização formal, constituindo-se como espaço de sociabilidade, preservação da memória coletiva, valorização dos saberes locais e fortalecimento territorial.

Uma das principais contribuições desta investigação consiste em demonstrar, a partir da realidade concreta de Olhos d'Água e Cisterna, como os processos de expansão do agronegócio e da mineração interferem nas condições de acesso à educação, nas formas de organização comunitária e nas perspectivas de permanência das famílias camponesas. Ao analisar comunidades submetidas às transformações provocadas por esses modelos de desenvolvimento, a pesquisa amplia a compreensão acerca das relações existentes entre educação, território e desigualdades sociais, oferecendo elementos empíricos que enriquecem os debates contemporâneos sobre Educação do Campo.

A relevância deste estudo também reside na produção de um registro histórico, social e educacional das comunidades investigadas. As narrativas dos moradores, as observações etnográficas e a análise das transformações ocorridas nos territórios pesquisados constituem um importante acervo de informações que poderá subsidiar futuras pesquisas sobre campesinato, territorialidade, políticas públicas e desenvolvimento regional.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à contribuição desta investigação para o debate sobre políticas públicas. Os resultados evidenciam que a garantia do direito à educação no campo exige ações articuladas que envolvam infraestrutura, saúde, assistência técnica, agricultura familiar, preservação ambiental e fortalecimento das organizações comunitárias. Nesse sentido, a pesquisa reafirma que a Educação do Campo não deve ser concebida como uma política setorial isolada, mas como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento social e territorial.

A investigação também permitiu ampliar a compreensão sobre o papel estratégico desempenhado pelas instituições públicas de ensino na região de Catalão. As ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Catalão e pelo Instituto Federal Goiano demonstram que a interiorização da educação pública constitui importante instrumento de democratização do acesso ao conhecimento, de formação de profissionais comprometidos com as realidades locais e de fortalecimento das populações historicamente excluídas dos processos de desenvolvimento.

Por fim, entende-se que a principal contribuição desta tese consiste em reafirmar a centralidade da Educação do Campo como instrumento de resistência, emancipação social e fortalecimento dos territórios camponeses. Ao evidenciar as contradições presentes nos atuais modelos de desenvolvimento e seus impactos sobre as comunidades pesquisadas, este estudo contribui para a construção de novas reflexões acadêmicas e para a formulação de políticas públicas comprometidas com a justiça social, a valorização dos sujeitos do campo e a permanência digna das famílias camponesas em seus territórios.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a Educação do Campo ainda enfrenta importantes desafios para consolidar-se como direito social plenamente efetivado. Entre os principais entraves identificados destacam-se a descontinuidade das políticas públicas, a burocratização dos processos administrativos e a insuficiência de investimentos estruturais, aspectos também apontados por Molina (2012).

A análise realizada nas comunidades investigadas permite afirmar que tais limitações não representam apenas dificuldades de natureza administrativa ou financeira. Na prática, elas comprometem a capacidade das políticas educacionais de responder às demandas concretas das populações camponesas, produzindo impactos diretos sobre as condições de permanência das famílias em seus territórios. Quando programas educacionais são interrompidos, reduzidos ou executados de forma descontínua, enfraquecem-se também as possibilidades de construção de projetos educativos comprometidos com a valorização da cultura local, com o fortalecimento das identidades camponesas e com a formação das novas gerações.

As evidências produzidas ao longo desta investigação demonstram que a Educação do Campo não pode ser compreendida apenas como uma política voltada à oferta de vagas escolares. Sua efetivação está associada à construção de condições que permitam aos sujeitos do campo exercer plenamente seus direitos sociais, culturais e territoriais. Nesse sentido, a escola assume papel estratégico ao articular processos formativos, fortalecer vínculos comunitários e contribuir para a continuidade de formas de vida historicamente construídas pelas populações camponesas.

A realidade observada em Olhos d'Água e Cisterna revela que os desafios educacionais estão diretamente vinculados às transformações econômicas e territoriais em curso na região. O avanço do agronegócio e da mineração, aliado à fragilidade das políticas públicas destinadas às comunidades rurais, amplia processos de desigualdade que afetam não apenas a educação, mas também as condições de trabalho, produção, participação social e reprodução da vida no campo. Dessa forma, as dificuldades enfrentadas pelas escolas e pelas comunidades não podem ser analisadas isoladamente, pois integram um contexto mais amplo de disputas em torno do uso do território e dos diferentes projetos de desenvolvimento presentes na região.

A pesquisa permitiu constatar que a permanência das populações camponesas depende da articulação entre educação, infraestrutura, saúde, assistência técnica, fortalecimento da agricultura familiar e preservação ambiental. A ausência de investimentos nessas áreas tende a aprofundar processos de vulnerabilidade social, favorecendo o deslocamento populacional e o enfraquecimento das formas de organização comunitária que historicamente sustentaram a vida nesses territórios.

Sob essa perspectiva, entende-se que a consolidação da Educação do Campo exige mais do que programas temporários ou ações pontuais. Requer compromisso institucional

permanente, participação efetiva das comunidades na formulação das políticas públicas e reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas dos processos educativos. Somente a partir dessa articulação será possível construir condições que assegurem não apenas o acesso à educação, mas também a permanência digna das famílias camponesas em seus territórios, fortalecendo sua autonomia, sua identidade e sua capacidade de projetar o futuro sem romper com suas raízes históricas e culturais.

A análise desenvolvida ao longo desta investigação permite afirmar que a substituição progressiva de experiências educativas territorializadas por modelos padronizados de ensino representa um dos principais desafios contemporâneos para a consolidação da Educação do Campo. Embora os avanços tecnológicos possam contribuir para ampliar o acesso à escolarização em determinadas circunstâncias, os resultados desta pesquisa demonstram que a formação dos sujeitos do campo não pode ser reduzida à simples transmissão de conteúdos curriculares. A Educação do Campo envolve processos de construção identitária, formação política, valorização cultural e fortalecimento dos vínculos comunitários que dependem da interação direta entre escola, comunidade e território.

Sob essa perspectiva, a possível redução ou desaparecimento de experiências educacionais construídas a partir das especificidades das populações camponesas representa um risco não apenas para o sistema educacional, mas para a própria continuidade de formas de vida historicamente desenvolvidas no campo. Ao enfraquecer instituições comprometidas com a valorização da agricultura familiar, da cooperação comunitária e dos saberes tradicionais, limita-se também a capacidade das novas gerações de compreender criticamente a realidade de seus territórios e de participar da construção de alternativas de desenvolvimento socialmente mais justas e ambientalmente sustentáveis.

As evidências produzidas nas comunidades camponesas de Olhos d'Água e Cisterna demonstram que a educação ocupa posição estratégica nas disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro. De um lado, consolidam-se modelos econômicos orientados pela lógica da produtividade, da especialização e da inserção dos territórios nas dinâmicas globais de mercado. De outro, persistem comunidades camponesas que buscam preservar formas de organização social fundamentadas na agricultura familiar, na solidariedade comunitária e na valorização das relações historicamente construídas com o território. Nesse contexto, a Educação do Campo assume papel fundamental ao promover a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente essas contradições e de atuar na

construção de alternativas comprometidas com a justiça social, a valorização dos territórios camponeses e o fortalecimento das comunidades.

Na visão deste pesquisador, um dos principais desafios para os próximos anos consiste em assegurar que as políticas educacionais destinadas às populações camponesas sejam concebidas como investimentos estruturantes para o desenvolvimento territorial e não apenas como ações compensatórias voltadas ao atendimento de grupos socialmente vulneráveis. A pesquisa demonstrou que a permanência das famílias no campo está diretamente associada à existência de escolas comprometidas com as realidades locais, de educadores preparados para atuar nesses contextos e de políticas públicas capazes de articular educação, cultura, trabalho, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar.

Os resultados obtidos permitem concluir que a defesa da Educação do Campo ultrapassa a discussão sobre modelos pedagógicos ou organização curricular. Trata-se da defesa do direito das populações camponesas de permanecerem em seus territórios com dignidade, preservando seus conhecimentos, suas identidades e suas formas de organização social. Em uma região marcada pela expansão do agronegócio e da mineração, como ocorre em Catalão e seu entorno, a escola assume papel ainda mais relevante, pois se transforma em um dos poucos espaços institucionais capazes de fortalecer a consciência crítica, a participação social e a valorização dos sujeitos que historicamente contribuíram para a construção desses territórios.

Dessa forma, a pesquisa reafirma que o futuro da Educação do Campo dependerá da capacidade do Estado, das instituições educacionais e da sociedade de reconhecer que a educação não constitui apenas um serviço público, mas um instrumento estratégico para a promoção da justiça social, para a redução das desigualdades territoriais e para a construção de perspectivas de desenvolvimento que contemplem efetivamente as necessidades e os direitos das populações camponesas.

Arroyo (2012) defende que a Educação do Campo deve estar organicamente vinculada às condições concretas de vida dos sujeitos que habitam os territórios rurais. Sob essa perspectiva, experiências como as Escolas Família Agrícola assumem relevância estratégica ao promover a articulação entre formação escolar, trabalho, cultura, território e participação comunitária. Mais do que instituições de ensino, essas experiências representam espaços de construção de identidades, fortalecimento da agricultura familiar e valorização dos conhecimentos produzidos pelas populações camponesas.

As evidências produzidas ao longo desta investigação indicam que o enfraquecimento dessas experiências educativas produz consequências que extrapolam a esfera escolar. A redução de oportunidades formativas contextualizadas compromete a capacidade das comunidades de reproduzir conhecimentos, valores e práticas historicamente construídos ao longo de gerações. Nesse sentido, a perda de instituições comprometidas com a realidade do campo afeta não apenas o acesso à educação, mas também os processos de organização social que sustentam a permanência das famílias em seus territórios.

Os dados coletados nas comunidades pesquisadas revelam que as dificuldades enfrentadas pela juventude camponesa estão diretamente associadas à fragilidade das políticas públicas destinadas ao campo. A insuficiência de investimentos, a instabilidade dos programas governamentais e a ausência de planejamento de longo prazo limitam as perspectivas de permanência das novas gerações, ampliando processos de deslocamento populacional e enfraquecendo a continuidade dos modos de vida camponeses. A pesquisa demonstra que, quando a educação deixa de dialogar com as experiências concretas dos estudantes e com as necessidades dos territórios, reduz-se também sua capacidade de contribuir para a construção de projetos de vida vinculados ao campo.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à necessidade de compreender a Educação do Campo como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento territorial. Os resultados obtidos evidenciam que a efetivação do direito à educação depende da articulação com outras políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, à assistência técnica, à infraestrutura, à saúde, à preservação ambiental e à geração de oportunidades para a juventude rural. A fragmentação dessas ações tende a limitar seus resultados e a comprometer a construção de condições efetivas de permanência das populações camponesas.

As reflexões desenvolvidas por Caldart (2004; 2012) contribuem para compreender que a consolidação da Educação do Campo exige mecanismos permanentes de acompanhamento, avaliação e participação social. A pesquisa confirma que a ausência dessas estruturas fragiliza a capacidade do poder público de identificar demandas locais, corrigir distorções e adequar suas ações às especificidades dos territórios. Como consequência, muitas comunidades permanecem submetidas a políticas descontínuas, frequentemente condicionadas às mudanças administrativas e às prioridades circunstanciais dos governos.

A partir dos resultados obtidos, entende-se que os desafios enfrentados pela Educação do Campo não decorrem apenas de limitações pedagógicas ou administrativas. Eles refletem

disputas mais amplas relacionadas aos modelos de desenvolvimento que orientam a ocupação e o uso dos territórios rurais. Em regiões marcadas pela expansão do agronegócio e da mineração, como ocorre em Catalão e seu entorno, a educação assume papel estratégico na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente essas transformações e de participar ativamente da defesa de seus direitos, de seus territórios e de seus projetos coletivos de futuro.

Dessa forma, a pesquisa permite concluir que a consolidação da Educação do Campo constitui uma condição indispensável para a preservação da diversidade social, cultural e territorial presente no meio rural brasileiro. Sua defesa não se limita à manutenção de escolas ou programas educacionais específicos, mas envolve o reconhecimento das populações camponesas como sujeitos históricos que possuem o direito de permanecer em seus territórios, produzir seus conhecimentos e construir formas de desenvolvimento compatíveis com suas necessidades, valores e modos de vida.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da pesquisa refere-se aos limites institucionais que ainda condicionam a gestão da Educação do Campo. As informações produzidas durante o trabalho de campo demonstram que as unidades escolares localizadas em territórios camponeses frequentemente operam sob forte dependência de decisões administrativas externas, com reduzida capacidade de participação nos processos de planejamento e definição de prioridades educacionais. Essa realidade restringe a autonomia das escolas e dificulta a construção de estratégias pedagógicas mais próximas das necessidades concretas das comunidades atendidas.

Ao analisar os desafios da gestão educacional em territórios rurais, Fernandes (2004) destaca que estruturas excessivamente centralizadas tendem a limitar a capacidade das instituições escolares de responder às especificidades locais. Os resultados desta investigação corroboram essa interpretação ao evidenciar que procedimentos burocráticos, exigências administrativas e limitações na gestão dos recursos frequentemente reduzem as possibilidades de inovação pedagógica e de fortalecimento das relações entre escola e comunidade.

A pesquisa permitiu compreender que a consolidação da Educação do Campo exige o fortalecimento de mecanismos de participação social capazes de ampliar o protagonismo das comunidades na definição dos rumos das políticas educacionais. A construção de projetos pedagógicos comprometidos com as realidades locais demanda espaços permanentes de diálogo entre educadores, estudantes, famílias, movimentos sociais e gestores públicos,

possibilitando que as decisões educacionais sejam orientadas pelas demandas efetivamente presentes nos territórios.

Sob essa perspectiva, a superação dos desafios identificados não depende exclusivamente da ampliação de recursos financeiros, embora estes sejam indispensáveis. Exige também a construção de uma gestão educacional mais democrática, capaz de reconhecer a diversidade dos territórios camponeses e de incorporar seus sujeitos como participantes ativos dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. A pesquisa demonstra que experiências educacionais tendem a alcançar melhores resultados quando articuladas às dinâmicas sociais, culturais e produtivas existentes nas comunidades.

Na visão deste pesquisador, um dos maiores desafios para o futuro da Educação do Campo consiste em transformar avanços conquistados pelas lutas sociais em políticas de Estado efetivamente institucionalizadas. Enquanto programas e ações permanecerem sujeitos às mudanças administrativas e às oscilações das prioridades governamentais, as comunidades camponesas continuarão expostas à instabilidade das políticas educacionais e à insegurança quanto à continuidade de direitos já conquistados.

Nesse sentido, a Educação do Campo precisa ser compreendida como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional comprometido com a redução das desigualdades territoriais, com a valorização da diversidade cultural e com a democratização do acesso aos direitos sociais. A consolidação desse projeto exige não apenas a manutenção das escolas do campo, mas a construção de condições institucionais que assegurem sua permanência, sua autonomia e sua capacidade de responder aos desafios contemporâneos vivenciados pelas populações camponesas.

As entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo revelaram que muitos jovens reconhecem a importância do trabalho rural, valorizam as tradições familiares e demonstram forte identificação com suas comunidades. Entretanto, também expressaram preocupações relacionadas às limitadas oportunidades de formação, trabalho e ascensão social disponíveis nos territórios onde vivem. Os relatos evidenciam que parte significativa dessa juventude encontra-se diante de uma contradição permanente: ao mesmo tempo em que deseja manter seus vínculos com a terra, com a família e com a comunidade, percebe que a permanência no campo nem sempre é acompanhada de condições que garantam perspectivas concretas de futuro.

Essa constatação permite compreender que o êxodo juvenil não pode ser explicado apenas por fatores econômicos. Trata-se de um fenômeno que envolve expectativas de vida, acesso a direitos, oportunidades educacionais e reconhecimento social. Em muitos casos, a migração para os centros urbanos não decorre de uma rejeição ao modo de vida camponês, mas da ausência de políticas públicas capazes de criar condições para que os jovens permaneçam em seus territórios sem abrir mão de seus projetos pessoais, profissionais e educacionais.

A pesquisa também evidenciou que a permanência da juventude no campo está diretamente relacionada à capacidade das instituições educacionais de estabelecer conexões entre formação escolar, realidade territorial e perspectivas de desenvolvimento local. Quando a escola reconhece os saberes produzidos pelas comunidades, valoriza a agricultura familiar, discute os desafios ambientais e econômicos da região e promove reflexões sobre as potencialidades do território, amplia-se a possibilidade de construção de trajetórias vinculadas ao próprio espaço comunitário.

Na visão deste pesquisador, uma das principais contribuições desta investigação consiste em demonstrar que a Educação do Campo deve ser compreendida como elemento estruturante dos processos de desenvolvimento territorial. Ao longo da pesquisa, verificou-se que a escola exerce funções que transcendem a dimensão pedagógica, atuando como espaço de formação cidadã, fortalecimento identitário, preservação da memória coletiva e construção de alternativas para a permanência das famílias camponesas. Essa constatação amplia o debate acadêmico ao evidenciar que as políticas educacionais destinadas ao campo produzem impactos que alcançam a organização social, a cultura, o trabalho e as formas de ocupação dos territórios.

Os resultados obtidos permitem afirmar que os desafios enfrentados pelas comunidades Olhos d'Água e Cisterna refletem contradições presentes em diversas regiões do país submetidas aos efeitos da expansão do agronegócio e da mineração. Nesse contexto, a Educação do Campo assume papel estratégico na construção de formas de desenvolvimento que conciliem crescimento econômico, justiça social, preservação ambiental e valorização dos sujeitos que historicamente contribuíram para a produção e a manutenção desses territórios.

A principal contribuição desta tese para o campo acadêmico reside na articulação entre educação, territorialidade e permanência camponesa, demonstrando que a garantia do direito à educação está diretamente relacionada à capacidade das comunidades de preservar seus

modos de vida, fortalecer suas identidades coletivas e construir perspectivas de futuro para as novas gerações. Mais do que analisar políticas educacionais, esta investigação buscou compreender como a educação se insere nas disputas contemporâneas pelo território e quais são seus impactos sobre a continuidade da vida camponesa em uma região marcada por profundas transformações econômicas, sociais e ambientais.

Os relatos obtidos durante a pesquisa indicam que as dificuldades enfrentadas pela juventude camponesa não estão relacionadas apenas ao acesso à escolarização, mas também à limitada oferta de processos formativos capazes de dialogar com as potencialidades econômicas, sociais e ambientais dos territórios onde vivem.

A limitada oferta de cursos técnicos, programas de qualificação profissional e ações formativas voltadas à agricultura familiar, à agroecologia, à gestão da produção rural e ao desenvolvimento territorial sustentável restringe as oportunidades de formação das populações camponesas. Essa realidade reduz as possibilidades de inserção profissional vinculada ao próprio território, dificulta a sucessão geracional nas atividades desenvolvidas pelas famílias e amplia os desafios relacionados à permanência dos jovens em suas comunidades de origem.

Os dados produzidos ao longo desta investigação demonstram que a permanência da juventude camponesa constitui um dos principais desafios para o futuro das comunidades pesquisadas. Observou-se que muitos jovens valorizam suas origens, reconhecem a importância da agricultura familiar e mantêm fortes vínculos afetivos com seus territórios. Entretanto, convivem com um contexto marcado pela escassez de oportunidades educacionais e profissionais, situação que frequentemente os leva a buscar nos centros urbanos alternativas para a continuidade dos estudos e para sua inserção no mundo do trabalho.

Essa realidade evidencia uma contradição significativa. Ao mesmo tempo em que as comunidades necessitam da participação das novas gerações para assegurar a continuidade das atividades produtivas, das práticas culturais e das formas de organização social historicamente construídas, os próprios territórios oferecem condições limitadas para que esses jovens desenvolvam seus projetos de vida. Como consequência, intensificam-se processos de envelhecimento populacional, redução da força de trabalho familiar e enfraquecimento dos mecanismos de reprodução social que sustentam a vida comunitária.

As reflexões de Caldart (2012) e Molina (2015) contribuem para compreender que a Educação do Campo deve ultrapassar os limites da escolarização convencional, articulando

formação humana, trabalho, cultura, participação social e desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, a educação assume papel estratégico na criação de oportunidades que permitam aos jovens construir perspectivas de futuro sem a necessidade de romper com seus vínculos territoriais e comunitários.

A pesquisa também evidenciou que a qualidade dos processos educativos está diretamente relacionada à formação dos profissionais que atuam nas escolas do campo. Embora os docentes demonstrem compromisso com suas atividades, verificou-se que muitos enfrentam dificuldades decorrentes da ausência de formação específica voltada às particularidades sociais, culturais e territoriais das comunidades camponesas. Tal situação limita as possibilidades de construção de práticas pedagógicas contextualizadas e reduz o potencial da escola como espaço de fortalecimento da identidade camponesa.

Nesse sentido, a valorização da formação inicial e continuada dos educadores deve ser compreendida como dimensão estratégica para o fortalecimento da Educação do Campo. Mais do que transmitir conteúdos escolares, esses profissionais desempenham papel fundamental na mediação entre conhecimento, cultura, território e cidadania. Sua atuação influencia diretamente a capacidade da escola de responder às demandas das comunidades e de contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade e comprometidos com a transformação social de seus territórios.

Os relatos dos moradores evidenciaram que os conteúdos escolares frequentemente são apresentados de forma distante das experiências concretas vivenciadas pelos estudantes, dificultando a construção de relações significativas entre educação, território e projeto de vida. Essa desconexão contribui para que muitos jovens não reconheçam a escola como um espaço capaz de dialogar com suas expectativas, suas vivências e os desafios presentes nas comunidades onde vivem. Como observa Arroyo (2007), uma educação comprometida com a realidade do campo possui potencial para fortalecer os territórios, ampliar a participação social e valorizar os conhecimentos historicamente produzidos pelas populações camponesas.

As informações produzidas durante a pesquisa permitem compreender que a construção de práticas pedagógicas contextualizadas não constitui apenas uma questão metodológica, mas uma necessidade vinculada à própria função social da escola nos territórios camponeses. Quando os processos educativos incorporam as experiências dos sujeitos, os conhecimentos relacionados à agricultura familiar, às questões ambientais, à história local e às formas de organização comunitária, ampliam-se as possibilidades de

formação de estudantes capazes de interpretar criticamente sua realidade e participar ativamente da transformação de seus territórios.

Os participantes da pesquisa destacaram que uma educação articulada às demandas locais poderia contribuir para fortalecer a agricultura familiar, incentivar práticas produtivas sustentáveis, ampliar oportunidades para a juventude e valorizar os saberes construídos pelas comunidades ao longo de gerações. Entretanto, os resultados obtidos demonstram que tais perspectivas ainda ocupam espaço limitado nas agendas educacionais e nas políticas públicas direcionadas às populações camponesas, revelando a permanência de modelos educacionais que nem sempre dialogam com as especificidades dos territórios rurais.

A análise realizada permite concluir que a efetivação da Educação do Campo exige mais do que a garantia do acesso à escolarização. Requer a construção de políticas públicas permanentes capazes de integrar educação, desenvolvimento territorial, formação profissional, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Tal articulação torna-se especialmente relevante em regiões como Catalão, onde as transformações decorrentes da expansão do agronegócio e da mineração produzem impactos significativos sobre as condições de vida das comunidades camponesas.

Os resultados desta investigação demonstram que investimentos em formação técnica e profissional voltados às potencialidades dos territórios rurais podem contribuir para ampliar as perspectivas de futuro das novas gerações, fortalecer as economias locais e reduzir processos de deslocamento populacional. Mais do que preparar jovens para o mercado de trabalho, trata-se de criar condições para que possam construir seus projetos de vida sem romper com suas identidades, seus vínculos comunitários e seus territórios de origem.

Na visão deste pesquisador, um dos principais desafios da Educação do Campo consiste em transformar o reconhecimento formal dos direitos educacionais em condições concretas de permanência e desenvolvimento das populações camponesas. A pesquisa demonstrou que a escola, quando articulada às realidades locais e sustentada por políticas públicas consistentes, pode desempenhar papel decisivo na construção de alternativas capazes de conciliar formação humana, desenvolvimento territorial, justiça social e valorização dos modos de vida camponeses. Dessa forma, a Educação do Campo reafirma-se como elemento estratégico para a construção de um projeto de sociedade comprometido com a redução das desigualdades, com a democratização do acesso aos direitos e com o fortalecimento dos territórios historicamente construídos pelos sujeitos do campo.

Um dos principais desafios identificados ao longo desta investigação refere-se às crescentes pressões exercidas sobre os territórios camponeses em decorrência das transformações econômicas observadas na região. A expansão do agronegócio, a intensificação das atividades mineradoras e a consolidação de grandes empreendimentos têm produzido mudanças significativas nas formas de ocupação e uso do território, alterando dinâmicas produtivas, relações sociais e condições de permanência das populações camponesas. Conforme destaca Caldart (2012), a fragilidade das políticas públicas voltadas ao campo, associada às limitações de acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica, tende a ampliar os processos de vulnerabilidade social e territorial vivenciados por essas comunidades.

As contribuições de Fernandes (2005) permitem compreender que o território não pode ser reduzido à sua dimensão física ou econômica. Trata-se de um espaço onde se constroem relações sociais, identidades coletivas, formas de trabalho, práticas culturais e sentidos de pertencimento. Sob essa perspectiva, as transformações observadas nas comunidades pesquisadas ultrapassam as questões relacionadas à produção agrícola ou à utilização dos recursos naturais, alcançando aspectos centrais da reprodução social da vida camponesa. Os dados produzidos ao longo desta pesquisa demonstram que as disputas em torno do território envolvem também a defesa da memória coletiva, dos saberes tradicionais e das condições necessárias para a continuidade histórica dessas comunidades.

As evidências empíricas indicam que a insegurança territorial, a concentração de recursos econômicos e a ampliação de atividades voltadas aos mercados globais tendem a produzir impactos que recaem de forma mais intensa sobre as populações camponesas. Em muitos casos, os benefícios econômicos gerados por esses empreendimentos não se traduzem em melhorias proporcionais nas condições de vida das comunidades diretamente afetadas. Essa constatação reforça a necessidade de problematizar modelos de desenvolvimento que privilegiam indicadores de crescimento econômico sem considerar adequadamente seus efeitos sociais, culturais e ambientais sobre os territórios onde são implementados.

Apesar dessas adversidades, a pesquisa revelou que as comunidades Cisterna e Olhos d'Água continuam desenvolvendo importantes mecanismos de resistência, organização coletiva e preservação de suas referências culturais. A permanência dessas populações em seus territórios demonstra que o campesinato não constitui uma realidade residual ou destinada ao desaparecimento, mas um sujeito social que continua produzindo estratégias de

adaptação, resistência e afirmação de seus direitos diante das transformações em curso. As relações de solidariedade, as práticas comunitárias e a valorização da memória coletiva que foram identificadas durante o trabalho de campo evidenciam a capacidade dessas comunidades de construir formas próprias de enfrentamento aos desafios contemporâneos.

As experiências analisadas ao longo desta investigação reforçam a importância da participação social e da organização comunitária como elementos fundamentais para o fortalecimento dos territórios camponeses. Conforme observam Bicalho et al. (2023), iniciativas construídas coletivamente ampliam a capacidade das comunidades de reivindicar direitos, acessar políticas públicas e desenvolver projetos voltados à melhoria das condições de vida local. Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais, das associações comunitárias e das instituições educacionais assume papel estratégico na construção de alternativas comprometidas com a justiça social e com o desenvolvimento territorial.

Diante desse conjunto de evidências, conclui-se que a consolidação da Educação do Campo está diretamente relacionada à capacidade de articular políticas públicas permanentes, participação comunitária e reconhecimento das especificidades dos territórios camponeses. A pesquisa demonstrou que a educação desempenha papel central nesse processo ao contribuir para a formação crítica dos sujeitos, para a valorização dos saberes locais e para o fortalecimento dos vínculos que sustentam a permanência das famílias em seus territórios.

Na visão deste pesquisador, a principal lição extraída desta investigação é que o futuro das comunidades camponesas não depende apenas de sua capacidade produtiva, mas sobretudo do reconhecimento de seus direitos, da valorização de seus conhecimentos e da construção de políticas públicas que compreendam o território como espaço de vida, cultura, memória e cidadania. Assim, fortalecer a Educação do Campo significa fortalecer as condições de existência dessas comunidades e ampliar suas possibilidades de participação na construção de projetos de desenvolvimento socialmente justos, ambientalmente responsáveis e territorialmente inclusivos.

Os resultados desta investigação permitem afirmar que a pressão exercida pelo agronegócio e pela mineração no Sudeste Goiano constitui um dos principais desafios à reprodução social das comunidades camponesas. Na região pesquisada, esses processos têm provocado profundas transformações territoriais, alterando formas tradicionais de produção, ampliando desigualdades sociais e intensificando disputas pelo uso e controle dos recursos naturais. Os impactos observados ultrapassam a dimensão econômica, alcançando aspectos

relacionados à cultura, à educação, à organização comunitária e às condições de permanência das famílias em seus territórios.

Wanderley (2009) compreende a territorialidade como elemento central da reprodução social camponesa, uma vez que o território constitui espaço de trabalho, pertencimento, memória e construção de identidades coletivas. As evidências produzidas ao longo desta pesquisa corroboram essa interpretação ao demonstrar que as transformações territoriais observadas nas comunidades investigadas afetam diretamente as relações sociais construídas ao longo de gerações, produzindo inseguranças que repercutem sobre os projetos de vida das famílias e sobre as perspectivas de continuidade da vida camponesa.

Nesse contexto, a Licenciatura em Educação do Campo (Educampo), ofertada pela Universidade Federal de Catalão, assume relevância que ultrapassa a formação de professores. Os dados analisados permitem compreender que sua existência representa uma resposta concreta aos desafios identificados nesta investigação, especialmente no que se refere à necessidade de formação de profissionais capazes de compreender criticamente as realidades socioterritoriais do campo e atuar na construção de práticas educativas comprometidas com as demandas das comunidades camponesas.

A criação do Educampo, no âmbito do PROCAMPO, constitui importante avanço na democratização do acesso ao ensino superior para populações historicamente excluídas dos processos educacionais formais. Entretanto, sua principal contribuição reside na construção de uma proposta formativa que reconhece os sujeitos do campo como produtores de conhecimento e protagonistas de sua própria história. Ao articular ensino, pesquisa, extensão e vivência comunitária, o curso fortalece o diálogo entre universidade e território, contribuindo para a produção de conhecimentos comprometidos com os desafios concretos enfrentados pelas comunidades rurais.

A adoção da Pedagogia da Alternância, organizada por meio do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade, representa um dos aspectos mais significativos dessa proposta formativa. A pesquisa permitiu compreender que essa metodologia favorece a aproximação entre conhecimento científico e realidade social, possibilitando que os processos educativos sejam construídos a partir das experiências, necessidades e potencialidades presentes nos territórios camponeses. Trata-se de uma concepção educacional que rompe com práticas descontextualizadas e fortalece a relação entre educação, trabalho, cultura e desenvolvimento territorial.

Na visão deste pesquisador, a relevância do Educampo torna-se ainda mais evidente em uma região marcada pelos impactos do agronegócio e da mineração. Ao formar educadores comprometidos com a valorização dos saberes locais, da agricultura familiar e da defesa dos territórios camponeses, o curso contribui para a construção de alternativas capazes de enfrentar os processos de exclusão social, identificados ao longo desta investigação. Mais do que formar profissionais para atuar nas escolas, o Educampo fortalece sujeitos capazes de compreender criticamente as transformações em curso e de participar da construção de projetos de desenvolvimento territorial mais justos, inclusivos e socialmente comprometidos.

Os resultados obtidos permitem concluir que iniciativas como o Educampo desempenham papel estratégico para o fortalecimento da Educação do Campo na região de Catalão. Sua contribuição não se limita à formação docente, mas alcança a produção de conhecimentos, o fortalecimento das identidades camponesas, a valorização dos territórios rurais e a ampliação das possibilidades de permanência das populações do campo em seus espaços de vida. Nesse sentido, experiências dessa natureza demonstram que a educação pode constituir um instrumento efetivo de resistência, emancipação social e desenvolvimento territorial, reafirmando sua centralidade na construção de perspectivas de futuro para as comunidades camponesas.

As evidências produzidas ao longo desta investigação demonstram que o fortalecimento da Educação do Campo está diretamente associado à existência de políticas públicas permanentes e de investimentos capazes de assegurar a continuidade das ações educacionais nos territórios camponeses. A pesquisa revelou que a criação, manutenção e valorização das escolas do campo constituem elementos centrais para a garantia do direito à educação e para a permanência das famílias em seus territórios. Mais do que espaços destinados à escolarização formal, essas instituições desempenham funções relacionadas à preservação da memória coletiva, ao fortalecimento dos vínculos comunitários e à valorização das identidades construídas historicamente pelas populações camponesas.

Nesse contexto, a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica oferece importantes elementos para reflexão. Sua consolidação ao longo de mais de um século demonstra que políticas educacionais sustentadas por planejamento institucional, financiamento contínuo e compromisso com a inclusão social possuem capacidade de produzir transformações significativas nas realidades regionais. A expansão dos Institutos Federais evidenciou que a democratização do acesso à educação pública pode

contribuir para a redução de desigualdades históricas, para a ampliação das oportunidades formativas e para o fortalecimento do desenvolvimento local.

A análise realizada nesta pesquisa permite compreender que a Educação do Campo demanda um compromisso institucional semelhante. As experiências observadas nas comunidades investigadas demonstram que ações isoladas ou programas temporários não são suficientes para enfrentar os desafios estruturais presentes nos territórios camponeses. A consolidação de uma educação comprometida com as realidades do campo exige continuidade administrativa, financiamento adequado, formação de profissionais especializados e mecanismos permanentes de acompanhamento das políticas implementadas.

As experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Catalão e pelo Instituto Federal Goiano evidenciam o potencial transformador das instituições públicas de ensino quando articuladas às demandas dos territórios onde estão inseridas. Ao promover ensino, pesquisa e extensão voltados às questões agrárias, educacionais e territoriais da região, essas instituições ampliam oportunidades de formação, fortalecem a produção de conhecimentos socialmente referenciados e contribuem para a valorização das populações historicamente excluídas dos processos de desenvolvimento.

Os resultados obtidos reforçam a compreensão de que a Educação do Campo não deve ser tratada como uma política compensatória destinada a populações consideradas periféricas ao desenvolvimento. Ao contrário, trata-se de uma política estratégica para a construção de um projeto de sociedade comprometido com a redução das desigualdades, com a democratização do acesso aos direitos e com a valorização da diversidade social e cultural existente no campo brasileiro.

Como destaca Molina (2012), a Educação do Campo emerge das lutas históricas dos movimentos sociais e da reivindicação por uma educação comprometida com os sujeitos do campo e com seus territórios. As evidências produzidas nesta investigação corroboram essa perspectiva ao demonstrar que a escola assume papel que transcende a dimensão pedagógica, constituindo-se como espaço de resistência social, construção da cidadania, fortalecimento identitário e produção de alternativas para a permanência digna das populações camponesas.

Na visão deste pesquisador, uma das principais lições extraídas desta investigação é que a efetivação do direito à educação no campo depende da capacidade do Estado de transformar conquistas históricas em políticas permanentes. Somente por meio de investimentos contínuos, gestão comprometida e participação ativa das comunidades será

possível assegurar que a Educação do Campo cumpra sua função social de fortalecer territórios, ampliar oportunidades e garantir às futuras gerações o direito de construir seus projetos de vida sem romper com suas origens, sua cultura e seus espaços de pertencimento.

A Educação do Campo e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica compartilham princípios que ultrapassam a simples ampliação do acesso à escolarização. Ambas se fundamentam na compreensão de que a educação constitui um direito social indispensável à redução das desigualdades e à construção de oportunidades para populações historicamente excluídas dos processos de desenvolvimento. Nesse sentido, representam experiências que reafirmam o papel estratégico da educação pública na promoção da cidadania, da inclusão social e da democratização do conhecimento.

As contribuições de Freire (1996) permitem compreender que a educação adquire caráter transformador quando estabelece diálogo com a realidade vivida pelos sujeitos. A pesquisa evidenciou que os processos educativos desenvolvidos nos territórios camponeses tornam-se mais significativos quando articulam conhecimentos científicos, experiências comunitárias e saberes construídos ao longo das trajetórias históricas das populações do campo. Essa articulação fortalece identidades coletivas, amplia a participação social e contribui para a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente os desafios presentes em seus territórios.

Os resultados obtidos demonstram que a garantia do direito à educação no campo não pode ser reduzida à existência formal de instituições escolares. A efetivação desse direito depende da construção de condições estruturais que assegurem qualidade educacional, continuidade das políticas públicas e capacidade de resposta às demandas específicas das comunidades. As realidades observadas em Olhos d'Água e Cisterna revelam que a fragilidade dos investimentos, a descontinuidade administrativa e as limitações institucionais comprometem o potencial transformador da educação e ampliam dificuldades já existentes nos territórios camponeses.

A trajetória da Rede Federal evidencia que políticas educacionais sustentadas por planejamento de longo prazo, financiamento contínuo e compromisso institucional podem produzir impactos significativos na formação humana e no desenvolvimento regional. Essa experiência demonstra que a consolidação de projetos educacionais exige estabilidade política e capacidade de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e demandas sociais. Sob essa perspectiva, a Educação do Campo demanda o mesmo nível de prioridade estratégica,

deixando de ocupar posição periférica nas agendas governamentais para assumir centralidade nas políticas de desenvolvimento territorial.

As evidências produzidas ao longo desta investigação corroboram as reflexões de Caldart (2012) ao demonstrar que a escola do campo desempenha funções que transcendem a dimensão pedagógica. Sua presença contribui para a preservação da memória coletiva, para o fortalecimento dos vínculos comunitários, para a valorização dos saberes locais e para a construção de perspectivas de futuro para as novas gerações. A escola constitui, portanto, um espaço onde se articulam educação, cultura, identidade e território, elementos indispensáveis à reprodução social das comunidades camponesas.

Na visão deste pesquisador, uma das principais conclusões desta tese consiste em reconhecer que a Educação do Campo não deve ser compreendida apenas como uma política educacional específica, mas como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento social e territorial. Sua efetivação está diretamente relacionada à capacidade de garantir condições para que os sujeitos do campo permaneçam em seus territórios com dignidade, participem das decisões que afetam suas comunidades e construam alternativas de futuro compatíveis com suas realidades e aspirações.

Dessa forma, os resultados desta investigação reafirmam que investir na Educação do Campo significa investir na redução das desigualdades históricas, no fortalecimento da agricultura familiar, na valorização da diversidade cultural e na construção de territórios socialmente mais justos. Mais do que assegurar acesso à escolarização, trata-se de reconhecer as populações camponesas como sujeitos históricos e protagonistas de processos de desenvolvimento comprometidos com a justiça social, a sustentabilidade e a democratização dos direitos.

Dessa forma, a educação deve ser compreendida como um direito fundamental e como um instrumento capaz de ampliar as possibilidades de participação social, fortalecimento comunitário e construção de projetos coletivos de desenvolvimento. Conforme argumenta Freire (1996), os processos educativos adquirem sentido transformador quando possibilitam aos sujeitos compreender criticamente a realidade em que vivem e atuar na sua transformação. Sob essa perspectiva, a Educação do Campo assume papel estratégico ao articular formação humana, valorização cultural e fortalecimento territorial.

As análises desenvolvidas ao longo desta investigação permitiram compreender que a relação entre educação, território e permanência camponesa constitui uma dimensão central

para a compreensão das transformações contemporâneas que atravessam o campo brasileiro. A pesquisa demonstrou que os desafios enfrentados pelas comunidades Olhos d'Água e Cisterna não decorrem exclusivamente da ausência de serviços educacionais, mas resultam de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e territoriais que condicionam as possibilidades de reprodução da vida camponesa.

Uma das principais contribuições deste estudo consiste em evidenciar que a Educação do Campo deve ser analisada para além dos limites da instituição escolar. Os resultados obtidos demonstram que a presença ou ausência da escola produz efeitos que alcançam a organização comunitária, a preservação da memória coletiva, a construção das identidades territoriais e as perspectivas de permanência das novas gerações no campo. Nesse sentido, a pesquisa amplia a compreensão sobre o papel social da escola ao demonstrar que sua importância está diretamente vinculada à manutenção das dinâmicas sociais e culturais que sustentam a vida comunitária.

A investigação também contribui para o aprofundamento dos debates acadêmicos sobre os impactos das transformações territoriais provocadas pela expansão do agronegócio e da mineração em regiões onde persistem formas de organização social vinculadas à agricultura familiar. No caso específico de Catalão, verificou-se que o avanço desses setores econômicos produz efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo em que impulsiona indicadores de crescimento econômico, intensifica processos de concentração territorial, modifica formas tradicionais de produção e amplia desafios relacionados à permanência das populações camponesas em seus territórios.

Os resultados obtidos permitem afirmar que a Educação do Campo assume relevância ainda maior em contextos marcados por intensas disputas territoriais. Nessas circunstâncias, a escola deixa de ser apenas um espaço de escolarização e passa a desempenhar função estratégica na valorização dos saberes locais, no fortalecimento da identidade camponesa e na construção de perspectivas de futuro para as novas gerações. A pesquisa demonstrou que o acesso a uma educação socialmente referenciada pode contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento ao território e ampliar as condições para que os jovens construam seus projetos de vida sem necessariamente romper com suas comunidades de origem.

No contexto de Catalão, a investigação evidencia a necessidade de compreender a diversidade existente entre os diferentes territórios rurais do município. As distintas formas de ocupação do espaço, os diferentes modelos produtivos e as variadas condições de acesso às

políticas públicas demonstram que não existem soluções uniformes para os desafios enfrentados pelas populações camponesas. A formulação de políticas educacionais e territoriais exige o reconhecimento dessas especificidades e a construção de estratégias capazes de dialogar com as realidades concretas vivenciadas pelas comunidades.

Outra contribuição relevante desta pesquisa refere-se à valorização do conhecimento produzido a partir das experiências dos próprios sujeitos do campo. As narrativas, percepções e interpretações construídas pelos moradores permitiram compreender aspectos da realidade que dificilmente seriam captados apenas por indicadores estatísticos ou análises documentais. A incorporação dessas experiências fortalece abordagens que reconhecem as populações camponesas como protagonistas na produção de conhecimentos sobre seus territórios, suas necessidades e suas perspectivas de futuro.

Os resultados obtidos reforçam, ainda, a importância da atuação das instituições públicas de ensino superior e profissional na construção de alternativas voltadas ao desenvolvimento territorial. As experiências desenvolvidas pela UFCAT e pelo Instituto Federal Goiano demonstram que a educação pública pode desempenhar papel decisivo na democratização do acesso ao conhecimento, na formação de profissionais comprometidos com as realidades locais e na produção de conhecimentos voltados à superação das desigualdades sociais.

Esta investigação não encerra o debate sobre a Educação do Campo na região de Catalão. Ao contrário, evidencia a necessidade de novos estudos capazes de aprofundar a compreensão sobre os impactos das transformações econômicas, territoriais e ambientais que continuam redefinindo as condições de vida das populações camponesas. As mudanças observadas durante a realização desta pesquisa indicam que a relação entre educação, território e permanência no campo permanecerá como tema fundamental para a agenda acadêmica e para a formulação de políticas públicas nos próximos anos.

A Educação do Campo constitui um dos principais instrumentos para a construção de alternativas capazes de conciliar desenvolvimento, justiça social e valorização dos territórios camponeses. Mais do que garantir acesso à escolarização, trata-se de assegurar condições para que os sujeitos do campo permaneçam reconhecidos como protagonistas de sua própria história, preservando seus saberes, fortalecendo suas identidades e participando ativamente da construção dos rumos de seus territórios e de suas comunidades.

Os investimentos destinados à Educação do Campo transcendem a dimensão estritamente educacional, configurando-se como instrumentos estratégicos para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização das identidades camponesas e a promoção de formas mais equilibradas de desenvolvimento territorial. As evidências produzidas ao longo desta investigação demonstram que a garantia do direito à educação está diretamente relacionada à capacidade de assegurar condições concretas para a permanência das famílias em seus territórios, preservando vínculos sociais, culturais e históricos construídos ao longo de gerações.

A pesquisa revelou que o campo não pode ser compreendido apenas como espaço de produção econômica. Trata-se de um território onde se produzem saberes, identidades, memórias, relações de pertencimento e formas próprias de organização social. Nesse contexto, a escola assume papel que ultrapassa a função de escolarização formal, constituindo-se como espaço de formação humana, construção da cidadania, fortalecimento comunitário e reprodução social das populações camponesas. Sua presença ou ausência interfere diretamente nas condições de permanência das famílias e nas perspectivas de futuro das novas gerações.

As experiências vivenciadas durante o trabalho de campo permitiram compreender que o desenvolvimento das áreas camponesas não pode ser avaliado exclusivamente a partir de indicadores econômicos, índices de produtividade ou crescimento da produção agropecuária. Os resultados desta investigação evidenciam que o desenvolvimento somente adquire significado social quando promove melhoria das condições de vida, ampliação dos direitos, fortalecimento da participação democrática e valorização dos sujeitos que historicamente constroem esses territórios. Sob essa perspectiva, crescimento econômico e justiça social não devem ser compreendidos como processos dissociados, mas como dimensões complementares de um projeto de desenvolvimento comprometido com a dignidade humana.

Na visão deste pesquisador, uma das principais contribuições desta tese consiste em demonstrar que a permanência das populações camponesas em seus territórios depende de uma articulação permanente entre educação, políticas públicas, desenvolvimento territorial e participação social. A realidade observada nas comunidades Olhos d'Água e Cisterna evidencia que a ausência ou fragilidade de qualquer uma dessas dimensões compromete as condições de reprodução social das famílias e amplia processos de vulnerabilização historicamente presentes no campo brasileiro.

Os resultados obtidos também permitem afirmar que a Educação do Campo continua ocupando posição estratégica na construção de alternativas capazes de enfrentar os desafios produzidos pela expansão do agronegócio, pela atividade mineradora e pelas transformações territoriais observadas na região de Catalão. Mais do que uma modalidade educacional, trata-se de uma concepção política e pedagógica comprometida com a valorização dos sujeitos do campo, com o reconhecimento de seus saberes e com a defesa do direito de permanecer e produzir vida em seus territórios.

Esta pesquisa reafirma que permanecer no campo deve constituir uma escolha possível, legítima e socialmente valorizada. Garantir essa possibilidade exige mais do que investimentos em infraestrutura ou ampliação da oferta educacional. Exige o reconhecimento das populações camponesas como sujeitos históricos, portadores de direitos, conhecimentos e experiências fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática, plural e socialmente justa.

Por fim, conclui-se que os esforços para promover o fortalecimento da Educação do Campo significa fortalecer a própria capacidade de resistência, de permanência e de futuro das comunidades camponesas, reafirmando a educação como um dos pilares centrais na construção de territórios mais inclusivos, sustentáveis e comprometidos com a dignidade humana.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Brasília, v. 28, n. 1, 2 e 3, v. 29, n. 1, p. 69-86, 1998/1999.
- ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BICALHO, Ramofly (org.). Educação do campo: políticas públicas e desafios. Seropédica: UFRRJ, 2022.
- BICALHO, Ramofly (org.). Interfaces entre políticas públicas de educação do campo e movimentos sociais camponeses no Brasil. Seropédica: UFRRJ, 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília: Presidência da República, 1964.
- BRASIL. Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Brasília: Presidência da República, 1993.
- BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): Manual de Operações. Brasília: INCRA, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Brasília: MEC, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA, Licínio C. *Democracia, participação e educação: uma crítica à gestão gerencial*. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 326-333.

MOTTA, Márcia Maria Menendes; ZARTH, Paulo Afonso. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.